

**JOSÉ RIBEIRO DA SILVA**

**AGRICULTURA FAMILIAR E ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS NO  
SEMIÁRIDO ALAGOANO**

**Possibilidades e Limites para a Extensão Rural na perspectiva do  
Desenvolvimento Local**

**RECIFE-PE**

**2011**

**JOSÉ RIBEIRO DA SILVA**

**AGRICULTURA FAMILIAR E ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS NO  
SEMIÁRIDO ALAGOANO: Possibilidades e Limites para a Extensão  
Rural na perspectiva do Desenvolvimento Local**

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado em Extensão Rural e Desenvolvimento Local, da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Extensão Rural e Desenvolvimento Local, sob a orientação do Professor Doutor Paulo de Jesus.

**RECIFE**

**2011**

**JOSÉ RIBEIRO DA SILVA**

**AGRICULTURA FAMILIAR E ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS NO  
SEMIÁRIDO ALAGOANO: Possibilidades e Limites para a Extensão Rural na  
perspectiva do Desenvolvimento Local**

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado em Extensão Rural e Desenvolvimento Local, da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Extensão Rural e Desenvolvimento Local, sob a orientação do Professor Doutor Paulo de Jesus.

Aprovada em banca examinadora em: 04 de Março de 2011.

---

Prof. Dr. Paulo de Jesus - UFRPE  
(Orientador)

---

Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Irenilda de Souza Lima - UFRPE  
(Examinador Interno)

---

Prof. Dr. José Nunes da Silva - UFRPE  
(Examinador Interno)

---

Prof. Dr. Francisco Roberto Caporal - UFPE  
(Examinador Externo)

## DEDICO

*Aos meus pais Marinete e Abílio, verdadeiros heróis, que para mim representam uma vida de luta e resistência que com muito trabalho e suor do rosto buscaram uma vida digna no campo.*

*Aos meus irmãos Ivo, Ramon, Eliana, Sélia, Telma e Elza que como eu deixaram o campo em busca da realização dos sonhos pessoais e profissionais. Elita, Valter, Ananias, Josias, Josival e Selma, que constroem suas vidas no campo, buscando na agricultura a principal fonte de ocupação e renda.*

*Às minhas amadas, Samara e Laura Sofia, presente de Deus para minha vida.*

## AGRADECIMENTOS

A todos os professores e professoras do Posmex pelo profissionalismo e pela atenção e confiança depositada no grupo. De uma forma especial agradeço a Professora Irenilda Lima que além de suas atribuições e responsabilidades, me proporcionou segurança e motivação em momentos de dificuldades.

Ao Professor Paulo de Jesus, que me deu a certeza do diálogo, da confiança, da autonomia e da autoavaliação como instrumentos possíveis na relação ensino-aprendizagem. Como orientador agradeço por sua paciência acolhendo, estimulando, apoiando e acima de tudo fazendo-me refletir nas constantes mudanças de foco dentro da pesquisa.

Aos Professores Ana Dubeux e José Nunes, suas contribuições na qualificação foram fundamentais para que eu resgatasse a motivação e pudesse me reencontrar dentro da pesquisa.

Ao professor Francisco Roberto Caporal pela simplicidade e imensurável contribuição nesse trabalho.

Aos amigos da turma que compartilharam suas experiências pessoais e profissionais. Serei eternamente grato por fazerem parte da minha história e por terem me proporcionado outras formas de ver o mundo e a mim mesmo. Agradeço especialmente a Auta, Eliana e Sabrina, por terem sido fundamental para superação das minhas dificuldades enfrentadas para a conclusão do curso.

Aos colegas de outras turmas que contribuíram de alguma forma com esta realização. Ao companheiro Gilmar, pelas caronas nas viagens de Maceió a Recife além das orientações e conselhos relacionados ao Mestrado. Ao companheiro Samora Zacarias, que além de partilhar comigo as despesas e os problemas de estadia, me presenteou com um pouco da sua rica cultura Africana nos poucos momentos de convivência. Ao amigo e companheiro Fábio Henrique, pelos momentos de descontração e pelas mais profundas reflexões sobre o Posmex e os conteúdos bibliográficos apresentados nas aulas.

Aos colegas do Instituto Federal de Alagoas – Campus Satuba, que apoiaram e contribuíram para realização do Mestrado. Agradeço de forma especial ao Professor José Jonas, pela liberação parcial das minhas atribuições e ao Professor Anselmo Lúcio, pela flexibilização dos meus horários.

À minha sogra Cordélia e ao meu sogro João, por terem acolhido a minha família nos meus momentos de ausência, dando-me tranquilidade e o apoio necessário para a superação

de mais esse desafio. A minha cunhada Sandra e suas filhas Julia e Jordana que compartilharam com Samara, os cuidados com minha filha recém-nascida Laura Sofia.

Aos técnicos da Secretaria Municipal de Agricultura de Arapiraca, Nilda e Ivanildo, pela contribuição nos ensaios realizados para as entrevistas e pelas primeiras informações a respeito dos Arranjos Produtivos Locais.

Ao amigo José Aparecido, que com sua habilidades, experiência e poder comunicativo tornou-se ponte para que eu pudesse chegar até as comunidades rurais e aos agricultores do município de São José da Tapera.

À Telma e Rosivania pelo apoio dado nas revisões de Língua Portuguesa.

Aos agricultores e lideranças de São José da Tapera por compartilharem seu cotidiano, verdadeiro tesouro no processo investigativo enriquecendo e dando sentido ao resultado final desse trabalho.

*Amigo, não tenha quêxa,  
Veja que eu tenho razão  
Em lhe dizê que não mexa  
Nas coisa do meu sertão.  
Pois, se não sabe o colega  
De quá manêra se pega  
Num ferro pra trabaiá,  
Por favo, não mêxa aqui,  
Que eu também não mêxo aí,  
Cante lá que eu canto cá.*

*Repare que a minha vida  
É deferente da sua.  
A sua rima pulida  
Nasceu no salão da rua.  
Já eu sou bem deferente,  
Meu verso é como a simente  
Que nasce em riba do chão;  
Não tenho estudo nem arte,  
A minha rima faz parte  
Das obras da criação.*

*(Patativa do Assaré)*

## RESUMO

Esse trabalho teve por objetivo analisar como ocorre a inserção de agricultores familiares do Semiárido alagoano em Arranjos Produtivos Locais considerando a Extensão Rural como um possível instrumento para essa inserção. Partiu-se do pressuposto de que estes agricultores são possuidores de tradições e de uma cultura produtiva que não partilham da mesma ideologia que norteia estes arranjos e que mesmo assim, são induzidos a inserir-se no mercado numa lógica produtivista a partir da adoção de tecnologias modernas estimuladas pela atuação articulada de instituições públicas e privadas que constituem os APL's. Para compreender como ocorre a inserção, foi necessário entender o contexto que envolve a região do Semiárido, assim como se comportam os agricultores de base familiar dessa região perante as estratégias de atuação dos Arranjos Produtivos Locais. Para isso foram realizados estudos bibliográficos a respeito dos processos equivocados de desenvolvimento que foram introduzidos no Semiárido a partir da colonização, assim como seus reflexos na inspiração das ações governamentais para combate a seca. Também foi importante compreender a agricultura familiar da atualidade, como resultante de um longo caminho de resistência ao processo de modernização da agricultura, o que fez surgir novas perspectivas para inclusão estratégica dessa categoria nos processos de desenvolvimento local. Considerou-se como objeto desse estudo, os agricultores familiares do município de São José da Tapera em Alagoas inseridos ou não em Arranjos Produtivos Locais. Para isso foram entrevistados doze agricultores sendo quatro inseridos no APL de Apicultura, quatro inseridos no APL de Ovinocaprino e quatro agricultores não inseridos em APL. Além desses agricultores foram entrevistados duas lideranças que representavam os agricultores nas ações dos APL's e um técnico que prestou assistência a um dos APL's estudados. Para as entrevistas foram utilizados roteiros semi-estruturados associado ao gravador de voz. Outro instrumento metodológico adotado foi o estudo documental e bibliográfico. Ficou claro, nesse estudo, que o APL constitui-se numa moda surgida no Brasil, copiada de experiências internacionais pela influência principalmente do Sebrae junto a outras instituições públicas e privadas. Com base em experiências extraídas de algumas regiões de alguns países da Europa, que em poucos ou raros aspectos se adequam a realidade brasileira e principalmente do Nordeste, pelo menos quando os agricultores de base familiar são considerados como público. De uma forma geral percebeu-se que a inserção dos agricultores nos APL's, quando ocorre, é por subordinação, por convencimento ou promessas "milagrosas". Por outro lado, a cultura e as tradições produtivas da agricultura familiar não comungam com a lógica do APL pelo seu caráter produtivista e excludente. Além disso, não há interesse de se manter a diversidade, pois a forma e as ações do APL direcionam para uma especialização produtiva. Percebeu-se também que a visão reducionista das estratégias na tentativa de incluir os agricultores no contexto das cadeias produtivas, assim como a reprodução do modelo difusionista equivocado vedam qualquer possibilidade de uma atuação da Extensão Rural com suas novas abordagens para o contexto dos APL's.

**PALAVRAS-CHAVE:** Agricultura Familiar, Arranjos Produtivos, Extensão Rural, Desenvolvimento Local, Convivência com o Semi-Árido.

## RESUMEN

Este trabajo tuvo como objetivo analizar como ocurre la inserción de agricultores familiares del Semiárido de Alagoas en Arreglos Productivos Locales considerando la Extensión Rural como una posible herramienta para esta inscripción. Se inició a partir de la suposición de que estos agricultores son poseedores de tradiciones y una cultura productiva que no comparten la misma ideología que dirige estos arreglos y que aún así son inducidos a inserirse en el mercado en una lógica productivista a partir de la adopción de tecnologías modernas estimuladas por la actuación articulada de instituciones públicas y privadas que constituyen los APLs. Para comprender como ocurre la inserción, fue necesario entender el contexto que envuelve la región del Semiárido, así como se comportan los agricultores de base familiar de esta región frente de las estrategias de actuación de los Arreglos Productivos Locales. Para esto, fueron realizados estudios bibliográficos sobre los procesos equivocados de desarrollo que fueron introducidos en el Semiárido a partir de la colonización, así como sus reflejos en la inspiración de las acciones gubernamentales para combatir la sequía. Fue también importante comprender la agricultura familiar de la actualidad, como resultado de un largo trayecto de resistencia al proceso de modernización de la agricultura, que hizo surgir nuevas perspectivas para la inclusión estratégica de esta categoría en los procesos de desarrollo local. Se considero como objeto de este estudio los agricultores familiares del municipio de São José da Tapera en Alagoas inseridos o no en Arreglos Productivos Locales. Para esto, doce agricultores fueron entrevistados, siendo cuatro inseridos en el APL de apicultura, cuatro inseridos en APL de la producción de caprinos e ovinos y cuatro agricultores no inseridos en APL. Además de estos agricultores, se entrevistó a dos líderes que representaban los agricultores en las acciones de los APLs estudiados. Para las entrevistas, se utilizaron guiones semi-estructurados asociados a la grabadora de voz. Otra herramienta metodológica utilizada fue el estudio documental y bibliográfico. Se quedó claro en este estudio que el APL se constituye en una moda surgida en Brasil, copiada de experiencias internacionales por la influencia principalmente de Sebrae junto con otras instituciones públicas y privadas. Con base en las experiencias extraídas de algunas regiones de algunos países de Europa, que en pocos o raros aspectos se adecuan a la realidad brasileña y principalmente del nordeste, al menos cuando los agricultores de base familiar son considerados como público. En general, se percibió que la inserción de los agricultores en los APLs, cuando ocurre, se da por subordinación, convencimientos o promesas “milagrosas”. Por otro lado, la cultura y las tradiciones productivas de la agricultura familiar no comparten la lógica del APL por su carácter productivista y excluyente. Además, no hay interés de mantener la diversidad porque la forma y las acciones del APL dirigen para una especialización productiva. También se percibió que la visión reduccionista de las estrategias, en un intento de incluir a los agricultores en el contexto de las cadenas productivas, así como la reproducción del modelo difusionista equivocado, impiden cualquier posibilidad de actuación de la Extensión Rural con sus nuevas abordajes para el contexto de los APLs.

**PALABRAS CLAVE:** Agricultura Familiar, Arreglos Productivos, Extensión Rural, Desarrollo Local, Convivencia con el Semiárido.

## SUMÁRIO

<b>LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.....</b>	<b>11</b>
<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>13</b>
O Percurso Investigativo: as considerações metodológicas .....	21
<b>CAPÍTULO 1</b>	
<b>O desenvolvimento do Semiárido: das políticas de combate as alternativas de convivência com a seca .....</b>	<b>26</b>
1.1 O processo de ocupação do Semiárido e a definição das primeiras atividades econômicas.....	26
1.2 O fenômeno das secas como instrumento para a consolidação do latifúndio.....	28
1.3 As ações governamentais para o combate da seca.....	31
1.4 As alternativas para a convivência com o Semiárido.....	36
<b>CAPÍTULO 2</b>	
<b>Aspectos Gerais sobre a Agricultura Familiar no Brasil e no Semiárido: contextos e perspectivas para a sustentabilidade.....</b>	<b>40</b>
2.1 Algumas considerações a respeito da Agricultura Sustentável.....	40
2.2 Contextualização da agricultura familiar no Brasil: algumas considerações.....	43
2.3 A agricultura familiar no Nordeste Semiárido.....	49
2.4 Agricultura Familiar em Alagoas.....	51
2.5 A agricultura familiar no município de São José da Tapera – AL.....	55
<b>CAPÍTULO 3</b>	
<b>Algumas possibilidades para o Desenvolvimento no Semiárido: a inter-relação entre os arranjos produtivos locais, a extensão rural e o desenvolvimento local.....</b>	<b>57</b>
3.1 Perspectivas do Desenvolvimento Local.....	57
3.2 Os Arranjos Produtivos Locais uma das possibilidades para o Desenvolvimento Local.....	61
3.2.1 Os Arranjos Produtivos Locais no Estado e no Sertão de Alagoas.....	63
3.2.1.1 O APL de Apicultura no Sertão Alagoano.....	65
3.2.1.2 O APL de Ovinocaprinocultura no Sertão alagoano.....	66
3.3 A Extensão Rural como Instrumento para o Desenvolvimento Local.....	68
<b>CAPÍTULO 4</b>	
<b>Os Arranjos Produtivos Locais no cotidiano dos Agricultores Familiares no Semiárido alagoano.....</b>	<b>73</b>
4.1 Alguns aspectos iniciais a respeito do APL no município de São José da Tapera..	73
4.2 Compreensão e envolvimento dos agricultores de São José da Tapera nos Arranjos Produtivos Locais.....	75
4.3 A interferência dos Arranjos Produtivos Locais na cultura produtiva dos agricultores de São José da Tapera.....	79

4.4	Relação do APL com as potencialidades e as limitações dos agricultores e da região.....	84
-----	---	----

## **CAPÍTULO 5**

	<b>Arranjos Produtivos Locais, Extensão Rural e inserção dos agricultores no mercado.....</b>	<b>89</b>
--	---	-----------

5.1	A relação dos Arranjos Produtivos Locais com as ações de Extensão Rural.....	89
-----	--	----

5.2	Acesso aos mecanismos de Comercialização.....	96
-----	---	----

	<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>102</b>
--	-----------------------	------------

	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>107</b>
--	-------------------------	------------

	<b>APÊNDICES.....</b>	<b>114</b>
--	-----------------------	------------

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ADEAL** – Agência de Defesa Agropecuária de Alagoas
- ADENE** – Agência do Desenvolvimento do Nordeste
- APL** – Arranjo Produtivo Local
- APL's** – Arranjos Produtivos Locais
- ASA** – Articulação do Semi-Árido Brasileiro
- ATER** – Assistência Técnica e Extensão Rural
- BNB** – Banco do Nordeste do Brasil
- CACTUS** – Centro de Apoio Comunitário de Tapera em União a Senador Rui Palmeira
- CODEVASF** – Companhia do Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
- CONTAG** – Confederações Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
- COP-3** - Conferência das partes das Nações Unidas da Convenção de Combate a Desertificação
- DNOCS** – Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
- EMBRATER** – Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural
- FAPEAL** – Fundação de Amparo a Pesquisa de Alagoas
- FNDE** – Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação
- GTDN** – Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste
- IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IDH** – Índice de Desenvolvimento Humano
- IFOCS** – Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas
- INCRA** – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
- IOCS** – Inspetoria de Obras contra a Seca
- IQVM** – Índice de Qualidade de Vida Municipal
- PAPL** – Programa de Arranjos Produtivos Locais
- PDSA** – Programa de Desenvolvimento Sustentável do Semi-Árido
- PDAN** – Programa de Desenvolvimento da Agroindústria do Nordeste
- PEA** – População Economicamente Ativa
- PIN** – Programa de Integração Nacional
- PNAD** – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
- PNAE** – Programa Nacional de Alimentação Escolar
- PNATER** – Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

**POLONORDESTE** – Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste

**PROINE** – Programa Nacional de Irrigação

**PRONAF** – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

**PROTERRA** – Programa de Redistribuição de Terras

**PROVALE** – Programa Especial para o Vale do São Francisco

**PROVÁRZEAS** – Programa Nacional para o Aproveitamento Racional de Várzeas Irrigáveis

**PIMC** - Programa de Mobilização Social para construção de Um Milhão de Cisternas

**P1+2** – Programa Uma Terra e Duas Águas

**SEAGRI** – Secretaria Estadual de Agricultura e do Desenvolvimento Agrário

**SEBRAE** – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

**SEPLAN-AL** – Secretaria Estadual de Planejamento e Orçamento de Alagoas

**SUDENE** – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

**USP** – Universidade de São Paulo

## INTRODUÇÃO

Na atualidade, os Arranjos Produtivos Locais (APL's) são apresentados por instituições públicas e privadas, como mais uma das diversas possibilidades para se chegar ao desenvolvimento local. Este pensamento conquista cada vez mais espaço nas pesquisas acadêmicas, nos discursos governamentais e institucionais, inspirando a criação de políticas governamentais, fazendo parte inclusive, das diversas linhas de atuação de instituições públicas e privadas.

De acordo com Barroso e Soáres (2009), no Brasil, os APL's surgem com a perspectiva de resolver os problemas da migração e do desemprego das pequenas cidades evitando o inchaço das regiões metropolitanas. O que deve ser conseguido com o fortalecimento das pequenas economias dessas regiões criando maiores oportunidades de emprego e renda a partir da valorização das oportunidades do local.

O surgimento dos APL's no contexto brasileiro representa a aposta de atores públicos e privados em um tipo de configuração referenciado na gestão territorial da indústria bem sucedida no plano internacional e que pode mobilizar a competitividade de regiões deprimidas da economia em torno de suas especializações produtivas e da cooperação empresa-ambiente. Mas, devem-se ter claras as diferenças e peculiaridades do modelo de desenvolvimento e industrialização brasileiros, baseado em profundas desigualdades espaciais e socioeconômicas, com relação aos seus congêneres italianos, e entender o APL como uma dentre as várias possibilidades para gerar desenvolvimento local, mobilizar empregos, e elevar a competitividade dos pequenos estabelecimentos (FUINI, 2006, p. 64).

A informação apresentada acima por Fuini sugere uma reflexão sobre a viabilidade e a coerência dos APL's para os contextos local, regional e nacional. Deixa claro que existem outras estratégias de desenvolvimento local. Isso deve ser considerado quando se pensa nos APL's com esse objetivo, pois além de ser esta uma estratégia originada de uma realidade social, econômica, política e cultural completamente diferente da realidade brasileira, a viabilidade de outras estratégias deveriam ser analisadas tomando como base as particularidades de cada localidade.

Os APL's, de acordo com Lasters e Cassiolato (2003) envolvem a interação entre empresas, produtoras de bens e serviços assim como fornecedoras de insumos, equipamentos, entre outros. Incluem também organizações públicas e privadas voltadas ao crédito, capacitação e formação de recursos humanos.

Um dos critérios a ser considerado para a definição das atividades a serem exploradas no contexto dos APL's é a aptidão produtiva de cada território, o que deve estar configurado a partir de fatores históricos, econômicos, sociais e culturais. No caso do Semiárido, a maior parte dos APL's tem como foco o fortalecimento de atividades ligadas à agropecuária. Esse fenômeno é justificado pela história da região que teve e tem na pecuária a mola propulsora da economia.

De acordo com Barroso e Soáres (2009), há uma relação histórica com a pecuária bovina de corte, que já exerceu importante papel na economia nordestina. Por problemas de competitividade, a pecuária exclusivamente centrada na bovinocultura de corte, nos segmentos de pequenos produtores, está sendo substituída por outras atividades como a apicultura e a ovinocaprinopecuária, por exemplo. Segundo o autor, estas atividades têm se tornado em negócios bastante promissores, em decorrência da adaptação às condições locais, do crescimento do mercado, da oportunidade para todas as categorias de produtores e do interesse do poder local pela atividade, com pretensão de inserção competitiva, direcionada para a visão sistêmica de cada cadeia produtiva.

A histórica intervenção do governo na tentativa de amenizar ou até mesmo combater a seca e seus efeitos, foi marcada por diversos equívocos técnicos. Se por um lado aumentou os índices econômicos da região, promovido principalmente pela crescente presença das indústrias e da introdução dos pólos de agricultura irrigada nos Vales dos Rios São Francisco e Parnaíba, por outro lado, estas iniciativas contribuíram para o fortalecimento das oligarquias políticas e econômicas regionais e não resolveram os problemas sociais existentes, pois o número de pobres e miseráveis na região ainda é considerado muito alto.

Existe atualmente um conjunto de políticas orientadas para a criação e fortalecimento de Arranjos Produtivos Locais no contexto do Semiárido, graças à atuação das diversas instituições como o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), Banco do Nordeste do Brasil (BNB), Agência do Desenvolvimento do Nordeste (Adene), Companhia do Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf) e órgãos de desenvolvimento dos governos estaduais.

É importante destacar que algumas destas organizações estiveram presentes no processo histórico de desenvolvimento do nordeste a partir da década de 50 do século passado. Estas definiam suas ações no intuito de se combater a seca considerando-a apenas como um fenômeno natural sem inferir as causas políticas e sociais que a geravam. O envolvimento dessas instituições no fortalecimento dos APL's traz algumas preocupações,

principalmente em relação ao processo de desenvolvimento que se almeja, os sentidos das políticas e o público que será beneficiado por essas políticas.

Um dos princípios que norteiam os APL's defende o desenvolvimento da base tecnológica como fator fundamental para a competitividade do parque industrial, além de constituir uma alternativa para melhorar os níveis de competitividade e de fortalecimento das interações entre o sistema produtor de conhecimento (universidades, institutos de pesquisa, etc.) e a base empresarial (Ferreira, 2003; Amorim, 1998; *Apud* BRASIL, 2005, p.42).

Analisando por este aspecto, parece não haver espaço para a inserção da agricultura familiar nesse processo. Pois, as tradições da agricultura familiar não são compatíveis com o foco empresarial, a forma de conceber a produção e o desenvolvimento tecnológico difundido pelos APL's, pois os mesmos estão agregados ao modelo que como veremos mais adiante, já foi fracassado em outros momentos da história agrícola do país.

Em Alagoas, o Programa de Arranjos Produtivos Locais (PAPL) foi criado em 2003 pelo Governo de Alagoas juntamente com o Sebrae-AL. A criação dessa estratégia, se deu pelo fato de haver uma preocupação com a estagnação econômica do estado que pautava-se apenas pela produção do açúcar e álcool, que estavam situadas na zona da mata e litoral do Estado. Além disso, outros fatores podem ter contribuído para a idealização desse programa, como os baixos índices sociais e econômicos do estado.

No entanto, dentre os diversos APL's identificados no estado, no território do Sertão de Alagoas predominam os APL's de Apicultura e Ovinocaprinocultura. Estes têm como público prioritário, os agricultores familiares agregados em associações, cooperativas e pequenos empreendimentos relacionados aos setores contemplados pelo arranjo.

O principal objetivo da atuação articulada de instituições públicas e privadas em torno do Programa de Arranjos Produtivos Locais é promover a competitividade e a sustentabilidade dos micro e pequenos negócios, estimulando processos locais de desenvolvimento, permitindo a conexão do arranjo com os mercados, a sustentabilidade por meio de um padrão de organização que se mantenha ao longo do tempo, a promoção de um ambiente de inclusão de micro e pequenos negócios em um mercado com distribuição de riquezas, e a elevação do capital social por meio da promoção e a cooperação entre os atores do território (ALAGOAS, 2004, p.5).

Nesse sentido, parece haver uma falsa e imediatista pretensão do Governo do Estado de Alagoas em resolver o problema histórico das injustiças e das desigualdades sociais do Estado. O foco em APL's se expressa como uma forma paliativa de amenizar e até mesmo conformar a sociedade, direcionando os investimentos em pesquisas que em sua maioria não

se aplicam a realidade dos agricultores, assim como outras ações que só favorecem as empresas produtoras de bens e insumos, assim como as de prestação de serviços de crédito e consultoria.

Por outro lado, parece haver uma incoerência em relação ao modelo de desenvolvimento que se prega com o que realmente é executado. Isso é evidenciado quando se adotam atividades baseadas em experiências externas ao invés de serem fortalecidas as atividades tradicionais do território. Além disso, os indícios de fortalecimento do capital social e da cooperação entre os atores sociais são praticamente inexistentes.

Pelo exposto acima, as abordagens em torno dos APL's parecem ter a pretensão de retomar as estratégias adotadas pelo Governo nos anos de 1980 e 1990 na tentativa de reduzir os custos e aumentar a competitividade, estimulando a passagem gradual de uma agricultura que tinha como foco uma economia de renda para uma agricultura pautada na economia de risco característica da economia capitalista. Processo que de acordo com Eid et al. (2010), proporcionou a intensiva adoção de tecnologias externas e mudanças organizacionais que elevaram a produtividade do trabalho, da lavoura e melhoraram a qualidade dos produtos” (EID et al., 2010, p.44).

Percebe-se diante disso que a noção de APL parece estar mais adequada a grande produção e a grande propriedade, que utilizando-se dos incentivos governamentais possibilitam o aumento da produtividade e a redução dos custos de produção, a partir do investimento em tecnologias modernas.

Essa perspectiva traz como pano de fundo a indústria fornecedora de insumos exercendo forte papel dentro dos sistemas agroindustriais, oferecendo além de sementes, adubos, máquinas, equipamentos, rações, sementes e produtos veterinários, a prestação de serviços de crédito e assistência técnica. Para os produtores inseridos nesse processo, a junção dos insumos com a prestação de serviços trouxe ganhos com a redução dos custos e aumento da produtividade. No entanto, essas transformações contribuíram para a reprodução das relações históricas de dependência e subordinação do trabalhador (EID et al., 2010, p.44).

Uma lógica que envolve os APL's é a relação da estrutura produtiva com o mercado consumidor. Nesse sentido, Souza (2006) utilizando-se de argumentos de Castro *et al* (1999) disserta que o consumidor final deve ser suprido por produtos que tragam em si a qualidade, a quantidade e com preços compatíveis. “Por esta razão, é muito forte a influência do consumidor final sobre os demais componentes da cadeia e é importante conhecer as demandas desse mercado consumidor”. (CASTRO *et. al*, 1999, Apud, SOUZA, 2006, p. 36).

Ainda nessa lógica, as limitações apontadas por alguns autores para que os agricultores familiares se integrem no contexto dos APL's diz respeito à utilização de equipamentos rudimentares, a estrutura familiar como forma de gestão e o empirismo nas tomadas de decisão. O que pode contribuir para a dependência de políticas agrícolas e das condições climáticas, inviabilizando a integração nas cadeias produtivas (ZYLBERSZTAJN, 1994, Apud SOUZA, 2006, p.30).

Esse pensamento predominante do modelo capitalista de conceber a produção apenas pelas normas do mercado e do consumidor é reproduzido nos APL's. A princípio, as informações apresentadas nos parágrafos anteriores, parecem se contrapor aos processos de gestão e produção da agricultura familiar que tem como uma das grandes características a participação dos membros da família. Além disso, adequar a produção às necessidades do consumidor que dita regras do que produzir, como produzir e por quanto deve ser vendido parecem não ser a forma mais justa, o que configura um tipo de imposição desconsiderando as condições sociais, culturais e ambientais dessa produção. Além disso, a dependência por políticas públicas não é apenas um privilégio da agricultura familiar, a agricultura de escala, convencional, também demanda por políticas governamentais de incentivo, assumindo fatia considerável do montante dos investimentos públicos na agricultura como um todo.

Para se ter uma ideia, de acordo com os dados do Ministério da Agricultura Pesca e Abastecimento (Mapa), para o Plano Safra 2010/2011, por exemplo, foram direcionados 116 bilhões de reais para crédito de custeio e investimento na agricultura, desses apenas 16 bilhões foram destinados a agricultura familiar (BRASIL, 2011, p.1). Isso mostra que não são apenas os agricultores familiares que dependem de políticas governamentais. Apesar de representarem apenas 15,6% do total dos estabelecimentos no Brasil, a agricultura não familiar é contemplada com 86,20% dos recursos destinados ao crédito na agricultura.

Na verdade, no contexto da agricultura familiar existe outra lógica na definição dos processos de gestão, produção e comercialização. Considerar a gestão familiar, a produção priorizando a segurança da própria família e do território com a venda dos excedentes, assim como a diversidade produtiva, são as estratégias que garantiram e garantem a reprodução social do segmento.

Diante disso, pensar na produção da agricultura familiar camponesa apenas pelo viés meramente produtivista é hoje profundamente questionado, principalmente pelos agricultores, que não consideram “[...] a agricultura como um simples campo de investimento de capital e, em consequência, privilegia a quantidade produzida e a produtividade dos fatores produtivos [...]” (WANDERLEY, 2003, p. 53).

Segundo a mesma autora o modelo defendido por esses agricultores vai além do simples critério da quantidade dos produtos, além disso, a produção não é definida apenas pela ótica do consumidor e sim por um pacto social entre estes e os produtores, ou seja, entre os agricultores e a população urbana. Produzir qualidade supõe, nessa perspectiva, que os agricultores dispõem de uma profunda competência profissional que resulta da confluência do saber técnico aprendido com o conhecimento da terra e da atividade agrícola, herdado das gerações anteriores e assimilado pelas experiências cotidianas da observação e do trabalho localizados (WANDERLEY, 2003, p.53).

Reforçando e complementando a ideia, Paulus e Schlindwein (2002) argumentam que é necessário considerar a maneira pela qual a agricultura se engendra diferenciando-se da lógica da produção industrial moderna, não sendo, portanto, somente anterior a esta. Segundo estes autores “poder-se-ia mesmo argumentar que, ainda que hoje tenhamos uma cultura industrial, a origem da nossa civilização resulta muito mais de uma cultura agrícola do que propriamente industrial” (PAULUS e SCHLINDWEIN, 2001, p.45).

Além disso, a forma de produzir envolve outros aspectos que vão além da simples inclusão no mercado. De acordo com Caporal e Costabeber (2002) existe outra lógica que envolve a agricultura familiar, especialmente por sua forma de conceber a produção a partir das tradições camponesas herdadas de seus ancestrais.

Para esses autores, a lógica produtiva considera a produção de subsistência e de bens de consumo em geral, o que não aparece nas medições monetárias convencionais, mas são importantes para o processo de reprodução social e no grau de satisfação dos membros da família. Além disso, a soberania e segurança alimentar perpassam os limites da própria família, estendendo-se para toda uma região, o que pode ser garantido através de estratégias de circuitos curtos de mercadoria e no abastecimento regional e microrregional, tornando indissociáveis as dimensões econômicas e sociais (CAPORAL e COSTABEBER, 2002, p.78).

Para Wanderley (2003) há uma convicção de que o agricultor familiar não é um personagem passivo diante das forças avassaladoras vindas de fora e de cima do seu universo. “Pelo contrário, ele constrói sua própria história nesse emaranhado campo de forças que vem a ser a agricultura e o meio rural inseridos em uma sociedade moderna”. Nesse contexto estes agricultores procuram adaptar-se aos desafios do desenvolvimento rural a partir de suas próprias experiências camponesas (WANDERLEY, 2003, p. 58).

Procurou-se nesse trabalho identificar, também, a possibilidade de uma relação entre a extensão rural e os Arranjos Produtivos Locais, que têm como público prioritário agricultores familiares.

Nesse sentido, cabe ressaltar que o modelo de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) no Brasil, criado a partir do início da década de 40 do século passado e motivado pelo processo de modernização da agricultura, foi direcionado para tornar o meio rural desenvolvido a partir das tecnologias modernas tendo como argumento o fato de que “era preciso superar o atraso do meio rural e para isso era preciso torná-lo desenvolvido com as novas tecnologias (SOÁRES, 2006, p.93).

No entanto, as novas abordagens da Ater de acordo com a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater) devem utilizar metodologias participativas, devendo seus agentes desempenhar um papel educativo, facilitando os processos de desenvolvimento rural sustentável priorizando o potencial endógeno do território e da comunidade, proporcionando a interação entre agricultores estimulando o uso sustentável dos recursos naturais (BRASIL, 2007, p.6).

Esta nova abordagem participativa e direcionada para práticas que garantam a sustentabilidade, não é decorrente do modismo que cerca os novos debates do desenvolvimento na atualidade, mais sim das sérias consequências a que os agricultores foram submetidos a partir do processo difusionista de tecnologias, pautadas no modelo de modernização da agricultura e nos padrões do agronegócio exportador.

Os APL's, apesar de não ser assumido pelos gestores e instituições, ao menos no discurso, terminam por ressuscitar e fortalecer através de suas práticas o modelo reducionista, difusionista e modernizador, marcando um verdadeiro retrocesso nos processos de reprodução e fortalecimento da agricultura familiar como segmento estratégico para a segurança e soberania alimentar do país. No entanto a forma de atuar do governo do Estado de Alagoas junto a outras instituições públicas e privadas do estado, só não causa maiores impactos negativos na agricultura familiar devido as manifestações de resistência desses últimos, já imunizados pelos equívocos de experiências governamentais anteriores que nunca foram efetivas e nem eficientes para resolver os problemas do campo.

Diante do que foi exposto surgem as seguintes indagações: Como ocorre a inserção dos agricultores de base familiar em Arranjos Produtivos Locais considerando que estes agricultores são possuidores de tradições e cultura produtiva que não partilham da mesma ideologia que norteia estes arranjos? Tal questão, nesse estudo, é tida como síntese do problema da pesquisa e a partir dessa questão mestra surgem outras indagações: Como as

ações desenvolvidas pelos APL's se relacionam com a complexidade e a diversidade existente na agricultura familiar? Quais os limites e possibilidades para que as ações de Assistência Técnica e Extensão Rural possam contribuir para esse processo de interação?

Estas indagações delimitaram o problema que norteou essa pesquisa e tornou-se o ponto de partida para um processo de investigação sobre os desafios da inserção dos agricultores familiares nos Arranjos Produtivos Locais.

Para orientação, foram definidas as seguintes hipóteses: a) As estratégias de organização, produção e comercialização desenvolvidas pelos Arranjos Produtivos Locais são concebidas em função da lógica da reprodução baseada na produtividade e em conformidade com a concepção de agronegócio e por isso não se adequam a realidade da agricultura familiar. b) A Extensão Rural, direcionada aos Arranjos Produtivos Locais terá necessariamente que assegurar coerência com a perspectiva da produtividade na lógica do agronegócio, diferente, portanto da Extensão Rural centrada no empoderamento, na autonomia e participação quando dirigidas aos agricultores familiares.

Nesse sentido, este estudo teve por objetivo geral analisar como ocorre a inserção de agricultores familiares do Semiárido alagoano em Arranjos Produtivos Locais considerando a Extensão Rural como um possível instrumento para essa inserção. Como objetivos específicos: 1) Analisar as aproximações entre as práticas dos agricultores familiares e o propósito dos Arranjos Produtivos Locais no Semiárido alagoano. 2) Analisar os limites e possibilidades para que a Extensão Rural torne-se um instrumento para a inserção dos agricultores inseridos nos Arranjos Produtivos Locais no contexto do Desenvolvimento Local.

## **O percurso investigativo: as considerações metodológicas**

Esse trabalho teve como propósito analisar as aproximações da cultura produtiva da agricultura de base familiar com o contexto dos arranjos produtivos locais. No entanto, esta pesquisa teve uma intenção política, pois houve uma pretensão de se identificar e analisar aspectos que poderão contribuir com o fortalecimento dos laços sociais e econômicos existentes dentro do território, instrumentalizando agricultores, técnicos e gestores no processo de desenvolvimento local. Além disso, poderá ser utilizada como subsídio para ensino e pesquisas acadêmicas que tenha como propósito contribuir com o fortalecimento e reprodução social da agricultura familiar no Estado e principalmente do Semiárido alagoano.

De acordo com Lima e De Jesus (2006), quando há uma intencionalidade política na produção de conhecimentos este deve ser legitimado principalmente pela formação acadêmica em diálogo com o conhecimento popular, considerando os agricultores e agricultoras como protagonistas no processo. Estes autores sugerem ainda que na definição dos objetivos ou do objeto a ser estudado devem ser seguidos procedimentos e métodos empíricos com abordagens qualitativas e interpretativas.

De acordo com o nível de abrangência, esta pesquisa foi classificada como exploratória ou ensaística, pois de acordo com Vasconcelos (2004), este tipo de investigação tem como foco a investigação de fenômenos e processos complexos, pouco conhecidos ou sintetizados e passíveis de várias interpretações. Em sua versão mais simples, segundo o mesmo autor, este tipo de pesquisa aplica-se ao estudo de realidades sociais e organizacionais específicas pouco conhecidas.

Como estratégia de pesquisa, foi adotado o estudo de caso, pois houve a pretensão de se analisar as iniciativas utilizadas pelos APL's para a inclusão dos agricultores na lógica do desenvolvimento local.

Tomou-se como base o estudo da realidade de agricultores inseridos em APL confrontando com a realidade de agricultores que não estão inseridos nos mesmos. Esta estratégia, de acordo com Laville e Dionne (1999), permite fornecer explicações no que tange diretamente o caso estudado assim como elementos que lhe marcam o contexto.

O processo investigativo, desde o seu planejamento até a análise dos dados, teve uma duração de nove meses compreendendo o período de junho de 2010 a fevereiro de 2011 (nove meses).

No que diz respeito às técnicas utilizadas para este estudo foram a revisão bibliográfica e documental, as observações de campo e as entrevistas. Para as entrevistas foi utilizado um roteiro semiestruturado (APÊNDICES A e B), que tinha como objetivo servir como instrumento para a coleta de dados qualitativos, por esse motivo, o mesmo continha apenas questões abertas para que fosse permitida maior expressividade dos entrevistados. As questões foram elaboradas considerando os objetivos do estudo, e estavam relacionadas às tradições e à cultura produtiva dos agricultores, assim como a sua relação com o APL.

O município foi escolhido estrategicamente a partir de quatro critérios, a saber: a) existência de ações sendo desenvolvidas no município por pelo menos dois APL's; b) estar o município localizado na região do Semiárido; c) existência de número significativo de agricultores para a formação da amostra; e d) acesso a lideranças do município que tinham contato ou referência dos agricultores do município.

Não houve critério para seleção desses agricultores, apenas foi feita uma relação com o nome e endereço de acordo com as três categorias da amostra. Essa relação foi elaborada com a participação da Secretaria de Agricultura do Município, da Associação de Apicultores e com o Conselho Municipal da Merenda Escolar.

A amostra idealizada inicialmente foi de trinta agricultores, sendo estes divididos em três categorias a saber: dez agricultores inseridos no APL de Ovinocaprinocultura, dez inseridos no APL de Apicultura e dez agricultores não inseridos em APL. Com a realização das entrevistas percebeu-se que as informações apresentadas pelos agricultores estavam se tornando repetitivas, nesse caso a amostra foi reduzida para doze agricultores o que significa que o número de entrevistados por categoria da amostra que era de dez foi reduzido para quatro, o que, acredita-se não alterou a qualidade das informações. Também foram acrescentadas a amostra duas lideranças que representavam os agricultores nas ações dos APL's e um Agente de Desenvolvimento Rural (ADR) que prestou assistência aos agricultores inseridos em APL.

Para maiores esclarecimentos sobre a composição e as categorias da amostra, foi elaborado um quadro apresentando algumas características dos entrevistados. Nesse sentido, na apresentação das falas dos entrevistados, nos capítulos 4 e 5 desse trabalho, foi utilizado apenas a sigla do nome como identificação.

Identificação	Categoria	Sexo	Idade	Atividades	APL
E.A.M.	Agricultor	M	55	Cultivos anuais, bovinocultura, apicultura.	Apicultura
G.S.I	Agricultor	M	22	Professor voluntário da rede municipal, cultivos anuais e apicultura.	Apicultura
B.S.L.	Agricultor	M	46	Cultivos anuais, bovinocultura e apicultura.	Apicultura
M.D.S.	Agricultor	M	58	Cultivos anuais, bovinocultura, suinocultura e apicultura	Apicultura
P.J.A.	Agricultor	M	39	Cultivos anuais, bovinocultura e caprinocultura	Ovinocaprinocultura
C.A.M.	Agricultor	M	42	Cultivos anuais, bovinocultura e caprinocultura	Ovinocaprinocultura
J.A.C.	Agricultor	M	47	Cultivos anuais, bovinocultura, caprinocultura	Ovinocaprinocultura
A.B.M.	Agricultor	M	31	Cultivos anuais, caprinocultura, comercio rural	Ovinocaprinocultura
M.L.S.	Agricultor	F	39	Cultivos anuais e ovinocultura	Nenhum
E.V.S.	Agricultor	M	54	Cultivos anuais, hortaliças, frutíferas e bovinocultura	Nenhum
E.B.S.	Agricultor	M	71	Cultivos anuais, bovinocultura e aposentadoria	Nenhum
G.A.C.	Agricultor	M	58	Prestação de serviços rurais, cultivos anuais, bovinocultura e suinocultura	Nenhum
R.S.T.	Liderança	M	44	Agricultura e pecuária	* <sup>1</sup>
S.R.J.	Liderança	M	52	Agricultura e pecuária	*
E.S.V.	Tec. Agropecuária	M	41	Agente de Desenvolvimento Rural	*

**Quadro 01.** Características das categorias da amostra

Para que fosse garantida a originalidade das informações contidas nas entrevistas as mesmas foram gravadas e transcritas gerando um documento denominado de Caderno de Entrevistas. Para que fosse garantida a consistência das informações e para que houvesse maior tranquilidade por parte dos entrevistados no ato de transmitir as informações, os mesmos não foram identificados. Elaborou-se um quadro apresentado anteriormente, utilizando, nesse caso alguns códigos como sigla com as iniciais do nome, idade e APL em que estava inserido. Para que fosse garantido maior sigilo das lideranças e do ADR entrevistados, foram utilizados códigos diferentes da sigla do nome e das idades dos mesmos. Nos capítulos 4 e 5, ao se utilizar de falas decorrente das entrevistas com participantes da amostra, os textos foram apresentados em itálico seguido de um código de identificação, de acordo com o quadro acima apresentado, isso foi necessário para que houvesse uma diferenciação das demais citações do trabalho.

<sup>1</sup> Informação omitida para garantir a privacidade e a sigilosidade dos entrevistados.

A realização do estudo bibliográfico e documental possibilitou a identificação de subsídios importantes para a análise dos dados. Além disso, foram fundamentais não apenas para uma introdução no universo de informações a respeito do objeto de estudo, como também para uma contextualização histórica dos debates que diretamente se relacionam com os acontecimentos atuais. Foram utilizados para isso a consulta a documentos, materiais impressos, assim como informativos disponibilizados no site da Secretaria Estadual de Planejamento e Orçamento (Seplan). Também foram consultados, livros, revistas, artigos e outras publicações relacionadas ao tema da pesquisa.

Com a aplicação da metodologia acima, foi possível se chegar a alguns resultados que nesse trabalho ficaram divididos em quatro capítulos, além da introdução e da conclusão. Nesse sentido, o trabalho que ora é apresentado ficou organizado da seguinte forma:

No **CAPÍTULO 01 - O desenvolvimento do Semiárido: das políticas de combate a seca às alternativas para convivência com o Semiárido.** Nesse capítulo foi feita uma abordagem sobre as contribuições do processo de ocupação das terras do Sertão para a consolidação de uma sociedade de homens e mulheres que atualmente fazem parte da paisagem e de um cotidiano de lutas, resistência e desafios a serem superados. Também foram resgatadas informações a respeito aos impactos das secas, assim como as políticas governamentais criadas na tentativa de combate a este fenômeno, abordando também os benefícios e malefícios dessas políticas para o agravamento da exclusão e da persistência da miséria e da pobreza. Finalizando o capítulo será feita uma apresentação das atualidades e perspectivas a respeito do desenvolvimento da região, pautada na convivência sustentável com a seca ao invés de serem combatidos os seus efeitos. Esse capítulo teve como pretensão levantar subsídios para refletir sobre a questão em estudo, ou seja, quais os caminhos tomados pelas políticas governamentais no intuito da promoção social e econômica do Nordeste Semiárido, principalmente para a agricultura familiar, e de que forma essa políticas chegam e são apropriadas por esses personagens.

O **CAPÍTULO 02 - Aspectos gerais sobre a agricultura familiar no Brasil e no Semiárido: contextos e perspectivas para a sustentabilidade.** Aborda em um primeiro momento os debates em torno da agricultura sustentável, seus fundamentos históricos a partir da introdução no Brasil da agricultura moderna e o seu potencial dentro do processo do desenvolvimento rural sustentável. Na segunda parte será apresentada uma contextualização da agricultura familiar no Brasil, tendo como eixo os principais debates sobre esta categoria social, assim como as tendências para o fortalecimento e preservação das tradições e identidade camponesa. Nesse capítulo será apresentado um recorte sobre as particularidades

da modernização agrícola que termina por mudar as paisagens naturais da agropecuária em alguns territórios, em detrimento de outros. Também serão apresentados alguns aspectos a respeito da agricultura familiar no estado de Alagoas e no município de São José da Tapera.

Concluindo a parte referencial, o **CAPÍTULO 03 - Algumas possibilidades para o desenvolvimento no Semiárido: a inter-relação entre os Arranjos Produtivos Locais, a Extensão Rural e o Desenvolvimento Local**. Esse capítulo analisa os Arranjos Produtivos Locais como uma das possíveis estratégias para se chegar ao Desenvolvimento Local, considerando-se também as tendências atuais da Extensão Rural como instrumento fundamental para inserção de homens e mulheres como protagonistas e não meramente como beneficiários passivos do processo. Além disso, serão abordados os contextos em que se inserem os APL's de Apicultura e Ovinocaprinocultura no Semiárido alagoano.

No **CAPÍTULO 04 - Os Arranjos Produtivos Locais no cotidiano dos Agricultores Familiares no Semiárido alagoano**. Esse capítulo apresenta parte dos resultados do levantamento de dados primários junto aos agricultores familiares, lideranças e técnicos do município de São José da Tapera. Procurou-se fazer uma análise comparativa entre os agricultores inseridos nos Arranjos Produtivos Locais com aos agricultores que não estão inseridos no mesmo contexto. Procurou-se também observar o nível de compreensão e envolvimento desses agricultores na estratégia do APL e quais os impactos das ações no cotidiano e na cultura produtiva dos agricultores.

O **CAPÍTULO 05 - Os Arranjos Produtivos Locais, Extensão Rural e a inserção dos agricultores no mercado**. Esse capítulo apresenta-se como uma continuidade do capítulo anterior. Baseado também nos dados primários da pesquisa, apresenta informações inerentes as contribuições dos APL's para a inserção dos agricultores no mercado. Outro aspecto discutido nesse capítulo diz respeito às limitações e desafios da Ater dentro do contexto dessa estratégia governamental.

## **CAPÍTULO 01**

### **O desenvolvimento do Semiárido: das políticas de combate as alternativas de convivência com a seca**

As políticas governamentais desenvolvidas atualmente direcionadas ao desenvolvimento do Nordeste e principalmente ao Semiárido brasileiro tiveram suas origens a partir do momento em que a existência das secas assim como suas conseqüências, passaram a fazer parte da preocupação dos colonizadores no período do Império. A partir daí foram implantadas uma série de iniciativas, que pelas conseqüências de seus equívocos, acabaram por agravar ainda mais a as desigualdades sociais, fortalecendo as oligarquias políticas e econômicas locais, assim como a preservação do latifúndio, aumentando à miséria e consequentemente a migração em massa de sertanejos para contribuir, através da mão-de-obra, com o crescimento econômico, principalmente dos estados da região Sudeste do Brasil. O descaso e a ineficiência intencional das políticas governamentais, contribuíram para que a sociedade civil organizada passasse a discutir e protagonizar as estratégias de desenvolvimento da região, organizando-se em fóruns locais, estaduais, regionais e nacionais de discussão e deliberação, no intuito de erradicar no nordeste a cultura de miséria, fortalecendo a identidade e a cidadania em torno das potencialidades da região.

#### **1.1 O processo de ocupação do Semiárido e a definição das primeiras atividades econômicas**

As características ambientais do Semiárido, assim como seu povoamento e os processos sociais, econômicos e políticos ocorridos ao longo da história, principalmente dos últimos séculos, foram marcantes para a consolidação de uma cultura de miséria, dependência e de sofrimento, fato que só nos últimos vinte anos vem passando por profundas reflexões pautadas pelos movimentos sociais populares que terminam influenciando a implementação de projetos alternativos e políticas públicas que assumem as perspectivas de uma convivência sustentável de homens e mulheres nesse ambiente.

No que se refere à invasão da região pelos colonizadores, Alves da Silva (2008) afirma que até a primeira metade do século XVII algumas áreas secas de parte dos estados do Nordeste era de domínio dos povos indígenas. Para o autor, as ações de resistência desses personagens, a aspereza do ambiente junto com a falta de interesse econômico, foram os responsáveis pelas dificuldades da invasão dos colonizadores a região Semiárida.

Ainda de acordo com o autor, foi a partir desse período que se deu início ao processo de colonização da região, ocorrido em três movimentos históricos. O primeiro aponta a empresa açucareira como matriz de uma nova ordem social no Nordeste, ou seja, a economia pecuária no Agreste e no Sertão fornecia animais de transporte, de tração, de corte e lenha para as caldeiras. Essas indústrias mantinham nessas regiões, um subsistema para suas necessidades de abastecimento (FURTADO, 1985 apud ALVES DA SILVA, 2008, p.33).

O segundo movimento de invasão deu-se a partir da exploração da calha dos Rios São Francisco e Parnaíba em busca de minerais preciosos. Nesse período, os indígenas vencidos pelos colonizadores evadiram-se para os sertões. “Esse movimento desempenhou importante papel na ocupação dos territórios do Sertão da Bahia, de Pernambuco e do Piauí, com ocupação de áreas de criação de gado” (ALVES DA SILVA, 2008, p. 34).

O terceiro movimento de invasão e de colonização foi decorrente da “fuga de colonizadores do Litoral para o Sertão durante o período de ocupação holandesa (1624 a 1654)”. Para o autor, esse processo de ocupação consolidou-se apenas no final do século XVIII, com o extermínio dos povos indígenas (ALVES DA SILVA, 2008, p.33).

De acordo com Souza Filho (2006), a primeira atividade explorada economicamente na região foi a criação de gado que ocupou a região até a seca de 1777, quando grande parte do rebanho do semi-árido foi dizimado pela seca. “E naquela época, se montava uma primeira manufatura no Nordeste Semiárido: a manufatura do couro. O beneficiamento do couro está associado à charqueada, que tinha como mercado os escravos da zona da mata” (SOUZA FILHO, 2006, p.50).

Com o surgimento das primeiras limitações em relação à manutenção das atividades pecuárias, a criação de gado passou a ser associada com a produção de algodão. Novamente, esse processo foi influenciado pelo clima, dessa vez pela estabilidade climática existente no período compreendido entre 1844 e 1877. As chuvas regulares, aumentaram significativamente a população animal. Por outro lado, a Guerra da Secessão Americana possibilitou acesso do algodão do Semiárido ao mercado Europeu. Nesse momento, o solo guardava ainda suas propriedades de fertilização natural, elevava a produtividade do algodão.

Este quadro permanece até a seca de 1877 que causou um grande flagelo na região (SOUZA FILHO, 2006, p.50).

Nesse cenário, as atividades pecuárias foram sustentadas sob o domínio dos grandes proprietários geralmente donos dos latifúndios, no entanto restava aos agricultores o cultivo do algodão e de outras atividades de sequeiro geralmente os cultivos de subsistência para a alimentação e para a obtenção de renda. Considerando o cultivo do algodão a principal fonte de renda dos pequenos produtores, Araújo (1997) disserta que “na ausência do produto, esses pequenos produtores são obrigados a levar ao mercado o reduzido excedente da agricultura alimentar tradicional de sequeiro (milho, feijão e mandioca)” (ARAÚJO, 1997, p.17).

Esse processo deixou milhares de sertanejos em situação de pobreza, indigência e miséria, que se tornaram cada vez mais vulneráveis nos períodos de estiagem e cada vez mais dependentes da estrutura fundiária, que utilizava-se dessa fragilidade para tornar mais consistente seu poderio econômico e político.

A região foi, ao longo do tempo, tratada como região problema, revelada pelos órgãos governamentais e pelos meios de comunicação como cenário de miséria e de flagelo, região que precisava de obras gigantescas que milagrosamente resolveriam os problemas das populações locais.

## **1.2 O fenômeno das secas como instrumento para a consolidação do latifúndio**

O fenômeno das secas foi, ao longo do tempo, relacionado a um cenário de escassez e miséria, apesar de seus efeitos afetarem diretamente toda a população da região, são as camadas sociais excluídas as mais afetadas. Por outro lado, “a perspectiva de chuvas funciona no imaginário coletivo como um termômetro da tragédia e das agitações sociais, gerando uma expectativa lancinante e dolorosa para todos, por que é à própria estrutura última de organização da sociedade que estes eventos se remetem” (NEVES, 2006, p.136).

As secas recorrentes conduziam à fome e ao êxodo em massa. A incidência da fome afeta principalmente as parcelas constituídas pelos trabalhadores sem terra que de acordo com Ab’Sáber (1999) é “o principal segmento da força de trabalho dos sertões – identificado como a maior reserva de mão-de-obra braçal das Américas – cria uma aura de sobreviventes para todos os componentes de uma sociedade constituída de vaqueiros e camponeses” (AB’SABER, 1999, p.25).

Por outro lado, a tentativa de fugir dos impactos das grandes secas, as populações migraram para as áreas ribeirinhas ou de grandes vales, onde terminam por ser mais uma vez vítimas de outras tragédias naturais, dessa vez ocasionada pelas inundações.

Os mais afetados são integrantes das parcelas mais pobres da população, instalados em sítios inadequados nos arredores das cidades sertanejas, localizadas nos eixos dos grandes vales.[...] As populações mais carentes, à míngua de melhor local para viver, utilizam os espaços ribeirinhos, de alto risco e inadequados. É exatamente o caso dos espaços físicos e sociais que foram castigados pelos efeitos das inundações recentes dos baixos vales de rios nordestinos (AB'SABER, 1999, p.24).

De acordo com o mesmo autor o aumento populacional e a ausência de oportunidades de emprego ocasionaram a migração para outras regiões em busca de garantir a própria sobrevivência. Afirma ainda que “a grande região seca brasileira passou a ter o papel histórico de fornecer mão-de-obra barata para quase todas as outras regiões detentoras de algum potencial de emprego” (AB'SABER, 1999, p.26).

Os refugiados tinham a esperança de retornar aos seus lares após a seca, mas muitos permaneceram fora para sempre e em alguns casos, criando novos povoados ao longo dos rios. Em outros casos, as secas foram responsáveis pela emigração de nordestinos para regiões distantes do Brasil “[...] onde passaram a contribuir com a força de trabalho nas minas de Minas Gerais e no parque industrial de São Paulo e também foram instrumentais na abertura da extremidade oeste da bacia amazônica” (HASTENRATH e MOURA, 2006, p.78).

Para os que permanecem na região, dois problemas estão presentes o acesso à água e à terra. Estes problemas estão intimamente ligados à questão fundiária, pois os recursos hídricos da região (açudes e barragens) quase sempre estão dentro dos latifúndios e sobre o poder das oligarquias locais. Este fato é frequentemente denunciado pelos Movimentos Sociais Populares, mostrando a vulnerabilidade e a dependência dessas pessoas perante aos grupos dominantes.

Com o controle da terra por parte de um número reduzido de famílias, também a água tende a ser privatizada, cercada. Por isso, o acesso a ela, especialmente nos períodos em que as chuvas se tornam mais irregulares ou há estiagem, é fonte de relações de troca desiguais: pelo *favor da água* os proprietários cobram *fidelidade, lealdade, votos nas eleições*. A maioria da população, junto com a falta de oportunidades econômicas, perde sua autonomia, sua liberdade (POLLETO, 2001, p.13).

Reforçando a ideia, Araújo (1997), disserta que “as velhas estruturas sócio-econômicas e políticas têm na base fundiária e no controle do acesso à água seus principais pilares de sustentação e de dominação (política e econômica)” (ARAÚJO, 1997, p.19).

A busca pelas áreas com maior disponibilidade de recursos hídricos naturais na região, como já visto, definiram ao longo do tempo as áreas povoadas do Semiárido. De acordo com Souza Filho (2006) o acesso ou a restrição aos sistemas de recursos hídricos determinam o nível de qualidade de vida da população. Esse autor apresenta a existência de dois nordestes Semiáridos, um que possui um hidrossistema onde a variabilidade climática é menor, possibilitando o desenvolvimento da agricultura irrigada, abastecimento e a implantação de indústrias possibilitando a geração de riquezas. Outro que não possui o hidrossistema, onde há vulnerabilidade das atividades agropecuárias predominantemente de sequeiro, podendo gerar epidemias de miséria (SOUZA FILHO, 2006, p. 54).

Informações do Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Semi-Árido (PDSA) apontam como justificativas para a concentração das terras no Semiárido, a “baixa qualidade das terras agricultáveis, em virtude do relevo alterado, dos solos rasos e pedregosos e da reduzida capacidade de absorção de água” assim como a “influência do clima predominante, que responde pela ocorrência de chuvas esparsas e irregularmente distribuídas” o que acarreta na baixa produção de excedentes devido essa produção “flutua juntamente com o fenômeno da seca. Essa instabilidade, por sua vez, reflete sobre a estrutura fundiária, gerando o fenômeno da alta concentração de ativos no meio rural” (BRASIL, 2005, p.19).

Esse argumento parece tentar amenizar ou omitir as verdadeiras causas da questão da concentração de terras, um problema que pode ser considerado um dos mais importantes para a ocorrência da fome e da miséria na região. Apesar das questões naturais fazerem parte dos elementos que contribuíram para a formação dos latifúndios, outras causas também devem ser consideradas. Além disso, se forem responsabilizadas apenas as questões climáticas e geológica como causas da má distribuição de terras, como justificar a concentração de terras na Zona da Mata onde as condições ambientais são mais favoráveis?

Nesse sentido, Andrade (1988), afirma que diante dos efeitos das secas, os agricultores com suas produções inviabilizadas terminam por vender suas terras a preços baixos para os latifundiários. Por outro lado, acrescentando outros critérios que justificam a existência dos latifúndios, Melo (1989), aponta a pecuária extensiva modernizada como outra ocorrência que agravou a questão fundiária no nordeste. Afirma ainda que a pecuária expulsou o policultivo alimentar e, conseqüentemente, o homem das propriedades.

Graziano da Silva (1989), acrescenta ao debate outra causa para a concentração de terras na região, segundo ele, a introdução da agricultura irrigada, como marco da modernidade no Semiárido, não foi capaz de modernizar também a estrutura agrária, pelo contrário, agravou ainda mais a questão na região.

No que diz respeito ainda as questões de acesso a terra, boa parte da população da região semiárida teve e ainda tem suas vidas limitadas e dependentes dos latifúndios para a garantia de sua sobrevivência, esse argumento foi apresentado por Celso Furtado (1999) quando disse “A sociedade que emergiu na zona semiárida, cujo povoamento deu-se com base na pecuária extensiva, tinha como traços característicos a dispersão espacial dos camponeses e a total dependência destes com respeito aos proprietários de terras”. (FRUTADO, 1999, p.22).

Apesar das limitações de acesso a terra e a água, os agricultores buscam formas diversas para garantir a sua sobrevivência. Mesmo mantendo sua produção nos anos de chuvas regulares, não conseguem constituir reservas para os anos de seca. Frente a essas limitações, em algumas áreas os agricultores buscam alternativas extremas para sua sobrevivência, buscando o cultivo de lavouras ilícitas. Já em todo o território do Nordeste são os benefícios sociais principalmente a aposentadoria que garantem a sobrevivência das famílias, é o que afirma Tânia Bacelar de Araújo.

Nessas áreas, nos anos de chuva regular, os pequenos produtores, reideiros e parceiros produzem, mas não conseguem acumular: descapitalizados ao final de cada ciclo produtivo, são incapazes de dispor de reservas para enfrentar um ano seco. Nesse quadro, portanto, não houve mudanças significativas, e as que aconteceram, em geral, tiveram impactos negativos, como o desaparecimento da cultura do algodão. Em algumas sub-regiões (como no sertão pernambucano) a maconha tem avançado bastante, gerando renda ilegal mas capaz de compensar o desaparecimento da renda do algodão. De positivo, cita-se a extensão da ação previdenciária, cobrindo parte da população idosa e assegurando renda (mínima, mas permanente) a muitas famílias sertanejas. Hoje, com frequência, os velhos sustentam os jovens nessa parte do Nordeste (ARAÚJO, 1997, p.17).

### **1.3 As ações governamentais para o combate da seca**

As primeiras intervenções do governo para os períodos de seca só surgiram a partir da segunda metade do século XIX, quando os longos períodos de estiagem ocasionavam a dizimação dos rebanhos, comprometendo o desenvolvimento da produção agropecuária. “Cada uma das grandes secas que ocorreu nos séculos XVIII e XIX foi desastrosa para a

economia pecuária, desestabilizando a emergente indústria de charque” (ALVES DA SILVA, 2008, p.38).

As primeiras ações governamentais para a região do Semiárido começam a fazer parte na pauta nacional a partir da grande seca de 1845, seca esta que deixou profundas marcas na economia nordestina. Essas ações surgem pela influência dos primeiros documentos oficiais sobre o assunto contribuindo para que o Governo Imperial tomasse a decisão de intervir na área das secas. Para isso, foi criada, em 1856, uma Comissão Científica para estudar a realidade do Nordeste e propor soluções para o enfrentamento das problemáticas. Os estudos realizados por esta Comissão sugeriam a execução de obras que pudessem solucionar o problema das secas (ALVES, 1982, Apud ALVES DA SILVA, 2008, p. 40-41).

O imediatismo assistencialista marcou as ações governamentais na tentativa de enfrentamento da seca. Na seca ocorrida no período de 1877 a 1879, por exemplo, onde morreram mais de um milhão de sertanejos, o imperador Pedro II chegou a oferecer a própria coroa para acabar com a seca na região. “Esse gesto caritativo é emblemático da postura que o governo adotou no socorro circunstancial às vítimas das secas, a serviço da reprodução do sistema algodoeiro-pecuário e do poder de seus coronéis.” Já na seca de 1898 a 1900, “o governo chegou a estabelecer um serviço gratuito de transporte para os retirantes que desejassem se deslocar para as lavouras de café no Centro-Sul e para a Amazônia, a fim de trabalhar nos seringais” (ALVES DA SILVA, 2008, p.43).

Só a partir de 1909, com a criação da Inspetoria de Obras Contra a Seca (IOCS) é que o combate a seca passa a ser institucionalizado. A criação dessa instituição marca o início de um conjunto de ações direcionadas ao combate aos efeitos da seca.

O Iocs foi responsável pela realização dos primeiros e mais importantes estudos sobre o Nordeste, em 1909. Dez anos depois transformou-se em Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS) e em janeiro de 1945, passou à condição de autarquia sob o nome de Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) (BRASIL, 2005, p.20).

Nesse processo de consolidação institucional, as ações foram pautadas na implantação de obras de infra-estrutura hídrica, de ações emergenciais e de rodovias, ferrovias e hidrovias.

Ao analisar a atuação dessa institucionalização, Oliveira (1981) avalia que com os estudos físicos e geográficos foi possível perceber os avanços na descoberta das limitações e potencialidades da região. Porém, por outro lado, estes estudos realizados sem considerar a

estrutura socioeconômica fizeram com que as questões sociais e econômicas não lograssem êxito comparativamente as obras de infra-estrutura.

A forma de atuação do Denocs tornou-se alvo de sérias críticas, principalmente as que dizem respeito às limitações técnicas nas ações governamentais no combate a seca. A respeito disso, Alves da Silva (2008) aponta alguns argumentos para essa crítica. Dentre eles destaca a ineficiência e dispendiosidade da açudagem devido à elevada evapotranspiração da região; o rompimento dos açudes nas épocas de grandes cheias devido à fragilidade das estruturas físicas, o que impossibilitava o acúmulo de água para as épocas de seca; a localização dos grandes açudes que não foram concebidos com a finalidade de melhorar a produção agrícola, sendo construídos distante das várzeas irrigáveis, atendendo número limitado de famílias; e, as áreas irrigadas permaneciam sob o domínio dos grandes proprietários, que priorizavam a utilização para manter suas atividades agropecuárias.

Foi justamente nessa época, em meados do século XX, que os debates sobre desenvolvimento regional deram um novo rumo as políticas de desenvolvimento no nordeste, estas políticas assumem nesse momento a missão de promover o equilíbrio econômico Inter-regional, o que determinou o redirecionamento das ações. De acordo com Alves da Silva, as ações de desenvolvimento incentivadas principalmente entre as regiões Nordeste e Centro-Sul desfrutavam de processos desiguais em relação às demais regiões brasileiras.

De um lado, assistia-se ao crescimento econômico no Centro-Sul do país, com base no dinamismo industrial e, do outro, a lentidão e o atraso na economia regional nordestina, refletindo a estagnação da agroindústria açucareira e do complexo algodoeiro-pecuário [...] (ALVES DA SILVA, 2008, p.50).

Para Rocha e Bursztyn (2008) “a intervenção do poder central, numa estratégia de desenvolvimento regional, teve início efetivo no Nordeste com a fundação do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), em 1952”. Nesse sentido, Alves da Silva (2008) disserta que “o BNB foi criado a partir de uma constatação de que o Semiárido carecia de organizações capazes de estruturar sua economia, gerando uma mentalidade empresarial moderna” (ALVES DA SILVA, 2008, p.52).

Em 1950, foi criado o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), concebida por Celso Furtado que considerava que os problemas do Semiárido Nordestino seriam, efetivamente, solucionados mediante a reorganização de sua economia. Para isso, era preciso aumentar a produtividade das atividades agropecuárias ali praticadas ou

a serem introduzidas, investindo em projetos de irrigação, liberando dessa forma mão-de-obra rural para os setores não-agrícolas (BRASIL, 2005, p. 21)

A criação do GTDN, surge como resposta do governo federal às pressões constantes da emergência de novos atores da região no cenário político nacional, assim como dos movimentos sociais (ligas camponesas e sindicatos rurais e urbanos), mobilizados pela Igreja Católica. Estes atores buscavam um novo tratamento para com a região e as pessoas que nela habitavam (ALVES DA SILVA, 2008, p. 53).

A Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), criada em 1959, assume as estratégias idealizadas pelo GTDN, principalmente no que diz respeito aos seus Planos Diretores. As ações da Sudene centraram-se no aumento da produtividade agropecuária com base principalmente na bovinocultura e no cultivo de algodão, e em iniciativas destinadas a também aumentar a resistência econômica das explorações no Semiárido, aproveitando as águas dos açudes públicos para programas de irrigação (BRASIL, 2005, p.22).

A implantação da Sudene como organização executora das estratégias elaboradas pelo GTDN tinha como pretensão atuar “no sentido de ‘modernizar’ a região e integrá-la à economia nacional, usando como principal estratégia à atração de indústrias. Os resultados foram distintos nos diversos estados da região” (ROCHA e BURSZTYN, 2008, p.269). Estes autores apontam indícios de que havia uma intenção de se compensar o fracasso das atividades agrícolas na região através da introdução de indústrias.

A industrialização significava desenvolvimento; uma alternativa de redução das desigualdades regionais, por meio da criação de empregos e ampliação do mercado consumidor – já que a agricultura na região era inviabilizada pela seca e pela concentração de terras. Assim, a indústria aparecia como elemento de dinamização econômica regional (ROCHA e BURSZTYN, 2008)

Os objetivos da Sudene foram ao longo do tempo sendo desvirtuados, fugindo do que havia sido o propósito do GTDN. A superintendência passou a fortalecer e apoiar as oligarquias agrárias enquanto mantinha parcerias internacionais com a precaução do avanço dos movimentos comunistas.

Os desvios ocorridos na Sudene em relação às propostas do GTDN também se repetiram no Semi-Árido, com a opção da Sudene pela modernização do setor agropecuário, mantendo privilégios das oligarquias agrárias nas ações de combate à seca e priorizando os programas assistenciais com ajuda internacional, como a “Aliança para o Progresso”, criada pelos Estados Unidos da América como uma tentativa de evitar os supostos avanços comunistas na América Latina. Além das políticas assistenciais e da continuidade das ações hídricas de represamento de água,

os incentivos fiscais foram utilizados também para o fortalecimento da estrutura agrária do Semi-Árido, com a modernização das atividades pecuárias e a implantação das áreas de irrigação (ALVES DA SILVA, 2008, p.56)

A partir da década de 70, as ações desenvolvidas pela Sudene tomaram novos rumos, isso a partir da criação de Programas Especiais de Desenvolvimento Regional, a exemplo do Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste (Polonordeste); do Programa Especial de Apoio ao Desenvolvimento da Região Semiárida do Nordeste (Projeto Sertanejo); e do Programa de Desenvolvimento da Agroindústria do Nordeste (PDAN). “Vale destacar que esses programas foram concebidos muito mais na perspectiva centralizadora do governo federal, em relação ao desenvolvimento do Nordeste, do que como resultado de decisões emanadas da própria Região” (BRASIL, 2005, p.24).

Além desses programas outros também ocorreram no período entre 1970 e 1988, foram eles:

- PIN-Proterra (1971) – Tinha como objetivo promover a colonização na Amazônia e no Nordeste;
- Provale (1971) - Incentivou a Irrigação do Vale do São Francisco;
- Prohidro (1979) – Fornecer água para as atividades agrícolas irrigadas;
- Provárzeas (1981) – Apoiar a produção de alimentos básicos em áreas de várzeas;
- Projeto Nordeste (1983) – Restaurar e integrar os projetos de desenvolvimento;
- Papp (1983) – Apoiar o pequeno produtor rural por meio de infra-estrutura, irrigação, crédito rural, comercialização, assistência técnica e extensão, pesquisa e acesso à terra;
- Projeto São Vicente (1986) - Oferecer suporte técnico e financeiro a pequenos produtores;
- Proine (1986) – Promover a irrigação no Nordeste;
- Projeto Padre Cícero (1988) - Ampliar o número de reservatórios da água no interior do Nordeste, incentivando a convivência com a seca (ALVES DA SILVA, 2008, p.57).

Alves da Silva (2008) utilizando informações de Bursztyn (1985), a respeito de análises feitas dos programas governamentais ocorridos a partir da década de 70, revela que a nova postura política adotada pelo Estado brasileiro tem contribuído para o fortalecimento das

antigas estruturas socioeconômicas e políticas regionais pela modernização da grande propriedade agrícola; Amplia o caráter autoritário do governo a partir dos novos instrumentos de intervenção programada (crédito, assistência técnica e infra-estrutura); e, o resgate por parte dos grandes proprietários rurais em seu próprio proveito de ações do estado que tinham como prioridade os pequenos produtores (BURSZTYN, 1985 Apud. ALVES DA SILVA, 2008, p.57).

A partir do exposto, é possível afirmar que as iniciativas governamentais, na tentativa de amenizar ou até mesmo combater a seca e seus efeitos, foram marcados por diversos equívocos técnicos. Se por um lado, aumentou os índices econômicos da região, promovido principalmente pela crescente presença das indústrias e da introdução dos pólos de agricultura irrigada nos Vales dos Rios São Francisco e Parnaíba. Por outro lado, não resolveu os problemas sociais existentes na região, pois o número de pobres e miseráveis na região ainda é considerado muito alto, além de ter contribuído para o fortalecimento das oligarquias regionais.

#### **1.4 As alternativas para a convivência com o Semiárido**

Os equívocos ocasionados pelas políticas governamentais no último século e o fortalecimento das organizações não governamentais e movimentos sociais populares a partir da década de 70, possibilitaram uma nova tendência para o desenvolvimento do Semiárido. Busca-se nesse cenário, não mais ações para o combate a seca, e sim alternativas que possam garantir uma convivência digna das populações nessas regiões.

Paralelo ao processo de modernização do Semiárido, foi construído no imaginário da população, de acordo com Malvezzi (2007), uma [...] “idéia de uma região árida, não semi-árida. É como se não chovesse, como se o solo estivesse sempre calcinado, como se as matas fossem secas e as estiagens durassem anos” (MALVEZZI, 2007, p. 11). Outras imagens que ficaram marcadas foram:

As imagens de migrantes, de crianças raquíticas, do solo estorricado, dos açudes secos, dos retirantes nas estradas, dos animais mortos, da migração da Asa Branca – essas imagens estão presentes na música de Luis Gonzaga, na pintura de Portinari, na literatura de Graciliano Ramos e na poesia de João Cabral de Mello Neto. É um ponto de vista, ao mesmo tempo, real e ideológico, que muitas vezes serve para que

se atribua à natureza problemas políticos, sociais e culturais, historicamente construídos (MALVEZZI, 2009, p.11)

Estas imagens historicamente, e talvez, intencionalmente construídas, descartavam a possibilidade de existência de qualquer potencial, fosse ele humano, natural ou cultural que pudesse ser considerado, possibilitando a busca equivocada de idéias e estratégias externas para o desenvolvimento do Semiárido.

Foram raros os debates que priorizassem soluções novas, perspectivas diferentes que, partissem da realidade e da vida da população que se encaminhassem para a construção de uma convivência com o Semiárido e não para o costumeiro e pouco efetivo combate a seca (JALFIM e BAPTISTA, 2003, p. 46).

Nessa perspectiva, a atuação da população nos processos de participação na elaboração das estratégias torna-se de fundamental importância. Em poucas, ou nenhuma das ações governamentais para o desenvolvimento da região considerou-se a sabedoria popular, suas experiências, suas tradições, no tocante da convivência. No entanto, essa nova abordagem refere-se aos homens e mulheres como protagonistas do processo de desenvolvimento, em diálogo com os órgãos governamentais ou não governamentais no processo de elaboração, execução e avaliação dessas iniciativas. Ab'Sáber reforça essa idéia quando afirma:

O homem do sertão tem particular intuição para as forças telúricas. Os sinais longínquos das trovoadas, que anunciam chuvas. A chegada da estação das águas, chamada *inverno*. O rebrotar da folhagem em todas as caatingas. O retorno das águas correntes dos rios, ao ensejo das primeiras chuvas. O conhecimento das potencialidades produtivas de cada pequeno espaço dos sertões, desde as vazantes do leito dos rios até os altos secos e pedregosos das colinas sertanejas (AB'SÁBER, 1999, p.26).

O processo de equívocos, de tentativas fracassadas de resolver os problemas da população do Semiárido, gerou uma certa desconfiança. Obras faraônicas, projetos desarticulados que pareciam ter sido idealizados para o benefício das oligarquias políticas e econômicas da região. Nesse sentido, qualquer que sejam as iniciativas a serem adotadas atualmente no sentido de melhorar as condições de vida no sertão, deve, acima de tudo “conquistar a confiança da brava gente do sertão” e proporcionar uma “[...] injeção mais direta de recursos, sob a força de boas idéias e de propostas de uma economicidade mais garantida, sem apelo aos faraonismos residuais ou às tecnologias de emprego pontual e problemático” (AB'SÁBER, 1999, p.27)

Os primeiros debates surgidos a respeito da substituição das ações de combate pelas ações de convivência com a seca foi introduzido a partir das décadas de 70 e 80 pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag). Esta organização, constituída por agricultores, defendia a busca de oportunidades para o desenvolvimento nas próprias potencialidades da região, sugerindo a utilização de tecnologias criadas ou adaptadas e propondo a formulação de um programa amplo e abrangente de convivência com o Semiárido (BRASIL, 2005, p.46).

Nesse mesmo período, além da Contag, várias outras organizações assim como movimentos sociais e religiosos, também passaram a atuar na perspectiva da convivência com o Semiárido. Estas organizações apostavam na potencialidade natural, econômica, humana e cultural, fortalecendo a identidade e o protagonismo de crianças, jovens, homens e mulheres para a criação e execução de estratégias de luta por uma vida digna, com a garantia do direito não só a água, terra e alimento, como também aos seus direitos como cidadão. Essas ações, apesar de pontuais e pulverizadas em todo o Semiárido, passaram a criar, adaptar e disseminar junto aos seus públicos e as comunidades em que estavam inseridos, tecnologias de convivência com a seca. Estas tecnologias contemplavam desde formas eficientes de captação de água das chuvas, até a produção e criação de meios de comercialização de produtos oriundos da agricultura familiar e do extrativismo sustentável da caatinga.

Só no final da última década do século passado, em evento paralelo à terceira sessão da Conferência das partes das Nações Unidas da Convenção de Combate a Desertificação (COP-3), ocorrida no Centro de Convenções de Pernambuco, em novembro de 1999, essas diversas organizações, representando a sociedade civil se juntaram em protesto aos caminhos equivocados tomados pela COP-3, e a invisibilidade das ocorrências dos problemas das secas que atingiam o Semiárido brasileiro naquele mesmo momento (ARTICULAÇÃO DO SEMI-ÁRIDO, 1999, p.01).

Este momento foi de fundamental importância para que fosse consolidada, em fevereiro de 2000, a Articulação do Semi-Árido Brasileiro (ASA) como um Fórum de Organizações da Sociedade Civil e que vem lutando pelo desenvolvimento do Semiárido.

O surgimento da ASA foi um divisor de águas nos debates sobre a desenvolvimento da região. Sua presença, como representação de várias comunidades rurais que vivem no sertão, mostra para a região, para o Brasil e para o mundo outra perspectiva, a perspectiva da convivência digna de homens e mulheres com a semiaridez, ao tempo em que deixa de lado a cultura da pobreza, da miséria e da dependência das oligarquias políticas e econômicas regional.

Seu projeto político tende a mobilizar o Estado brasileiro no sentido da implementação de políticas públicas apropriadas ao desenvolvimento sustentável do Semiárido e deve ser concebido pelos diversos sujeitos que se comprometem com transformações sociais e econômicas que garantam a dignidade da população sertaneja. Para que haja desenvolvimento, as estruturas geradoras das desigualdades devem ser superadas, como é o caso da “[...] concentração de terras, da água, do poder e do acesso aos serviços sociais básicos” (ALVES DA SILVA, 2008, p.219).

Nesse sentido, a ASA (1999) constrói seus programas a partir de duas premissas. A primeira defende “A conservação, uso sustentável e recomposição ambiental dos recursos naturais do Semiárido”, e a segunda defende “A quebra do monopólio de acesso à terra, água e outros meios de produção”.

A partir dessa perspectiva, a ASA passa a mobilizar a sociedade, principalmente a sertaneja em torno de projetos alternativos, de baixo custo e de simples implantação possibilitando o protagonismo dos beneficiários na construção da cidadania e das transformações sociais. Um exemplo foi o Programa de Mobilização Social para construção de Um Milhão de Cisternas (P1MC). Esse programa teve boa receptividade pela população e terminou por influenciar o poder público dos vários estados, assim como o Governo Federal a apoiarem a iniciativa.

## **CAPÍTULO 02**

### **Aspectos Gerais sobre a Agricultura Familiar no Brasil e no Semiárido: contextos e perspectivas para a sustentabilidade**

De uma forma geral a agricultura familiar destaca-se como uma forma de vida de milhares de homens e mulheres que resistem ao longo do tempo, ao processo excludente das políticas governamentais, e que buscam dentro do mundo capitalista manter seu espaço, em um ambiente cada vez mais competitivo, concorrendo em nível desigual com os empreendimentos que atuam na lógica do agronegócio.

#### **2.1 Algumas considerações a respeito da Agricultura Sustentável**

Atualmente os debates sobre sustentabilidade se entrelaçam por todas as áreas do conhecimento e por todos os segmentos produtivos. Existe hoje uma série de estudos sobre o assunto e que pelo visto não sinalizam para algum consenso e qualquer que sejam as conclusões, estas podem ser precipitadas.

As várias linhas de pensamento parecem estar relacionadas justamente a complexidade que envolve a temática, que para Müller (1999) expressa um problema generalizado e multidimensional. Este autor cita desenvolvimento sustentável “como aquele que permite responder às necessidades presentes sem comprometer a capacidade das futuras gerações em responder às suas próprias necessidades” (Unesco, 1995, Apud MÜLLER, 1999, p.4). Esse autor reafirma a complexidade quando diz que “a amplitude da definição requer algumas qualificações”.

Trazendo o debate do desenvolvimento sustentável para o campo da agricultura, percebe-se que a complexidade de interpretações também permanece. Deixando de lado as diversas linhas de abordagem sobre o assunto, cabe aqui colocar a tendência que parece mais convincente por envolver além dos aspectos ambientais, sociais e ecológicos, os aspectos culturais, político e éticos no tocante da sustentabilidade.

Nesse sentido, Caporal e Costabeber, apresentam as seis dimensões a ser considerada para que haja a promoção da agricultura na perspectiva do desenvolvimento

sustentável “[...] a promoção da agricultura e do desenvolvimento rural sustentáveis devem ter em conta seis dimensões relacionadas entre si, quais sejam: ecológica, econômica, social (primeiro nível), cultural, política (segundo nível) e ética (terceiro nível)” (CAPORAL e COSTABEBER, 2002, p. 76).

Porém, os debates em torno da agricultura sustentável não ocorreram meramente, por um acaso, por modismo ou por uma lógica de mercado, como muitos ainda afirmam. A mudança na forma de produzir através de um processo que gere sustentabilidade surge a partir do fracasso da agricultura moderna, modelo que foi pautado na alta produtividade e no baixo custo de produção, sem considerar os impactos ambientais e sociais das tecnologias implantadas.

O desenvolvimento da agricultura, iniciado a partir da segunda metade do século XX, incorporou um conjunto de tecnologias ditas modernas que, sem dúvidas, aumentaram tanto em termos de produção como em produtividade as atividades agropecuárias. No entanto essa modernização não foi capaz de alterar as relações sociais no campo. Como afirmam Paulus e Schlindwein (2001) a introdução dessas tecnologias ocorreu de forma equivocada “[...] à realidade do meio rural, seja pela maneira como se deu esta implantação, seja pela natureza mesma das tecnologias introduzidas, com consequências sociais e impactos sobre o meio físico altamente negativos” (PAULUS e SCHLINDWEIN, 2001, p.45). Fato que terminou gerando a insustentabilidade do desenvolvimento da agricultura.

A injeção de altos investimentos de capital e pouco em mão-de-obra, característico da agricultura dita moderna que teve sucesso nos países desenvolvidos não conseguindo atingir os países em desenvolvimento.

Apesar dos milhões gastos em sua promoção, a agricultura ‘moderna’, que triunfou nos países desenvolvidos utilizando muito capital e pouca mão de obra, penetrou apenas em pequenos setores limitados dos países em desenvolvimento. A grande maioria dos agricultores desses países é muito pobre para adquirir maquinários pesados e grandes quantidades de insumos. A agricultura moderna está portanto, muito longe de ter conquistado o mundo. As outras formas de agricultura continuam predominantes e ocupam a maioria da população ativa dos países em desenvolvimento (MAZOYER e ROUDART, 2010, p.42)

Os impactos negativos do processo de modernização atingem de forma diferenciada os diversos tipos de agricultores. “É claro que entre essas agriculturas, as mais prejudicadas e as menos produtivas são inevitavelmente marginalizadas, mergulham na crise e são eliminadas pela concorrência das agriculturas mais poderosas” (MAZOYER e ROUDART, 2010, p.42).

Diante do exposto, é possível afirmar que o incentivo a modernização, parece não ter sido suficiente para resolver os principais problemas da agricultura, se por um lado a modernização aumentou a produção agrícola gerando divisas econômicas a partir da exportação, por outro, deixou a margem milhares de agricultores que por vários aspectos, não conseguiram adequar-se ao modelo capitalista de produção.

No cenário brasileiro, Lamarche (1997) afirma que parte dos pequenos produtores “é excluída do processo de modernização, conservando muitas de suas características tradicionais: a dependência em relação à grande propriedade, a precariedade do acesso aos meios de trabalho, a pobreza dos agricultores e sua extrema mobilidade social”. Por outro lado, segundo o autor, os produtores familiares que se modernizam passam a depender das grandes propriedades e conseqüentemente ficam a margem do processo econômico predominante.

[...] os produtores familiares que se modernizam devem continuar a assumir a propriedade fundiária e a dependência penosa e ambígua do trabalho assalariado, que se constitui geralmente de um ordenado pago à força de trabalho local e somente em alguns raríssimos casos indica uma mudança qualitativa do ponto de vista estrutural (LAMARCHE, 1997, p.184).

Grossi e Silva (2002) afirmam que dentre os aspectos negativos desse processo destaca-se o êxodo rural ocorrido no país nesse período. Nas lavouras, as atividades que antes eram executadas por “turmas” passaram a ser realizadas por poucas pessoas, deixando milhões de pessoas desempregadas, que não tinham outra opção a não ser a cidade. Outro reflexo é observado na organização do trabalho familiar, o que era atividade de toda a família hoje pode ser executado por apenas uma pessoa.

Nesse aspecto Lamarche (1997) apresenta outra característica da modernização da agricultura, a de se proporcionar as unidades familiares a função de reter e abrigar uma população rural excedente.

O processo também foi responsável pela inviabilidade da produção, pela baixa competitividade e pelo baixo poder de barganha das propriedades de nível familiar, obrigando muitos produtores a venderem suas terras para aventurarem-se nos pequenos, médios e grandes centros urbanos ou sendo obrigados a viver em condições de miséria rural abandonados pelos programas excludentes de incentivo a modernização da agricultura.

Vários estudos, independente de qualquer tendência, apontam para outros rumos que precisam ser tomados, a fim de que o processo de desenvolvimento seja construído. No caso da agricultura, os sistemas mais indicados são aqueles que garantem a produção mantendo

uma inter-relação equilibrada entre os aspectos, econômicos, ambientais, sociais, políticos e culturais.

Nesse aspecto, surge a Agroecologia como um processo que pode contribuir para a sustentabilidade desse desenvolvimento. Nos últimos anos esta tendência tem surgido através de várias referências, trazendo a “[...] idéia e a expectativa de uma nova agricultura capaz de fazer bem ao homem e ao meio ambiente” (CAPORAL e COSTABEBER, 2002, p.71).

Os autores acima afirmam que a existência dos diferentes enfoques conceituais e operativos a respeito da sustentabilidade, está levando ao afastamento cada vez mais evidente entre as posições assumidas. Por um lado a corrente agroecológica que defende a agricultura com um enfoque sustentável, numa perspectiva sistêmica e multidimensional. Outras correntes tratam a sustentabilidade como oportunidade de mercado, assumindo uma tendência parcial no que diz respeito aos princípios da produção agroecológica e sustentável. No intuito de evidenciar as principais diferenças de enfoques, os autores destacam dois aspectos:

1) Enquanto a corrente agroecológica defende uma agricultura de base ecológica que se justifique pelos seus méritos intrínsecos ao incorporar sempre a idéia de justiça social e proteção ambiental, independentemente do rótulo comercial do produto que gera ou do nicho de mercado que venha a conquistar, outras propõem uma "agricultura ecológica", que se orienta exclusivamente pelo mercado e pela expectativa de um prêmio econômico que possa ser alcançado num determinado período histórico, o que não garante sua sustentabilidade no médio e longo prazos, porque, no limite teórico, uma agricultura ecológica mundialmente não guardaria espaço para um diferencial de preços pela característica ecológica ou orgânica de seus produtos.

2) Enquanto a corrente agroecológica sustenta a necessidade de que sejam construídos processos de desenvolvimento rural e agriculturas sustentáveis que levem em conta a busca do equilíbrio entre as seis dimensões da sustentabilidade, outras correntes, por estarem orientadas principalmente pela expectativa de ganhos econômicos individuais, acabam minimizando certos compromissos éticos e socioambientais (CAPORAL e COSTABEBER, 2002, p.81)

Nesse sentido, quando se pensa em processos sustentáveis de produção agrícola, os estudos se remetem ao sistema agroecológico como um novo paradigma. De acordo com Leff, “este paradigma de produtividade ecotecnológica sustentável não só recupera e renova os princípios de uma fisiocracia sepultada – e seus saberes associados e subjugados – pela emergência e domínio da racionalidade econômica” (LEFF, 2002, p.40).

## **2.2 Contextualização da agricultura familiar no Brasil: algumas considerações**

No Brasil, a consolidação da agricultura familiar como estrutura política e social surge como forma de resistência ao processo de modernização da agricultura a partir da década de 40, e mais recentemente pelo processo de globalização deflagrado nos anos 90. Essas transformações tem trazido ao cenário atual mudanças nos padrões de funcionamento das unidades produtivas familiar, assim como a relação dessas unidades com a economia e com a sociedade. Essas mudanças apresentam-se para alguns estudiosos como forma de resistência ao processo de modernização e ao agronegócio, e para outros como uma forma de adaptação ao processo de globalização.

Dados do Censo Agropecuário, do IBGE (2006) mostram que existe no Brasil 4.367.902 estabelecimentos da agricultura familiar, o que representa 84,4% do total dos estabelecimentos brasileiros ocupando uma área total de 80,25 milhões de hectares, ou seja, 24,3% da área ocupada pelos estabelecimentos agropecuários brasileiros. Esse dados representam a permanência histórica da concentração de terras no país, pois apenas 15,6% das propriedades, ocupam 75,7% da área total. Outro dado levantado pelo Censo foi o tamanho médio das propriedades, “a área média dos estabelecimentos familiares era de 18,37 hectares, e a dos não familiares, de 309,18 hectares”.

A estrutura rural é extremamente complexa, devido à diversidade que, em geral caracterizam as atividades desenvolvidas. Essa complexidade de acordo com Garcia Filho (2000) está embasada na complexidade dos ecossistemas, que representam potenciais ou impõem limites às atividades agrícolas e no modo de utilização do espaço que essas sociedades adotam representando um esforço de adaptação ao ecossistema, buscando explorar da melhor maneira possível o seu potencial ou minimizar os obstáculos. Segundo o mesmo autor, “Na agricultura, isso resulta na existência de distintos tipos de produtores, que se diferenciam tanto pelas suas condições sócioeconômicas e por seus critérios de decisão, quanto pelos seus sistemas de produção e pelas suas práticas agrícolas” (GARCIA FILHO, 2000, p.09).

De acordo com Wanderley (2003) “existe uma certa dificuldade, do ponto de vista teórico, em atribuir um valor conceitual à categoria agricultura familiar que se difundiu no Brasil, sobretudo a partir da implantação do Pronaf”. Segundo a autora, “o conceito agricultura familiar se confunde com a definição operacional adotada pelo Pronaf que propõe uma tipologia de beneficiários em função de sua capacidade de atendimento” enquanto para outros “a agricultura familiar corresponde a certa camada de agricultores, capazes de se

adaptar às modernas exigências do mercado em oposição aos demais “pequenos produtores” incapazes de assimilar tais modificações” (WANDERLEY, 2003, p.43).

Na atualidade, a agricultura familiar no Brasil é resultado de um processo histórico iniciado a partir da colonização, sendo influenciada principalmente pelos acontecimentos políticos, econômicos e sociais dos últimos séculos e principalmente das últimas décadas. A respeito disso Lamarche, disserta que “Evidentemente a exploração familiar tem passado também por profundas transformações nestas últimas décadas, todavia foi bastante afetada pelo caráter “conservador” da modernização agrícola: discriminatório, parcial e incompleto” (LAMARCHE, 1997, p.184).

Segundo Mussoi (2006), a agricultura familiar, pelas suas características “(como produtora de alimentos básicos baratos, como reserva de mão-de-obra, como consumidora de insumos industriais, e como geradora de um movimento econômico considerável) é, ao mesmo tempo, importante para o modelo geral, e gradativamente excluída dele”.

O potencial desse segmento é ilustrado por Brandão (2007), quando afirma que somos alimentados por produtos que ainda provém bem mais da multivariância da agricultura familiar típica do campesinato tradicional e da expansão de novas alternativas de produção e gestão do ambiente e dos bens da terra, como a agricultura orgânica, a permacultura, a agrossilvicultura e outros mais (BRANDÃO, 2007, p.41-42).

No Brasil, as políticas voltadas para a agricultura priorizaram os grandes empreendimentos rurais. Carneiro e Maluf (2005) considerando como padrões de medidas de sucesso a quantidade produzida, desprezando os efeitos negativos do modelo. O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), programa sustentado na produção familiar ficou centrado na relação dos agricultores com a produção mercantil, privilegiando-se os considerados “viáveis” economicamente, ou seja, com capacidade de competitividade no mercado.

De acordo com Kwitko (2005), ainda que a maioria dos agricultores vivam em condições de pobreza, continuam responsáveis por expressiva parcela da produção de alimentos e matérias-primas, sobretudo em regiões como o Nordeste. A eles se somam os trabalhadores sem-terra, inúmeras famílias que perderam suas terras ou seus empregos em atividades agrícolas e lutam para retornar a elas.

A obtenção do lucro e do retorno econômico das atividades produtivas, nem sempre são prioridades dos agricultores, existe outra lógica que envolve a agricultura familiar, especialmente por sua forma de conceber a produção a partir das tradições camponesas

herdadas de seus ancestrais, considerando também o abastecimento das vizinhanças, garantindo a segurança alimentar.

[...] a lógica presente na maioria dos segmentos da agricultura familiar nem sempre se manifesta apenas através da obtenção de lucro, mas também por outros aspectos que interferem em sua maior ou menor capacidade de reprodução social. Por isso, há que se ter em mente, por exemplo, a importância da produção de subsistência, assim como a produção de bens de consumo em geral, que não costumam aparecer nas medições monetárias convencionais, mas que são importantes no processo de reprodução social e nos graus de satisfação dos membros da família. Igualmente, a soberania e a segurança alimentar de uma região se expressam também na adoção de estratégias baseadas em circuitos curtos de mercadorias e no abastecimento regional e microrregional, não sendo possível, portanto, desconectar a dimensão econômica da dimensão social (CAPORAL e COSTA BEBER, 2002, p.78).

Para Carneiro (1999), a visão da agricultura familiar como “atrasada” mas com “potencialidade”, tem colaborado com a priorização dos agricultores considerados “viáveis”, e que “partindo da premissa de uma maior eficiência produtiva dessa forma de produção que não desenvolveu toda a sua potencialidade, orienta-se as propostas políticas ao segmento que apresenta melhores condições (materiais e subjetivas) de superar esse atraso” (CARNEIRO, 1999, p.331).

A autora também argumenta que esta abordagem pressupõe a integração dessas unidades de produção limitada apenas à economia de mercado, tendo como consequência duas implicações. Primeiro, exclui da participação na economia e na sociedade toda uma parcela de agricultores considerados “sem potencialidades para o progresso”. Segundo, associa a competitividade dos viáveis à natureza intrínseca da agricultura familiar na medida em que esta forma de produção não incorporaria nem a renda da terra nem os lucros da produção (CARNEIRO, 1999, p.332).

Mesmo diante dos desafios atuais, a agricultura familiar é forte e contribui significativamente para o desenvolvimento do país. De acordo com Lima e Figueiredo (2006), “Mesmo que não seja este o desenvolvimento que se almeje e nem a agricultura que se busca, de base ecológica. Mas no conjunto e no processo contraditório e dialético que se estabelece em uma sociedade de classe, a agricultura familiar tem um papel e tem importância”.

É inquestionável a importância da agricultura familiar no processo de desenvolvimento rural. Seu potencial vai além da produção de alimentos. Discute-se hoje o seu papel na oportunidade de ocupação e renda nos espaços rurais, assim como a responsabilidade pela utilização sustentável dos recursos naturais. Dentro dessa perspectiva, devem ser ressaltados os recentes fenômenos que vêm acontecendo no meio rural brasileiro.

“Novos espaços surgiram, permitindo que houvessem inúmeras manifestações sobre o papel da agricultura familiar e do próprio desenvolvimento rural” (FLORES, 2002, p.347).

Ainda nessa perspectiva, “[...] fortalecer a agricultura familiar como expressão social, econômica e política, significa rediscutir o modelo de desenvolvimento do mundo rural, com todos os seus impactos sobre a área urbana” (FLORES, 2002, p.347).

Nesse sentido, Schneider (2005) afirma que desde a primeira metade dos anos 90, está surgindo uma legitimação e proeminência da agricultura familiar, que busca nos espaços políticos firmar-se como categoria social estratégica no processo de desenvolvimento rural sustentável.

De acordo com Flores (2002), o surgimento de políticas públicas e o fortalecimento de estratégias antigas, a partir da pressão exercida pelos movimentos sociais, têm possibilitado a conquista de novos espaços. Este autor cita como exemplo o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf, oficializado em 1996 e o fortalecimento das ações de reforma agrária, acontecimentos que marcaram a conquista de espaços para a agricultura familiar (FLORES, 2002, p.22).

O mesmo autor reforça que “[...] progressos foram feitos na política de crédito rural e de investimentos em infra-estrutura de apoio ao desenvolvimento da agricultura familiar, apesar de não terem sido suficientes para determinar um novo modelo de desenvolvimento rural não excludente” (FLORES, 2002, p.22).

Um outro fenômeno que se fortalece também a partir da década de 90 são os debates em torno das novas ruralidades. Dentro dessa perspectiva, o espaço rural brasileiro não pode mais ser reduzido a sua dimensão agrícola ou agrária. As tradicionais atividades produtivas não conseguem justificar a dinâmica do emprego rural do país. De acordo com Graziano da Silva (1996), é necessário que sejam envolvidas as atividades rurais não-agrícolas decorrentes das novas demandas da urbanização do meio rural. Assim, são recorrentes as atividades relacionadas ao turismo, lazer, criação de animais e plantas exóticas e outros serviços rurais.

Apesar de receber a denominação de “novas” de acordo com Grossi e Silva (2002) essas atividades são seculares, mas não tinham, até pouco tempo, importância econômica. “Eram atividades de ‘fundo de quintal’, *hobbies* pessoais ou pequenos negócios agropecuários intensivos”.

Segundo os mesmos autores, essa valorização não limitou-se apenas as atividades agrícolas, passou a incluir também as atividades não agrícola derivadas do processo de urbanização do meio rural como a prestação de serviços de moradia, turismo, lazer; e com as atividades decorrentes da preservação ambiental (GROSSI e SILVA, 2002, p. 06). Além

disso, os autores acrescentam que o meio rural brasileiro não é mais o mesmo, transformou-se “num lugar de residência dissociado do local de trabalho, ou ainda, de que os espaços rurais não são mais apenas espaços privatizados e locais de trabalho; e que as pessoas residentes no meio rural não estão necessariamente ocupadas, nem, muito menos, ocupadas em atividades agrícolas” (GROSSI e SILVA, 2002, p.13).

Junto ao avanço tecnológico e a modernização da agricultura surge também a preocupação com o equilíbrio ecológico. Esse processo de produção capitalista tem colaborado com a degradação de ecossistemas, com a extinção de plantas e animais, e mais recentemente, os novos estudos sobre clima que explicam as catástrofes ecológicas que tem ocorrido em todo o mundo.

Dentro dessa perspectiva, uma tendência que envolve a agricultura familiar é o processo de produção agroecológica, que como foi visto anteriormente torna-se uma importantíssimo instrumento metodológico na busca de um desenvolvimento rural sustentável, como afirma Mussoi.

O futuro deste tipo de agricultura, passa por uma revisão profunda de paradigma do desenvolvimento que, sem dúvidas, indica para as dimensões da agroecologia e da sustentabilidade como fatores fundamentais de viabilização de um novo modelo agrário e de sociedade, ambientalmente são e com justiça social (MUSSOI, 2006, p.103).

Surge, nos últimos anos, a necessidade de se adotar uma outra lógica na produção da agricultura familiar, revitalizando, nos espaços rurais, a sustentabilidade e a solidariedade. Nesse sentido, a agroecologia é apontada como a principal alternativa pelo fato de servir como referência de expressão ambiental, cultural, social e política.

Nesta perspectivas novas oportunidades de mercado surgem como potencial a ser explorado pela agricultura familiar, de acordo com Flores (2002), “Os produtos tradicionais provenientes da agricultura familiar têm condições de ocupar maiores espaços no mercado local, nacional e internacional, beneficiando-se de valores que sejam agregados aos produtos, [...]” (FLORES, 2002, p.352).

Apesar da existência de uma série de estudos em torno da agricultura familiar no Brasil, e por mais evidente que eles possam parecer, ainda não dão conta da complexidade que envolve o meio rural. Por outro lado, o dinamismo que envolve o próprio espaço, inspira novos estudos o que garante várias possibilidades de análise ao longo de seu processo histórico.

Estes estudos, direcionam para um olhar aparentemente positivo da agricultura familiar no Brasil. As novas ruralidades, a nova forma de produzir com sustentabilidade e as novas demandas que valorizam não só os produtos em si, mais sim toda uma simbologia cultural e territorial agregadas a estes, apresenta-se como potencialidades e alternativas para a garantia de uma vida digna no campo.

No entanto, os estudos não são suficientes para identificar como essas alternativas são concebidas pelos agricultores, quais as reações dos mesmos diante dessa nova dinâmica, e até que ponto os mesmos são passivos dentro desse processo.

### **2.3 A agricultura familiar no Nordeste Semiárido**

Como já foi visto, o Semiárido brasileiro é uma realidade complexa, tanto no que se refere aos aspectos geofísicos, quanto à ocupação humana e à exploração dos seus recursos naturais e o desconhecimento dessa complexidade conduziu à introdução de práticas agropecuárias inadequadas, provocando ou agravando desequilíbrios ambientais (ALVES DA SILVA, 2008, p.20).

Miranda (2006), considerando a agricultura como um todo, afirma que, atualmente, é possível perceber as mudanças no cenário econômico e social do Semiárido. Este autor destaca algumas transformações da região como por exemplo a intensa urbanização e o grande desenvolvimento de infra-estruturas e serviços; a enorme expansão dos perímetros irrigados no Vale do São Francisco, oeste da Bahia e Rio Grande do Norte; o crescimento da produção moderna de soja, milho e algodão no oeste baiano, sul do Maranhão e Piauí. Outro fenômeno destacado pelo autor é o avanço da lavoura sobre a vegetação natural. “A caatinga é substituída por plantios de gramíneas exóticas ou transformadas com técnicas de rebaixamento e raleamento. Essas atividades geram um inédito surto de desmatamento e queimadas” (MIRANDA, 2006, p. 19).

Para alguns autores, essas transformações, principalmente no cenário econômico, surgiram após uma série de iniciativas governamentais no intuito de tornar a região competitiva a partir da agricultura modernizada.

Na tentativa de explicar a relação da dinâmica do meio rural e o desempenho da agricultura na região, Wanderley (2002) afirma que nas últimas décadas o desempenho da agricultura foi afetado por uma série de fatores negativos como “a ocorrência recente de secas

sucessivas, a erradicação da cultura do algodão em toda a Zona semiárida, a crise, que parece definitiva, do setor açucareiro regional e a redução das possibilidades de migração extra-regional” (WANDERLEY, 2002, p. 47).

Esta autora identifica ainda o potencial da agricultura para o desenvolvimento da região afirmando que apesar das crises econômicas e sociais ocorridas no Nordeste, a agricultura permanecerá por muito tempo contribuindo com a geração de ocupação e renda, buscando no seu potencial natural a abertura de caminhos para criação de novas alternativas econômicas para o desenvolvimento de atividades de beneficiamento e comercialização. A crise dos setores tradicionais da agricultura afeta negativamente a economia do Nordeste, mas é a partir desse cenário que estão sendo construídos novos polos agroindustriais dinâmicos, ocupando nichos de mercado, tanto nacional como internacionalmente (WANDERLEY, 2002, p.47).

Esta perspectiva mostra de forma generalizada o lado do Nordeste que talvez tenha dado certo. Apesar dessas transformações serem importantes para a região e para o país, não contempla as reais necessidades do grande contingente populacional que se encontra no sertão, principalmente nas áreas distanciadas dos pólos industriais e da agricultura irrigada.

Dados do Censo Agropecuário (2006) mostram que existe no Nordeste 2.187.295 estabelecimentos da agricultura familiar, o que representa 89,13% do total dos estabelecimentos do Nordeste ocupando uma área total de 28,33 milhões de hectares, ou seja, 37,47% da área ocupada pelos estabelecimentos agropecuários da região. Esse dados representam a permanência histórica da concentração de terras na região. Outro dado levantado pelo Censo foi o tamanho médio das propriedades, a área média dos estabelecimentos familiares era de 12,95 hectares, e a dos não familiares, de 177,20 hectares.

Dados oficiais do Governo Federal responsabilizam fatores históricos, ligado ao relativo isolamento da região e às particularidades naturais e ambientais, como responsáveis pela alta concentração de ativos e oportunidades na região fortalecendo o binômio latifúndio-minifúndio (BRASIL, 2005, p.19).

Na verdade, essas informações fazem uma análise simplista dos verdadeiros acontecimentos que geraram e continuam agravando a questão agrária na região. Apesar das questões históricas e ambientais estarem, também, relacionadas, as principais causas das desigualdades de distribuição de terras ocorrem em consequência das interferências das oligarquias econômicas e políticas locais de predominar com seu poderio sobre a região.

Uma prova disso, são as políticas governamentais de desenvolvimento ocorridas desde o início do século XX, que foram e são, em sua maioria, direcionadas para estas oligarquias, criando uma divisão injusta de oportunidades e riquezas.

A agricultura tradicional passou por sérios problemas no decorrer da história. A crise da cultura do algodão, atacada pelo bicudo, considerada a principal atividade econômica do grande contingente populacional do Semiárido contribuiu para que os pequenos agricultores passassem a comercializar os produtos que antes eram utilizados apenas para o consumo familiar degradando o regime alimentar fazendo avançar as doenças e os índices de mortalidade infantil (ARAÚJO, 1997, p.68).

Além disso, os incentivos governamentais à modernização da agropecuária na região, terminaram por aumentar as desigualdades sociais e diminuição da produção de alimentos e a intensificação da emigração rural (ALVES DA SILVA, 2008, p.69).

## **2.4 Agricultura Familiar em Alagoas**

De acordo com Carvalho (2010), o Estado de Alagoas possui um conjunto de indicadores sociais e econômicos que sempre o coloca nas últimas posições nacionais. Segundo este autor, esses dados mostram a necessidade de uma forte intervenção pública, por parte do governo do Estado, tanto nas cidades, onde habitam 2 milhões de cidadãos, como no campo, onde vivem mais de um milhão de alagoanos.

E esta atenção deve ser centrada principalmente, junto às unidades de produção agrícola de base familiar, que compõem 90% dos seus estabelecimentos agrícolas. Por suas características, a agricultura de base familiar, no estado de Alagoas, tem a capacidade de resposta imediata na produção de alimentos, na ocupação da mão-de-obra rural, na geração de riqueza e distribuição da renda no campo, incorporando práticas ambientais em direção a uma agricultura sustentável (CARVALHO, 2010, p.1).

Dados do Censo Agropecuário, IBGE (2006) mostram que existem em Alagoas 111.761 estabelecimentos da agricultura familiar, o que representa 90,61% do total dos estabelecimentos do Estado ocupando uma área total de 682,61 mil hectares, ou seja, 32,37% da área ocupada pelos estabelecimentos agropecuários do estado. Esse dados representam a permanência histórica da concentração de terras na região. Outro dado levantado pelo Censo

foi o tamanho médio das propriedades, a área média dos estabelecimentos familiares era de 6,10 hectares, e a dos não familiares, de 123,12 hectares.

De acordo com Carvalho (2010), nos 34 mil dos 96 mil estabelecimentos com menos de 10 hectares, as relações com a propriedade são precárias (assentado sem titulação definitiva, arrendatário, parceiro, ocupante e produtor sem área). Essa precariedade, segundo o autor, atinge, principalmente, as unidades familiares que representam 32 dos 34 mil estabelecimentos. Esse fenômeno se traduz em dificuldades adicionais junto ao sistema financeiro para acessar crédito agrícola ou obter assistência da rede institucional de orientação técnica e extensão rural.

O Censo revela ainda, que Alagoas é o campeão nacional de concentração de terras e que 90% dos responsáveis pelos estabelecimentos não tinham sequer o primeiro grau completo. É a história antiga que teima em se manter presente. O tema da agricultura alagoana e seus desdobramentos na geração de riquezas, emprego e ocupação continuam na ordem do dia. É essa atualidade que explica a luta pela reforma agrária e a existência dos vários movimentos pela terra atuando em Alagoas (CARVALHO, 2010, p.13).

Percebe-se que a concentração de terras, historicamente construído com base no coronelismo e fortalecido atualmente pelas oligarquias políticas, tem sido a principal responsável pela pobreza rural e a marginalização da agricultura familiar no Estado.

Somado a isso, Oliveira e Barros (2010) apresentam outros problemas. Segundo estes autores dentre os principais problemas enfrentados pela agricultura familiar no Estado, destacam-se a baixa escolaridade dos chefes de família; o déficit habitacional na zona rural; o acesso a baixa remuneração e instabilidade pelas atividades desenvolvidas; o trabalho infantil; a degradação da natureza; o acesso a linhas inadequadas de crédito; e, a ineficiência dos serviços de pesquisa e extensão.

No que diz respeito à baixa escolaridade, pesquisas do IBGE/PNAD, apresentado por Oliveira e Barros (2010), revelam que no ano de 2005, dentro da População Economicamente Ativa (PEA) 26% foram considerados sem instrução e 43% apresentaram de 1 a 7 anos de estudo. Segundo os autores, essas taxas repercutem negativamente na vida principalmente dos agricultores, extrativistas e pescadores familiares, interferindo diretamente nas liberdades de escolha, dificultando à participação na distribuição das riquezas, limitando o acesso as oportunidades de acesso aos direitos e exercício de seus deveres.

De acordo com Carvalho (2010) a educação no campo sempre existiu, mesmo em escala reduzida e sendo um privilégio para os estratos de renda mais alta. No entanto, a evolução do sistema de ensino, assim como os investimentos governamentais nos últimos

anos, principalmente nas duas últimas décadas, vem, aos poucos, mudando o antigo perfil no campo alagoano. Esse autor traz outros dados que fortalecem ainda mais as convicções dessa mudança de perfil do campo, apesar dessas mudanças não estarem contribuindo para as mudanças exigidas pelo mundo rural na atualidade.

Apesar do predomínio do analfabetismo e da população sem instrução formal (mas que sabe ler ou escrever) no universo dos responsáveis pelos estabelecimentos, vem crescendo o grau de escolaridade na área rural. O número de pessoas com 1º grau (fundamental) incompleto cresceu, aliado ao número de agricultores com o 1º grau (fundamental) completo, nível médio (ou técnico) e superior, perfazendo um total de 38% dessa população que frequentaram (ou frequentam) a escola em seus vários níveis. No entanto, para os padrões de exigências atuais, esse perfil permanece distante do que seria necessário para acompanhar o complexo de informações (técnicas, comerciais, legais, etc.) relacionadas à agricultura e ao mundo rural (CARVALHO, 2010, p.4).

O déficit habitacional na zona rural de 39.917 moradias torna-se um elemento desagregador da família, empurrando-a assim para as favelas. Pois as linhas de crédito imobiliário não contemplam as necessidades desse público. Por outro lado, as linhas de crédito do Pronaf com seus limites baixos, tanto para a receita bruta como o teto para o financiamento, impede-lhes o acesso a esses recursos (OLIVEIRA E BARROS, 2010, p.25).

Dados do IBGE apresentados também por Oliveira e Barros (2010) revelam que os agricultores familiares com mais de 90% dos estabelecimento agropecuários do estado, só geram 2,8% do valor da produção. Além disso, as limitações de acesso ao mercado, e a ausência de políticas adequadas obrigam os mesmos a entregarem sua produção para atravessadores, diminuindo dessa forma a renda monetária da família.

Outro problema no Estado é o uso da mão de obra infante-juvenil. Em Alagoas, 11,68% é o percentual da população entre 5 e 17 anos que trabalha. Estudos realizados por pesquisadores da Universidade de São Paulo (USP) com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), revelam que uma criança que começa a trabalhar aos 7 anos vai receber ao longo de sua vida 50% a menos do que receberia se tivesse iniciado aos 21 anos (OLIVEIRA e BARROS, 2010, p.28).

A pesquisa citada acima reflete apenas parte das consequências econômicas do trabalho infantil na vida das crianças e adolescentes. No entanto, o trabalho infantil, também limita o acesso desses pequenos cidadãos aos direitos fundamentais nessa fase tão importante da vida, o direito à uma infância com dignidade e justiça social, sem assumir precocemente as responsabilidades da vida adulta.

A relação entre os agricultores familiares e a natureza sempre foram próximas. No entanto, a voraz degradação da natureza por parte desses agricultores, de forma crescente e

continuada é resultado da opressora troca desigual exercida pela sociedade de consumo rica sobre a sociedade de consumo, a crediário e, com rigor, sobre a sociedade de consumo pobre (OLIVEIRA e BARROS, 2010, p. 28).

Outro dilema enfrentado pelos agricultores alagoano são as dificuldades no tocante ao financiamento da produção. Cerca de 88% das propriedades não mantêm laços com o sistema financeiro para suas atividades produtivas. Por todas as razões conhecidas, esse índice é incompatível com a lógica atual do empreendimento agrícola, familiar e não-familiar, diante da necessidade de crédito para suas atividades regulares. Os motivos apresentados revelam as dificuldades reais dos produtores rurais, como também a ausência e ou ineficiência da capilarização do sistema financeiro para atender a essa demanda (CARVALHO, 2010, p.5).

De acordo com Oliveira e Barros (2010), entre os tomadores de empréstimo em Alagoas, 79,8% são contratados por quem ganha até um salário mínimo. Enquadram-se nessa faixa salarial os agricultores, extrativistas e pescadores familiares, que levados ao crédito usuário, utilizam-se dos recursos para atendimento das necessidades básicas (principalmente roupas e alimentos). Nessas circunstâncias, o crédito alivia momentaneamente a precariedade social, mas que em seguida repercute negativamente na família gerando endividamento e inadimplência.

Oliveira e Barros (2010) apontam também como problema, a ineficácia dos serviços agropecuários de pesquisa e extensão. De acordo com Carvalho (2010), “apenas 4% dos produtores alagoanos têm esse apoio regular em suas propriedades, e mais 4% recebem a orientação de forma ocasional. Um percentual elevado, mais de 90%, desconhece essa atividade em seu espaço produtivo”.

No emaranhado desses problemas, parte da população rural não encontra alternativa senão abandonar o campo em busca de promessas de melhoria nas condições de vida idealizadas em torno das cidades.

A ausência de políticas públicas de promoção social direcionadas as pequenas cidades e principalmente na zona rural em Alagoas, reflete no deslocamento da população rural para as cidades, principalmente com destino as cidades de Arapiraca e Maceió (OLIVEIRA e BARROS, 2010, p.30).

Além da migração para as regiões metropolitanas do Estado, a migração também ocorre em níveis extra-regionais. Isso pode ser presumido tomando como base a quantidade de embarques registrados de passageiros que partem do terminal rodoviário do município de Arapiraca. Semanalmente são embarcados em empresas oficiais em torno de 20 pessoas com destino aos estados do Sudeste. Sem falar que em empresas de turismo partem em torno de

três ônibus semanalmente, todos eles lotados com passageiros originados dos municípios do Agreste e Sertão do Estado.

Os agricultores familiares são responsáveis pela produção de 72% dos alimentos básicos cultivados no Estado. Essa produção está localizada principalmente nos territórios do Agreste, Sertão, e do Baixo e Médio São Francisco. Em Alagoas, agricultura familiar é responsável por quase toda a produção de arroz, feijão, mandioca e milho do Estado; por mais da metade da produção pecuária; e por quase toda a horticultura e floricultura (CARVALHO, 2010, p.3).

Além disso, a agricultura familiar é responsável por 70% do emprego da mão-de-obra rural em Alagoas. De acordo com Carvalho (2010) “nestes estabelecimentos, um terço da força de trabalho é composto por mulheres; diferentemente das unidades não familiares, que comportam apenas 12% de mulheres trabalhadoras”. Este autor argumenta ainda que “a agricultura familiar demanda uma presença mais forte do setor público para atender suas necessidades de políticas sociais de educação e saúde, assim como apoio direto na assistência técnica, financiamento e comercialização” (CARVALHO, 2010, p.4).

Utilizando-se do pensamento ainda de Carvalho (2010), é possível afirmar que a agricultura familiar, é um segmento econômico que pode trazer uma forma de produção, voltada para o atendimento das necessidades básicas da população, gerando emprego, renda; e, mais importante, a distribuição da riqueza no Estado que detém os índices de renda e de terra mais concentrados do Brasil.

## **2.5 A agricultura familiar no município de São José da Tapera – AL**

Atualmente a economia do município gira em torno dos pequenos e médios empreendimentos comerciais, das fazendas especializadas em criação de bovinos de leite e carne, e dos agricultores familiares que se dedicam principalmente a criação de animais de pequeno e médio porte, assim como lavouras anuais como o milho, o feijão e a mandioca.

A atual população do município, de acordo com o IBGE (2010), é de 30.140 habitantes, desses, 18.479 residem na zona rural, o que representa 61,31% da população do

município. Mesmo sendo considerado um município urbano<sup>2</sup>, boa parte da população urbana tem ligação direta com as atividades agropecuárias.

O potencial do comércio popular no município também é evidente, durante as visitas ao município para as coletas de dados, percebeu-se que a feira livre ocorre em todos os dias da semana, diferentemente dos demais municípios do estado onde as feiras livres geralmente ocorrem em um único dia da semana.

Quanto a situação fundiária do município, esta parece diferenciar-se da tendência nacional e especialmente regional de preservação dos latifúndios, apesar de ainda existir em menor grau e evidência. De acordo com dados do Censo Agropecuário (2006), o número total de imóveis é de 5.395 propriedades o que cobre uma área de 48.015 hectares. Do total de imóveis 4.860 (90,09%) são estabelecimentos familiares, ocupando uma área de 36.748 hectares (76,53%) enquanto os imóveis não familiares somam 535 ha (9,91%) o que equivale 11.267 hectares (23,46%) do total. Um outro aspecto diz respeito ao tamanho médios dos estabelecimentos que é de 7,56 hectares para os imóveis familiares e 23,46 para os imóveis não familiares, estes números estão abaixo das médias nacional, regional e estadual. Nesse aspecto mesmo considerando os imóveis não familiares, a área está abaixo do módulo fiscal utilizado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) que estabelece o módulo fiscal para o município de 70 hectares (OLIVEIRA e BARROS, 2010, p.24).

A situação agrária acima apresentada somada as dificuldades de acesso a assistência técnica e extensão rural de qualidade, assim como os canais viáveis e adequados de comercialização revelam as limitações que afetam os agricultores do município de São José da Tapera. Este fato se torna mais agravante quando se considera a realidade social e política das pequenas cidades no Brasil e especialmente no estado de Alagoas, quando são ineficientes até mesmo na prestação dos serviços mais básicos relacionados principalmente à educação e à saúde da população.

---

<sup>2</sup> A respeito disso, José Eli da Veiga no livro "Cidades Imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula" apresenta outros argumentos que deveriam ser utilizados para caracterizar os municípios rurais, dentre esses critérios destaca-se o de que para ser urbano o município precisaria ter número superior a 20 mil habitantes.

## **CAPÍTULO 03**

### **Algumas possibilidades para o desenvolvimento no Semiárido: a inter-relação entre os Arranjos Produtivos Locais, a Extensão Rural e o Desenvolvimento Local.**

Atualmente, são apontadas várias estratégias para o desenvolvimento da região do Semiárido, desde ações para mobilização comunitária para resolver problemas básicos de competências da própria comunidade, até programas mais elaborados para atender determinadas áreas territoriais e geográficas. Nesse sentido, este capítulo busca compreender as estratégias governamentais no intuito de se promover o Desenvolvimento em localidades onde ocorrem os baixos índices econômicos e sociais. Buscou-se compreender o contexto e as circunstâncias em que os APL's foram gerados, assim como os limites e possibilidades para que a Extensão Rural possa transformá-los em processos de Desenvolvimento Local.

#### **3.1 Perspectivas do Desenvolvimento Local**

Diante de toda complexidade em que a agricultura familiar do Semiárido esta inserida, procura-se nesse espaço alternativas que possam promover o desenvolvimento da região. Nesse sentido, Alves da Silva (2008) apóia-se nas idéias do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN) para afirmar que uma política estratégica de desenvolvimento no Semiárido deveria ser a reorganização da economia local, buscando a utilização de recursos naturais, a valorização da mão-de-obra, combinando pecuária sustentada durante os períodos secos com forrageiras xerófitas contando como uma eficiente assistência técnica e financeira.

Outro aspecto ressaltado pelo autor é a necessidade de mudança de foco das ações governamentais fortalecendo a economia local, garantido o acesso à terra, à infraestrutura e ao crédito. Afirmado ainda que essas medidas podem configurar a introdução de novas relações sociais na realidade do Semiárido (ALVES DA SILVA, 2008, p.165).

Nessa perspectiva, a temática do Desenvolvimento Local tem se destacado nos debates acadêmicos, nas políticas públicas e principalmente nos projetos coletivos que

agregam instituições públicas e privadas objetivando a melhoria da qualidade de vida de seus públicos.

O desenvolvimento local caracteriza-se como uma reação ao fenômeno da globalização, no sentido da revalorização e da integração competitiva do local, mas não se trata de um local limitado ao município. Por outro lado, trata-se de uma abordagem holística que busca integrar as diversas dimensões do desenvolvimento, como a econômica, a política, a social, a cultural e a ambiental (DE PAULA, 2006, p.6).

De acordo com Paulo de Jesus (2006), “desenvolvimento local é entendido como um processo que mobiliza pessoas e instituições buscando a transformação da economia e da sociedade locais, criando oportunidades de trabalho e de renda, superando dificuldades para favorecer a melhoria da qualidade de vida da população local” (DE JESUS, 2006, p.25).

Seguindo o pensamento de Martins (2002), o desenvolvimento local aparece num contexto em que se esgotam as concepções de desenvolvimento associadas ao progresso material, pessoal e ilimitado, mas, sobretudo é um produto da iniciativa compartilhada, da inovação e do empreendedorismo comunitários. Esse autor afirma que:

[...] mais do que um conceito, o desenvolvimento local é, na verdade, um evento resultante do pensamento e da ação à escala humana, que confrontam o desafio de enfrentar problemas básicos e alcançar níveis elementares e auto-referenciados de qualidade de vida na comunidade (MARTINS, 2002, p.51).

Este autor afirma ainda que um dos principais desafios do desenvolvimento local consiste no caráter da participação, que ainda não foi concebido pelos indivíduos envolvidos, o que pode resultar na perda de democracia nas instâncias decisórias.

Assim, o caráter necessariamente participativo e democrático do desenvolvimento local é o seu “calcanhar de Aquiles”, uma vez que a participação é de fato uma conquista a ser empreendida individualmente por cada pessoa, num processo em que cada vez mais ela se torna cidadã (Demo, 1988). Na essência da participação pessoal está, além da tomada de consciência, a formação de um senso crítico e a sensibilidade. Por certo, são estes requisitos difíceis de serem obtidos, sobretudo quando não estimulados e mesmo sufocados por períodos de pouca ou nenhuma democracia (DEMO, 1988, *Apud* MARTINS, 2002, p.52).

Em contextos rurais, Paulo de Jesus (2006), utilizando-se de argumentos de Jara (2002), disserta que no Desenvolvimento Local, as mudanças das intervenções centradas na esfera agropecuária para estratégias territoriais consideram os vínculos intersetoriais e as cadeias de produção, transformação, comercialização e consumo. Além disso, o processo de desenvolvimento local torna-se estratégico para o planejamento das atividades produtivas com base na lógica do mercado e do valor agregado, explorando alternativas para o acesso à terra,

estimulando a organização dos pequenos produtores para inserção competitiva nos mercados, direcionado ao empreendimento do desenvolvimento organizado para a sustentabilidade econômica e ambiental (JARA, 2002, *Apud* DE JESUS, 2006, p.29).

Nessa perspectiva esse debate abre espaço para iniciativas que promovam o desenvolvimento a partir do local. Nas últimas décadas, a temática do desenvolvimento local tem se destacado nos debates acadêmicos, nas políticas públicas e principalmente nos projetos coletivos que agregam instituições públicas e privadas objetivando a melhoria da qualidade de vida de seus públicos.

Existe hoje muito discurso e pouca prática, além dos equívocos de interpretação considerando ações específicas, isoladas e desarticuladas que não configuram o Desenvolvimento Local.

Alguns autores são críticos em relação as abordagens e as concepções sobre o Desenvolvimento Local. Francisco de Oliveira, por exemplo, critica a noção de desenvolvimento com base na concertação envolvendo órgãos governamentais, não governamentais e sociedade porque “serve apenas para afastar a tentação de mensuração da cidadania”. Segundo esse autor “A noção de cidadania que deve nortear a tentativa de mensurar os processos e estoques de bem-estar e qualidade de vida refere-se ao indivíduo autônomo, crítico e reflexivo, longe, portanto, do indivíduo-massa; trata-se de uma aquisição por meio do conflito”. A respeito disso, o autor ainda reforça:

Como conseqüência, está-se elaborando um discurso sobre o desenvolvimento local como paradigma alternativo à sociedade plagada de conflitos por todos os lados; desenvolvimento local é apresentado como um ‘emplastro’ (do romance de Machado de Assis, *Memórias Póstumas de Brás Cubas*) capaz de curar as mazelas de uma sociedade pervertida, colocando-se no lugar bucólicas e harmônicas comunidades. Pensado dessa forma, o desenvolvimento local tende a fechar-se para a complexidade da sociedade moderna e passa a buscar o idêntico, o mesmo, entrando, sem querer, perigosamente, na mesma tendência midiática da sociedade complexa. O desafio do desenvolvimento local é o de dar conta dessa complexidade, e não voltar as costas para ela (OLIVEIRA, 2001, p. 12-13).

Carlos Julio Jara, revela outros elementos que inviabilizam o Desenvolvimento Local:

Não existe desenvolvimento em ambientes onde domina a mediocridade, a desinformação, a improvisação, a corrupção e a falta de transparência e visibilidade. As deficiências de capital humano, a insuficiência de capital social e de cidadania ativa retardam o desenvolvimento da sociedade sustentável (JARA, 2001, p.121).

Tanto as informações apresentadas por Francisco de Oliveira e Carlos Julio Jara devem ser consideradas quando se pensa em um processo de desenvolvimento onde há jogo

de interesses, pois é histórico no Brasil a possibilidade das iniciativas, especialmente as governamentais, serem direcionadas para o fortalecimento das oligarquias políticas e econômicas, o caráter participativo sem conflitos nesse caso pode contribuir para afirmar as desigualdades sociais ao invés de revertê-las.

Ao tratar-se dos processos de desenvolvimento na agricultura familiar, é importante que haja uma compreensão dos processos sociais, econômicos e políticos atuais, os quais foram construídos pelo processo histórico que contribuiu para formação da agricultura familiar no Brasil e no Nordeste.

Em municípios de baixa densidade demográfica e pequena urbanização, a construção do Desenvolvimento Local deve considerar as novas ruralidades, apontadas por Jara (2001) como nova forma de vida, organização dos processos produtivos, vínculo rural-urbano e uma nova forma de fazer com democracia e prudência na utilização dos recursos naturais.

[...] na combinação de diferentes atividades econômicas para abrir oportunidades de emprego e renda; de mecanismos de participação e controle social; de sistemas de informação; de linhas alternativas de financiamento; e de gestão ambiental e manejo racional de recursos (JARA, 2001, p.118).

Na América Latina, assim como no Brasil, o foco do Desenvolvimento Local tem sido a superação da pobreza. Os pressupostos são cada vez mais humanistas servindo a projetos que objetivam erradicar a miséria. De acordo com Martins essa perspectiva torna ainda mais desafiadora a questão da participação.

Neste contexto, a participação representa um desafio ainda maior, haja vista que os segmentos mais carentes, não raro migrantes, portanto viventes em um processo de inserção socioespacial têm ainda mais dificuldade de se envolver e contribuir efetivamente nos projetos. Colocá-los na condição de maiores beneficiários do processo, contudo, assegura apenas o atendimento emergencial às suas necessidades (MARTINS, 2002, p. 53).

Na região do Semiárido, atualmente, as ações direcionadas ao Desenvolvimento Local, foram implantadas a partir de iniciativas governamentais em parceria com o setor privado, tomando como base as cadeias produtivas já existentes e em potencial desenvolvimento, utilizando a metodologia dos Arranjos Produtivos Locais.

Nesse sentido, surgem como alternativa aos processos de desenvolvimento local, os espaços coletivos de produção beneficiamento e comercialização, são as cooperativas e associações de agricultores que traçam suas ações nos princípios da sustentabilidade e da solidariedade.

De Jesus (2005), aponta algumas diferenças entre os empreendimentos solidários e os empreendimentos capitalistas. Este autor considera, para essa comparação, elementos como a propriedade dos meios de produção, a organização da produção e a apropriação dos excedentes ou lucro da produção.

No que diz respeito aos Empreendimentos Solidários o mais importante meio de produção é a força do trabalho, os demais são de propriedade coletiva, quando existem; na organização do trabalho a produção acontece de forma democrática e participativa visando principalmente a reprodução do bem estar e da dignidade; no que diz respeito aos resultados e benefícios do empreendimento, este é partilhado entre os envolvidos de forma democrática podendo reverter-se também em investimento em benefício da coletividade (DE JESUS, 2005, p.35).

Já nos Empreendimentos Capitalistas, todos os fatores de produção pertencem ao empresário e a força de trabalho é alugada aos trabalhadores; a organização da produção visa a maximização da produção e do lucro a partir do capital investido; no caso dos resultados, este é revertido em benefício do próprio dono do empreendimento (DE JESUS, 2005, p.35).

Estas informações devem ser consideradas quando se imaginam as cooperativas e associações dos agricultores no contexto dos APL's, pois na maioria das vezes o discurso a respeito desses empreendimentos se confunde e mascara as ações capitalistas desvirtuando a noção de solidariedade e de sustentabilidade o que poderá inviabilizar e descaracterizar o sentido do Desenvolvimento Local.

### **3.2 Os Arranjos Produtivos Locais como uma das possibilidades para o Desenvolvimento Local**

Os Arranjos Produtivos Locais (APL's) apresenta-se como uma das diversas formas de manifestação do desenvolvimento local. A difusão da noção de APL no contexto territorial e produtivo brasileiro indica a aposta de atores públicos e privados em um tipo de configuração e gestão territorial da indústria bem sucedida no plano internacional e que pode mobilizar a competitividade de regiões deprimidas da economia em torno de suas especializações produtivas e cooperação empresa-ambiente. Mas, devem-se ter claras as diferenças e peculiaridades do modelo de desenvolvimento e industrialização brasileiros, baseado em profundas desigualdades espaciais e sócio-econômicas, com relação aos seus

congêneres italianos, e entender o APL como uma dentre outras configurações possíveis para gerar desenvolvimento local, mobilizar empregos, e elevar a competitividade dos pequenos estabelecimentos (FUINI, 2006, p. 64).

O conceito de Arranjos Produtivos Locais é muito abrangente e propõe a junção de vários segmentos sociais, políticos e econômicos em torno de objetivos comuns, principalmente no que diz respeito ao desenvolvimento econômico. Nesse sentido, Lastres e Cassiolato definem APL como sendo “aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais - com foco em um conjunto específico de atividades econômicas - que apresentam vínculos mesmo que incipientes” (LASTERS e CASSIOLATO, 2003, p.03).

De acordo com estes autores os APL's envolvem a interação entre empresas, produtoras de bens e serviços assim como fornecedoras de insumos, equipamentos, entre outros. Incluem também organizações públicas e privadas voltadas ao crédito, capacitação e formação de recursos humanos (LASTERS e CASSIOLATO, 2003, p.4).

No Brasil, os APLs surgem como alternativa para resolver a grande problemática de desemprego e para o crescente número de habitantes nas metrópoles. Além disso, podem ser uma estratégia para valorização do local, empregando pessoas da comunidade, evitando assim o êxodo para as metrópoles. Nesse sentido, uma das formas de o governo alavancar os APL's é a criação de políticas que apoiem e ajudem no desenvolvimento dessas aglomerações de empresas. Essas políticas de incentivos aos APL's no país têm se tornado consistentes, já sendo possível visualizar resultados satisfatórios (BARROSO e SOÁRES, 2009, p. 1437).

Um dos critérios a ser considerado para a definição das atividades a serem exploradas no contexto dos APL's é a aptidão produtiva de cada território o que deve estar configurado a partir de fatores históricos, econômicos, sociais e culturais.

A formação de arranjos e sistemas produtivos locais encontra-se geralmente associada a trajetórias históricas de construção de identidades e de formação de vínculos territoriais (regionais e locais), a partir de uma base social, cultural, política e econômica comum. São mais propícios a desenvolverem-se em ambientes favoráveis à interação, à cooperação e à confiança entre os atores. A ação de políticas tanto públicas como privadas pode contribuir para fomentar e estimular tais processos históricos de longo prazo (LASTERS e CASSIOLATO, 2003, p.4).

De acordo com Rocha e Burzryn (2006) é possível identificar um arranjo produtivo local em potencial a partir de um conjunto mínimo de variáveis, presentes em graus diferentes de intensidade. São elas:

- a) Concentração setorial de empreendimentos no território: quantidade de empreendimentos (predominantemente de micro, pequeno e médio porte, que

seja relevante para o contexto econômico local ou regional), em um complexo produtivo de um determinado setor.

- b) Concentração de indivíduos ocupados em atividades produtivas relacionadas com o setor de referência do APL: o número de indivíduos ocupados deve ser relevante para o contexto econômico local ou regional (considerando as particularidades do setor e do território).
- c) Cooperação entre os atores do arranjo: formas de interação entre os atores (empreendedores e/ou instituições que atuam no território, tais como associações de classe, associações comerciais, redes de empresas, instituições de ensino e pesquisa, ONG.s) na realização de ações que buscam um objetivo comum.
- d) Governança: existência de canais (pessoas físicas ou organizações) capazes de: liderar e organizar atores, ou coordenar, as ações em prol de objetivos comuns; ou promover processos de geração, disseminação e uso de conhecimentos (ROCHA e BURZTYN, 2006, p.7).

É notável o potencial do Semiárido do Nordeste para a exploração pecuária. De acordo com Barroso e Soáres (2009), há uma relação histórica com a pecuária bovina de corte, que já exerceu importante papel na economia nordestina. Por problemas de competitividade a pecuária, nos segmentos de pequenos produtores, está sendo substituída por outras atividades como a apicultura e a ovinocaprinocultura, por exemplo. Estas atividades têm se transformado em negócios bastante promissores, em decorrência da adaptação às condições locais, do crescimento do mercado, da oportunidade para todas as categorias de produtores e do interesse do poder local pela atividade, com pretensão de inserção competitiva, direcionada para a visão sistêmica de cadeia produtiva.

Quanto a prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural no contexto dos APL em territórios onde a principal atividade econômica é ligada a agropecuária, este deveria ser de responsabilidade do Governo ou de suas agências de desenvolvimento. No entanto, a falta de estrutura e o baixo quantitativo de profissionais disponíveis nas organizações governamentais comprometem o desenvolvimento produtivo e consequentemente o fortalecimento das ações do APL.

### **3.2.1 Os Arranjos Produtivos Locais no Estado e no Sertão de Alagoas**

O Programa de Arranjos Produtivos Locais (PAPL) foi criado em 2003 pelo Governo de Alagoas juntamente com o Sebrae-AL. A criação dessa organização, se deu pelo fato de haver uma preocupação com a estagnação econômica do estado que pautava-se apenas pela

produção do açúcar e álcool, que estavam situadas na zona da mata e litoral do Estado. Além disso, outros fatores podem ter contribuído para a idealização desse programa, como os baixos índices sociais e econômicos do estado.

Na parceria formalizada entre o Sebrae - AL e o Governo do Estado através da Secretaria Estadual de Planejamento, o primeiro participa com recursos financeiros, com ações que lhe são próprias e implementa efetivamente o Programa. O segundo participa também com recursos financeiros, acompanha a aplicação destes e disponibiliza recursos para ações específicas de competência de seus parceiros internos (ROCHA e BURSZTYN, 2006, p.11).

Para Souza (2006) a característica desse modelo é a concentração de empresas, independente do tamanho e que apresente algum grau de coesão e características em comum. Essas conexões podem ser: a) horizontal: no mesmo setor ou setores conexos; b) vertical: setores estruturados em uma cadeia produtiva; c) misto: com estruturação setorial horizontal e vertical.

De acordo com Rocha e Bursztyn (2006), para que fossem definidos os APL's a serem apoiados em Alagoas tornou-se necessário a realização de um mapeamento dos aglomerados produtivos do estado que apresentavam potencial para se tornarem arranjos produtivos.

Souza (2006) apresenta os critérios que foram considerados para definição dos APL's a serem trabalhados inicialmente. Os critérios utilizados, de acordo com o autor foram:

- a) os arranjos produtivos locais que se localizassem nos municípios com maior potencial de desenvolvimento;
- b) aqueles que se localizassem nos municípios onde são maiores os índices de pobreza e desigualdade social;
- c) aqueles nos municípios onde são menores os índices de renda per capita;
- d) os que se localizassem nos municípios que apresentassem baixos índices de desenvolvimento na saúde e na educação de seus habitantes e aqueles que se localizassem em municípios com graves problemas de desenvolvimento econômico e social (SEPLAN, 2003, Apud SOUZA, 2006, p.55).

A partir desses critérios, inicialmente foram selecionados 27 APL's, sendo 16 no setor do Agronegócio (apicultura, banana, floricultura tropical, fumo, inhame, laranja, mandioca, milho, ovinocaprinocultura e pinha); 06 na Indústria (confeções, laticínios, mármore e granito, moveleiro e plástico); e 5 na área de Serviços (cultura, turismo, tecnologia e informação) (SOUZA, 2006, p.55).

Alguns desses APL's foram sendo excluídos com o passar do tempo. Essa exclusão pode estar relacionada, a concepção, a metodologia e as regras impostas. Gerados em um ambiente externo, e adotado pelo governo, os arranjos são inadequados a realidade do estado, o que pode ter sido percebido pelos atores locais e que por isso mesmo, não persistiram por acreditarem na insustentabilidade da estratégia.

Atualmente, existem no Estado treze APL's, sendo três no setor de Turismo, um no setor de Informação e Tecnologia, um no setor de Indústria. O setor Agropecuário é o que agrega a maior quantidade de APL's, são oito no total.

O principal objetivo da atuação articulada de instituições públicas e privadas em torno do Programa de Arranjos Produtivos Locais é promover a competitividade e a sustentabilidade dos micro e pequenos negócios, estimulando processos locais de desenvolvimento, permitindo a conexão do arranjo com os mercados, a sustentabilidade por meio de um padrão de organização que se mantenha ao longo do tempo, a promoção de um ambiente de inclusão de micro e pequenos negócios em um mercado com distribuição de riquezas, e a elevação do capital social por meio da promoção e a cooperação entre os atores do território (ALAGOAS, 2004, p.5).

De acordo com Rocha e Bursztyn (2006) em cada Arranjo ou território definido foi designado um gestor para articular os atores locais, ou seja, uma rede de parceiros, produtores e empreendedores, visando à construção de um plano de ação para o desenvolvimento do APL. Segundo os autores, esses planos de ação foram discutidos com os produtores durante a realização de oficinas nas respectivas localidades para posteriormente serem negociados com os parceiros interessados em participar do programa.

Na experiência do estado de Alagoas, “valoriza-se a cooperação, o aprendizado coletivo, os saberes locais (conhecimento tácito) e a capacidade inovativa das empresas e instituições locais” (ROCHA e BURSZTYN, 2006, p.13). Esses elementos, de acordo com os autores, “são funções interdependentes para o aumento da competitividade sustentável, fortalecendo os mecanismos de governança”.

Na região do Sertão alagoano, predominam dois APL's, o de Ovinocaprinocultura e o de Apicultura, os quais foram utilizados como objeto desse estudo e serão abordados a seguir.

### **3.2.1.1 O APL de Apicultura no Sertão Alagoano**

É no mesmo contexto social e econômico, apresentado pela ovinocaprinocultura, como veremos a seguir, que o APL de Apicultura se insere. No entanto na promoção da cadeia produtiva da apicultura, as ações não são direcionadas apenas aos agricultores, desenvolvem a atividade também, comerciantes, funcionários públicos e privados assim como profissionais autônomos.

De acordo com dados da Seplan-AL (2011), o APL busca o desenvolvimento sustentável dos micro e pequenos negócios da cadeia produtiva da apicultura, apoiando os apicultores e demais empresários envolvidos na atividade, visando a geração de ocupação e renda, promovendo a preservação do meio ambiente, com melhoria das condições de vida das pessoas envolvidas. Tendo por objetivo desenvolver os apicultores do sertão alagoano, inserindo-os na cadeia produtiva da apicultura, através da criação e fortalecimento de suas organizações associativas e empresariais, do aumento de produção e agregação de valor ao produto, com geração de atividades produtivas e renda, que proporcione bem-estar social, econômico e ambiental.

A apicultura pode ser considerada uma atividade nova na realidade do Sertão alagoano. Souza (2006), fazendo referência a estudos realizado pelo Sebrae em 2003, afirma que a apicultura surgiu em Alagoas nos últimos vinte anos, mas na região, a apicultura só começou a ser trabalhada a partir do ano de 2002.

Atualmente, de acordo com dados da Seplan-AL (2011) o APL Apicultura abrange 13 municípios do Sertão Alagoano: Água Branca, Delmiro Gouveia, Olho D'Água do Casado, Olho D'Água das Flores, Olivença, Palestina, Pão de Açúcar, Pariconha, Piranhas, Poço das Trincheiras, Santana do Ipanema, São José da Tapera, Senador Rui Palmeira.

As estratégias utilizadas, segundo a Seplan-AL (2011) consistem em: a) organizar os apicultores para otimizar os processos de compra, produção e comercialização; b) ampliar a participação da apicultura familiar e dos micro e pequenos apicultores no agronegócio apícola, com conseqüente geração de atividades produtivas, renda e bem-estar social e econômico; c) aumentar a produção e a produtividade; d) melhorar a qualidade do mel; e) diversificar a produção; f) melhorar o processo de comercialização dos produtos e abertura de novos mercados.

### **3.2.1.2 O APL de Ovinocaprinocultura no Sertão alagoano**

As atividades da cadeia de Ovinocaprinocultura no Semiárido são exercidas, predominantemente por agricultores familiares com baixo nível de tecnologia. De acordo com o Governo do Estado, esta situação estrutural provoca pobreza e exclusão social. Essa região vivencia as consequências sócioeconômicas da exclusão social como o analfabetismo, a mortalidade infantil, o desemprego e o êxodo rural. Além disso, “os índices de IDH do território são baixos, variando de 0,507 a 0,607 e a média do Índice de Qualidade de Vida Municipal (IQVM) alcançou 0,310” (ALAGOAS, 2004, p.10).

Além desses argumentos, a implantação do APL no Sertão alagoano se justifica, de acordo com a Seplan-AL (2011), por ser a ovinocaprinocultura uma atividade já desenvolvida há muitos anos pelos Sertanejos, principalmente pela rusticidade dos animais de fácil adaptação ao Semiárido. Nesse sentido, o APL busca constantemente a melhoria genética animal e o manejo adequado, visando o incremento na produção de leite e carne.

É possível afirmar, pelas informações apresentadas pelo governo do Estado, que a atividade de ovinocaprinocultura é uma atividade tradicional na região do Semiárido, e nesse sentido é tratada como agronegócio, isso está implícito no objetivo do APL que pretende “[...] desenvolver o agronegócio familiar da Ovinocaprinocultura na região do Sertão Alagoano, pela ampliação da produção de leite e carne e da comercialização, com vistas a torná-lo sustentável e competitivo” (SEPLAN-AL, 2011, p.1).

Atualmente o APL abrange 21 municípios envolvendo as microrregiões da Bacia Leiteira, do Médio e Alto Sertão alagoano. A região do APL concentra cerca de 70% do rebanho de ovino e caprino do estado e envolve 33.822 propriedades (LIMA, 2010, p.58)

Há um propósito de se promover a descentralização das ações do APL, para isso as deliberações passam por um espaço democrático, o Comitê Gestor. Formado por representações dos agricultores (associações e cooperativas), pela representação do Sebrae e Seplan, através do Gestor do APL, além das parcerias públicas e privadas<sup>3</sup>. As reuniões desse comitê acontecem mensalmente, nesse espaço são discutidos e avaliados o andamento das ações planejadas (LIMA, 2010, p.58).

As ações definidas no Plano de Ação, de acordo com a Seplan-AL (2011), são elaboradas anualmente com a participação dos diversos atores envolvidos. Esse Plano de Ação é encaminhado através de rodadas de negócio onde os parceiros assumem compromisso

---

<sup>3</sup> Pela metodologia dos APL's, os técnicos que prestam assistência técnica aos agricultores inserido, tem cadeira garantida no Conselho Gestor. No entanto, o técnico entrevistado afirmou estar afastado das atividades a mais de um ano o que configura a não participação nesta instância decisória.

pela realização das diversas ações, assim como os respectivos orçamentos para tal finalidade. As ações são agrupadas por serviços de marketing, tecnologia, capacitação, gestão e infraestrutura, na tentativa de facilitar as negociações e a implementação das ações. Nesse sentido, as principais ações desenvolvidas são: capacitação técnica gerencial, consultorias tecnológicas, assistência técnica aos produtores, abertura de novos mercados, pesquisas sobre a atividade e apoio à estruturação de unidades produtivas.

### **3.3 A Extensão Rural como Instrumento para o Desenvolvimento Local**

Junto ao processo histórico da agricultura familiar, insere-se também o da extensão rural. Esta estratégia foi implantada como um dos principais instrumentos de modernização no campo no contexto do pós guerra a partir da década de 40, tornando-se política pública na década de 60. Essa tem sido alvo de várias críticas e análises, principalmente por suas contribuições no processo de exclusão social e na degradação dos recursos naturais, ampliando o quadro de desigualdades existentes atualmente no país.

As práticas extensionistas introduzidas no Brasil têm suas raízes nos Estados Unidos da América do Norte. De acordo com Fonseca (1985), esse acontecimento ocorreu após a Guerra da Secessão, que representou para a agricultura americana a passagem da estrutura escravista à estrutura mercantil e capitalista. De acordo com esta autora, os pequenos proprietários que priorizavam o autoconsumo e a venda de excedentes não conseguiram suportar a concorrência com as empresas capitalistas que tinham seus objetivos traçados para o alcance do mercado mundial.

Diante dessa situação, os proprietários americanos passaram a se organizar em associações com a finalidade de discutirem os problemas relacionados a produção e comercialização, para isso criaram o hábito de realizar reuniões e palestras, o que evoluiu para a realização de feiras e concursos para a apresentação e intercâmbio dos resultados, necessitando de um elo mais estreito entre pesquisa, extensão e produção (FONSECA, 1985, p.38).

Instituídas oficialmente por volta de 1870, trabalhos conjugados entre universidades, Estados e Conselhos de Agricultura, eram realizadas conferências públicas e cursos de pequena duração, atividades educativas que foram intensificadas com o tempo abrangendo também as mulheres (FONSECA, 1985, p.38).

Na América Latina a extensão rural foi introduzida a partir da segunda guerra mundial proposta pelos governos locais em convênios com agências americanas. A operacionalização dos modelos, inicialmente o clássico e posteriormente o de adoção difusionista, requeriam um manejo específico para lidar com populações rurais latino-americanas, identificadas como populações em estado de pobreza e atraso tecnológico (FONSECA, 1985, p.47).

Foi característico do modelo clássico da extensão rural um entusiasmo exagerado fundado na ideia de que era necessário informar e persuadir os agricultores a adotarem melhores práticas agrícolas para se conseguir um aumento na produção, pautadas nas concepções dos especialistas, cientistas e técnicos (FONSECA, 1985, p.41).

No Brasil, a implantação da extensão rural parte de dois processos históricos. O primeiro surge da inquietação das elites com a educação rural a partir das primeiras décadas do século vinte. Preocupados em conter a migração do rural para o urbano, o que representava uma ameaça a harmonia e a ordem das grandes cidades, o que ocasionaria uma baixa produtividade no campo. Existia a ideia de que a educação rural seria o meio mais eficaz para conter a migração (FONSECA, 1985, p. 54).

Com o insucesso da educação rural pretendida pelas elites, surge o movimento extensionista a partir da expansão da educação para além das portas das escolas, a educação extra-escolar. O ponto de partida é a noção de comunidade rural, vista como uma organização homogênea e não estratificada, sem conflitos internos e interesses agrupando sob este rótulo grandes fazendeiros, minifundiários e os trabalhadores rurais definidos como públicos da assistência técnica. Para esse público são definidas ações que visam à melhoria da qualidade de vida, de educação e saúde, mediante o aumento da produção e da produtividade agropecuária (QUEDA, 1976, citado por FONSECA, 1985, p.59).

Outro marco histórico da introdução da extensão rural no Brasil surge como resultado das conversações e convênios celebrados entre Brasil e Estados Unidos, culminando na implantação do Programa Piloto de Santa Rita do Passa Quatro, no Estado de São Paulo, e na fundação da ACAR-Minas Gerais (FONSECA, 1985, p.60).

A partir da década de 30 após o movimento político em que as elites emergentes conseguiram impor uma nova direção econômica para o país, o capital hegemônico passa a ser o capital industrial para que a modernização do sistema econômico se fizesse sem entraves e desvios dos processos de produção capitalista. Nesse formato econômico, o setor agrícola apresentava dois papéis fundamentais, continuar gerando divisas econômicas pelo fornecimento de alimentos de exportação, e o suprimento das necessidades das classes

urbanas e trabalhadoras equilibrando o capital industrial com altos custos, seja na alimentação dos operários, seja no preço da matéria-prima para a indústria (FONSECA, 1985, p.60-61).

Nesse sentido, é importante destacar que o processo de implantação da extensão rural no Brasil foi algo consentido pelas elites na defesa de seus interesses imediatos e não como algo necessário aos interesses das camadas populares rurais (FONSECA, 1985, p. 66).

Resumindo o sentido da Assistência Técnica e Extensão Rural no Brasil - ATER, Soáres (2006) disserta que a política criada a partir do início da década de 60 do século passado, motivado pelo processo de modernização da agricultura, foi direcionada para tornar o meio rural desenvolvido a partir das tecnologias modernas tendo como argumento o fato de que “era preciso superar o atraso do meio rural e para isso era preciso torná-lo desenvolvido com as novas tecnologias (SOÁRES, 2006, p.93).

Esse processo, ocasionou as populações rurais sérias consequências, como afirma Tauk Santos (1992) a concepção difusionista da implantação da extensão rural no Brasil, resultou no agravamento da pobreza rural, alta concentração dos bens de produção em mãos de poucos, expropriação dos pequenos produtores rurais, incrementando à migração de contingentes rurais para as grandes cidades, incapacidade, enfim, para promover o desenvolvimento rural.

Soáres (2006), afirma que a política de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) no Brasil, tem suas raízes na intensidade do processo de modernização da agricultura ocorrida no início da década de 60. Essa política veio com a intenção de promover no campo o que já havia sido feito no meio urbano, ou seja, levar ao meio rural as tecnologias modernas. De acordo com o autor, “O principal argumento de tais políticas seguia a direção que era preciso superar o atraso do meio rural e para isso era preciso torná-lo desenvolvido com as novas tecnologias” (SOÁRES, 2006, p.93).

Com o afastamento do Estado dos serviços públicos de Ater, iniciado a partir de 1990, quando o presidente Collor de Mello extinguiu a Embrater diminuiu a oferta de serviços públicos ao meio rural e à agricultura. Com isso, os serviços não atendem a demanda da agricultura familiar principalmente nas regiões de maior necessidade como o Nordeste, restringindo as possibilidades de acesso das famílias rurais ao conhecimento, aos resultados das pesquisas agropecuárias e as políticas públicas, contribuindo para a ampliação da exclusão social no campo (BRASIL, 2004, p. 4-5).

A partir de 2004, começa a ser implantada a nova Política de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater), esta política foi construída de forma participativa, envolvendo no debate, órgãos ligados aos governos federal e estadual, segmentos da sociedade civil

organizada, lideranças e representantes dos agricultores familiares e movimentos sociais comprometidos com a questão (BRASIL, 2004, p.3).

Referindo-se a nova Pnater, Lima e De Jesus (2006), afirmam que a nova política se contrapõe ao antigo modelo, desenvolvimentista e difusionista, adotado pela revolução verde, traduzido por pacotes tecnológicos. Ao contrário, a nova abordagem pretende substituir as velhas práticas por novos enfoques metodológicos, que através de políticas públicas prioriza o atendimento a classes desfavorecidas ao longo do tempo: os agricultores familiares, os povos indígenas, os pescadores artesanais, entre outros, no intuito de alcançar a inclusão social dentro das perspectivas do desenvolvimento rural sustentável (LIMA e DE JESUS, 2006, p. 16).

Essa política pretende contribuir com o desenvolvimento rural sustentável, estimulando a geração de emprego e promoção de renda, potencializando as atividades produtivas agrícolas voltadas a produção de alimentos saudáveis e matérias primas, apoiando estratégias de comercialização nos mercados locais, regionais, nacionais e internacionais estimulando a agroindustrialização, assim como outras formas de agregação de valor à produção primária e o desenvolvimento de atividades não agrícolas (BRASIL, 2004, p.4).

As diretrizes da Pnater se opõem ao modelo convencional das práticas extensionistas, que tinham base no difusionismo e na transferência de pacotes tecnológicos. Para dar conta desse desafio, os serviços públicos de Ater devem ser executados mediante a utilização de metodologias participativas, e os agentes devem desempenhar um papel educativo, atuando como animadores e facilitadores do processo de desenvolvimento rural. A Pnater propõe também que as ações devem privilegiar o potencial endógeno das comunidades e territórios, estimulando o resgate e a valorização dos conhecimentos dos agricultores familiares (BRASIL, 2004, p. 6).

No que se refere aos instrumentos de sensibilização ou educação dos agricultores, e em torno de determinada tecnologia ou prática agropecuária, estes devem ter caráter de diálogo e da comunicação horizontal. Paulo Freire (1992) argumenta que deva existir um diálogo problematizador entre agricultores e extensionistas proporcionando um mesmo significado para ambos. Segundo o mesmo autor, “[...] enquanto a significação não for compreensível para um dos sujeitos, não é possível a compreensão do significado à qual um deles já chegou e que, não obstante, não foi apreendida pelo outro na expressão do primeiro” (FREIRE, 1992, p.68). “É então indispensável ao ato comunicativo, para que este seja eficiente, o acordo entre os sujeitos, reciprocamente comunicantes. Isto é, a expressão verbal de um dos sujeitos tem

que ser percebida dentro de um quadro significativo comum ao outro sujeito” (FREIRE. 1992, p.67).

No contexto dos APL's, por tratar-se de uma estratégia que articula organizações públicas, empresas privadas e organizações solidárias como cooperativas e associações de agricultores, é provável que as relações entre estas instituições não sejam harmônicas. De acordo com Arns (2007), o estabelecimento de estratégias de gestão em processos de desenvolvimento territorial deve considerar as relações de poder que se estabelecem nas disputas pelo uso e posse dos recursos e das diferentes concepções de desenvolvimento ali presentes (ARNS, 2007, p.112).

Este debate abre espaço para o caráter democrático da gestão dos APL's, onde suas ações devem ser discutidas, implantadas e avaliadas também por seus beneficiários. Diante disso, a participação dos agricultores nos processos decisórios torna-se um desafio que pode ser superado com apoio da atuação motivadora e animadora de agentes de extensão rural.

## **CAPÍTULO 04**

### **Os Arranjos Produtivos Locais no cotidiano dos Agricultores Familiares no Semiárido alagoano**

Os Arranjos Produtivos Locais, como já foi discutido, são indicados para superação da miséria e da pobreza em regiões de baixo dinamismo econômico e social. No entanto cabe reafirmar que o APL em si não se configura em uma instituição, pois sua existência é consolidada a partir da articulação das várias instituições e dos vários atores envolvidos. Nesse sentido, quanto maior o envolvimento das instituições e quanto melhor o equilíbrio das relações maiores são as chances dos APL's alcançarem seus objetivos.

Este capítulo apresenta parte dos resultados do levantamento de dados primários junto aos agricultores familiares, lideranças e técnicos do município de São José da Tapera. Procurou-se fazer uma análise comparativa entre os agricultores inseridos nos Arranjos Produtivos Locais com os agricultores que não estão inseridos no mesmo contexto. Procurou-se também observar o nível de compreensão e envolvimento desses agricultores na estratégia do APL e quais os impactos das ações no cotidiano e na cultura produtiva dos agricultores.

#### **4.1 Alguns aspectos iniciais a respeito do APL no município de São José da Tapera**

O território que delimita os APL's estudados é abrangente, envolvendo vários municípios. No entanto esse estudo se deteve apenas a um município desse território. Isso possibilitou a realização de algumas observações a respeito da aproximação dessa estratégia na localidade onde estão inseridos os principais beneficiários.

Uma primeira observação diz respeito a algumas potencialidades do município, como por exemplo, a existência de uma feira livre que ocorre diariamente onde são comercializados vários produtos da agricultura familiar, assim como utensílios agrícolas, vestuário, mantimentos, importados e produtos de utilidade doméstica.

Além dessa feira que acontece todos os dias, existe outra que ocorre mensalmente, a Feira Agroecológica da Agricultura Familiar que acontece na última quarta feira de cada mês e é promovida pela Secretaria Municipal de Agricultura de São José da Tapera, em parceria

com a Secretaria Estadual de Agricultura e do Desenvolvimento Agrário (Seagri) e do Centro de Apoio Comunitário de Tapera em União a Senador Rui Palmeira (Cactus).

Cabe esclarecer que estas feiras não são ações propostas pelos APL's, a primeira surgiu espontaneamente a partir do processo histórico de formação do município e a segunda por iniciativas do Governo Federal com as instituições locais. Nos dois casos o APL se envolve estimulando a participação dos agricultores nesses espaços.

Durante as conversas com representantes do governo municipal e das lideranças locais, percebeu-se uma dificuldade de se entender e de se identificar os agricultores familiares. Chegou-se a essa observação no momento em que se tentava elaborar uma relação dos agricultores a serem entrevistados. Numa lista aí elaborada apareciam pessoas que desenvolviam a agricultura como lazer ou como atividade secundária, sendo a principal fonte de renda do funcionalismo público e o comércio local.

Em conversas com outros agricultores e lideranças que não estavam inseridos na amostra desse estudo, foi feita uma série de denúncias sobre a *politicagem* e as ingerências que envolvem algumas decisões e deliberações dos APL's. Uma delas diz respeito a subordinação da Associação dos Apicultores à Prefeitura Municipal. Surgiram informações de que a Prefeitura e a Secretaria Municipal de Agricultura agem com protecionismo e favoritismo político partidário direcionando os benefícios para agricultores aliados a gestão municipal. Isso também foi identificado em conversas com um técnico do município que afirmou haver passado no processo de seleção para Agente de Desenvolvimento Rural, participou das capacitações e que não chegou a atuar, pois a sua vaga foi preenchida por outro jovem que não havia participado do processo.

Estas informações parecem indicar a herança das tendências das ações governamentais principalmente na década de 70, que de acordo com Alves da Silva (2008) contribuiu para o fortalecimento das antigas estruturas socioeconômicas e políticas regionais.

Outra observação diz respeito a fragilidade das relações sociais existentes tanto dentro das associações e organizações dos agricultores quanto no que diz respeito a interação entre as instituições do município que fazem parte do APL, não se percebem as relações de integração e de parceria.

No que diz respeito a falta de compromisso das entidades de crédito instaladas no município, de acordo com as informações, nos debates realizados nas reuniões e fóruns dos APL's o discurso das instituições de crédito é positivo e que estará disponibilizando crédito para todos os agricultores. No entanto quando estes chegam nas agências, são impostas uma série de limitações e restrições que impossibilitam o acesso a esses recursos.

*O APL, o Alberto Brasil ele sempre deu uma força, falou com o gerente do Banco do Brasil, ia falar com o gerente do Banco do Nordeste, aí ficava só aquelas promessas através dos gerentes. Inclusive levou o superintendente do Banco do Brasil pra uma reunião com os apicultores lá em Pão de Açúcar. E as promessas foram muitas, mas até o momento, não chegou nada ainda. Você chega no banco, o gerente diz não. Principalmente aqui no Banco de São José da Tapera, quando fala em recurso para a apicultura no município de São José da Tapera. O gerente bota uma dificuldade danada. Ninguém sabe agora como é esse, que chegou um gerente novo, eu não fui lá ainda (E.S.V.).<sup>4</sup>*

*Os parceiros locais quando chegam na hora “H”, eles já tiveram várias reuniões, não só uma. Inclusive agora a quatro meses atrás, nós tivemos um encontro lá em Maceió, veio diretor do Bradesco, veio diretor da Caixa Econômica, do Banco do Brasil, dizendo eles que estavam prontos para financiar a parte da apicultura e tudo, quando chega no banco, principalmente aqui em Tapera, quando chega lá o gerente diz que não tem conhecimento, não sabe (E.S.V.).*

Um quadro assim caracterizado pode provocar desânimo em pesquisadores neófitos. No entanto percebeu-se também que de uma forma geral os APL's são vistos pelas lideranças e por alguns agricultores como de fundamental importância para o fortalecimento da agricultura, mesmo que estes sejam direcionados para uma única atividade produtiva. Tal perspectiva anima o desenvolvimento da pesquisa. Porém, pode-se afirmar que todos os estudos até agora desenvolvidos em torno de APL's e agricultura familiar no Semiárido alagoano, ao menos aqueles que tive acesso se limitam a análise de processos de gestão e de comunicação entre os gestores, sejam de organizações estatais ou não. Parece que se pode afirmar que a singularidade do presente estudo, como se verá a seguir, parece residir no fato de se ter dado voz aos agricultores que se posicionaram em relação a concepção e a própria prática dos APL's.

## **4.2 Compreensão e envolvimento dos Agricultores de São José da Tapera nos Arranjos Produtivos Locais**

A compreensão dos significados e dos objetivos do programa dos Arranjos Produtivos Locais, como será visto a seguir, parecem não estar claro para os agricultores do município de São José da Tapera. Essa incompreensão pode limitar a participação desse

---

<sup>4</sup> As falas extraídas das entrevistas são aqui transcritas em itálico para distinguir das demais citações.

atores nos processos decisórios que orientam as ações dos APL's, reforçando a ideia da não participação direta ou indireta nos projetos dos APL's.

Nesse sentido, a compreensão do significado e da constituição dos APL's parece estar mais claro para as lideranças envolvidas no processo. Estes, supostamente por serem representantes de associações ou grupos comunitários são os que mais participam das reuniões de planejamento e das reuniões avaliativas, por isso tornam-se detentores do conhecimento o que não significa que esses conhecimentos e informações sejam disseminados e discutidos entre seus representados.

Essa incompreensão pode direcionar para o insucesso dos empreendimentos, pois são comuns os equívocos no direcionamento dos recursos e das ações, o que não atendem as reais necessidades dos agricultores a exemplo das ações governamentais na tentativa de combate a seca, que agravou ainda mais a situação dos agricultores gerando descrença nas iniciativas governamentais.

Resgatando aqui o pensamento de Ab'Sáber (1999), qualquer iniciativa que tenha como sentido a melhoria das condições de vida no sertão, deve acima de tudo resgatar a confiança dessa gente.

Mesmo sendo os líderes os maiores envolvidos no processo, a compreensão do APL reduz-se na maioria das vezes a realização de algumas ações, como por exemplo, cursos de capacitação, viagens e intercâmbios o que não representa o APL em sua totalidade. Esse achado faz transparecer a forma de atuar do Sebrae que pauta sua forma de atuação com base em experiências externas e que na maioria das vezes não são adequadas a realidade da agricultura familiar, limitando as possibilidades da criatividade e da contextualização das potencialidades pelos atores locais.

*[Como é que você avalia a atuação do APL?] Bom. Bom demais dá uma boa assistência, eu não vou dizer ótimo, porque os 100% a gente sempre tem alguma coisa a desejar. Bom é muito bom mesmo. [quais os benefícios que o APL já trouxe aos agricultores aqui do município de São José da Tapera?] Cursos. Conhecimentos, graças ao Sebrae e a esse APL. Cursos, conhecimentos, viagens, oficinas, tudo de conhecimento. Trouxe pra gente, eu agradeço muito, primeiramente a Deus e depois o Sebrae e o Governo do Estado (R.S.T.).*

*Rapaz é o seguinte, o APL já veio muitas vezes aqui, deu vários cursos, deu curso de como a gente, até como vender, ele deu curso pra gente, ta entendendo. Deu um curso de treinamento, ensinar como você reflorestar (S.R.J.).*

Além disso, a função dos APL's é interpretada por essas lideranças como um tipo de mediador para resolução de problemas que limitam o desenvolvimento das atividades pelos

agricultores. Na maioria das vezes estes se posicionam como se não fizessem parte da estrutura organizacional do APL.

*[O que poderia ser melhor em relação ao APL?] É como eles dizem que são parceiros dos financiadores, por exemplo, Banco do Brasil, Caixa Econômica, eu não sei se é através do Sebrae desse APL, que tem que dar mais injeção pra eles se abrirem mais ou não. Ultimamente as porteiras tão trancadas, como diz a história. Aí no meu caso como agricultor, eu gostaria que fosse mais fácil de nós agricultores chegarmos até esse financiamento. Até o Sebrae joga muita vantagem, muita conversa, não só o Sebrae, gerente de banco, gerente da Caixa. Na hora que ta todo mundo, todo mundo é bonzinho, quando vai o eu agricultor, José Aparecido agricultor, aí tem uma trava. Eu não sei o porquê isso. E nós gostaríamos como produtores rurais que [...], fosse tudo aberto para que possamos produzir mais (R.S.T.).*

As próprias lideranças admitem que o significado e o funcionamento dos APL's não está compreendido pelos seus representados. Estes representantes utilizam como justificativa por essa incompreensão o baixo nível educacional dos agricultores.

*De tudo eles deram curso aqui. Agora eu acredito aqui se tiver vinte por cento que entende isso daí, tem muito. Porque, a maioria aqui é analfabeto, como se diz. Você ta explicando a ele aqui, sai daqui ele esqueceu, não lembra nem o nome. APL, o que é APL? Se você fala em APL tem a base de uns vinte por cento que vai dizer o que é o APL? Não sei o que é o APL, não estou entendendo. Mas informação não faltou. Vieram, deram o curso, deram treinamento. O APL, ele trabalha junto com o Sebrae, quando vem o Sebrae, as vezes um treinamento por meio do Sebrae, mas as vezes é o APL junto com o Sebrae. Aí pra quem entende, sabe que o APL ta ali junto. Agora pra quem não entende, não, o que é o APL? Será que é um cabra baixinho, grosso!? (S.R.J.).*

Nota-se aí uma grande confusão: APL é uma instituição? É gente? Ou é estratégia? Confusão que se repercute em outros depoimentos como se vê adiante. Para alguns agricultores, quando questionados sobre o APL de início afirmaram não saber o que significava. No entanto, ao insistir na pergunta utilizando-se de outros termos e de outras informações os mesmos expressaram informações, ao menos confusas, o que significa uma compreensão superficial sobre o APL assim como das suas estratégias.

*[Então quando disseram o senhor o que era o APL, disseram o quê?] Não, o APL, eu não sei se eu participei não, mas parece que não, só do curso mesmo, mais de reunião não. Pronto, na semana atrasada, parece que foi, teve uma reunião aí eu não fui, que teve lá em Maceió, não me disseram (E.A.M.).*

*[O que o senhor entende sobre o APL?] Pelo menos a gente ta aprendendo ainda. O APL é aquela parte da mercadoria bem organizadinha. Mais aí é porque a mercadoria dá diferente é? Esta parte eu não estou entendendo ela ainda (B.S.L.).*

*[E o APL, sabe o que é o APL?] Sei não. [Nem tem a noção do que seja?] Já vi as conversas. [Quando o senhor escuta essa palavra APL o que é que vem na tua cabeça?]. Rapaz, eu não sei não. [Mas você sabe que existe?] Sei, sei que eu já vi falar, só que nunca vi também falar o quê né? Ninguém nunca me explicou (P.J.A.).*

Alguns agricultores mesmo afirmando não saber o significado, tentavam explicá-lo relacionando a existência do APL com os gestores, técnicos e até mesmo as instituições como o Sebrae por exemplo, o que representa uma fragmentação na compreensão do processo.

*[Em relação ao APL, o que é que o senhor tem a dizer?] Eu não sei explicar não... O APL, eu já entendi já, é o Reginaldo é? ...Quando vem é bom. Marca uma reunião todo mês, todo mês, aí no outro mês já falhou, não vem mais. Quando vem a coisa fica tudo positivo. Eles vieram, aí fizeram uma reunião aí, todo mês a gente vem. Veio dois meses seguido quando foi no outro não vieram mais pra olhar. ... Até nas reuniões incentiva o pessoal. Se fosse uma reunião só com o pessoal daqui, nem todos querem ir. Quando é de gente de fora a pessoa quer ir, vai tem que ir (A.B.M.).*

*[O senhor já ouviu falar no APL?] Não. [Arranjos Produtivos Locais?] Não, não, não. [Um programa de governo do Estado com o Sebrae?] Eu vejo falar muito no Sebrae mas outro projeto não (M.D.S.).*

No entanto a grande maioria afirmou não saber o que é o APL, isso foi identificado nos dois grupos inseridos.

*[O que é que o senhor entende por APL?] Nada, nunca vi nada de APL não. [Já ouviu falar do APL? Arranjos Produtivos Locais?] Não (C.A.M.).*

*[o senhor sabe dizer o que é o APL?] Posso aprender. [Você nunca participou de nenhuma atividade do APL?] Não (E.A.M.).*

Esta incompreensão do significado, assim como dos objetivos é explicada pelos técnicos como sendo em decorrência da não participação desses agricultores nas reuniões e encontros decisórios.

*[Em relação à questão do APL, tu achas que os agricultores tem uma compreensão do que seja o APL?] Tem alguns produtores que não sabem nem o que é isso. Mesmo estando inserido no APL, não tem a mínima noção, porque não participa. Chega um dia de reunião, e por alguns problemas, chegam aqui e justificam porque não vai pra reunião. Aí não tem conhecimento do que é, o que o APL faz, o que o Sebrae e a Secretaria de Planejamento tá realizando. Tá sendo beneficiado e não sabe (E.S.V.).*

Para os agricultores não inseridos em APL, a noção do mesmo é desconhecida, alguns na tentativa de responder confundem com outras iniciativas governamentais.

*“[O senhor já ouviu falar em APL, Arranjo Produtivo Local?] Olhe outro dia a gente tava numa reunião com um senhor de Maceió que veio pra fazer aquela compra dos 4.500,00 por ano, que eu não sei o que significa aquilo. Porque teve o que a gente entrega pra prefeitura e como é que chama aquele programa, pra o CAE aí não explicou. Aí eu não sei o que significa o APL” (A.V.S.).*

Percebeu-se que a compreensão dos APL's é limitada para todos os entrevistados. Os que mais se aproximaram de um conceito foram as lideranças, mesmo assim essa compreensão é superficial e incompleta. Para os agricultores inseridos em APL's, alguns conseguem apontar algumas ações inerentes ao APL, porém, a maioria afirmou não saber o significado. No entanto, não foram identificadas diferenças significativas da compreensão dos agricultores inseridos em relação aos não inseridos na proposta dos APL's.

#### **4.3 A interferência dos Arranjos Produtivos Locais na cultura produtiva dos Agricultores de São José da Tapera**

Uma das grandes características da produção agrícola de base familiar é a diversidade produtiva. Além de ser considerada uma herança da cultura camponesa essa característica tem se tornado uma forma de resistir aos desafios do mercado e ao mesmo tempo compensar os prejuízos originários por atividades menos favorecidas, seja pelos baixos preços do mercado, seja por fenômenos naturais que comprometam a produção.

Não foi possível identificar diferenças significativas no que diz respeito a diversidade produtiva entre os agricultores inseridos em APL's e agricultores que não estão inseridos na proposta de APL. No entanto foi possível identificar que em ambos os grupos, a produção agrícola e pecuária estão bem representadas apesar de haver a priorização em alguns casos.

*[Além da apicultura, tem mais alguma atividade que você desenvolve junto a sua família?] Feijão e às vezes um pezinho de mandioca quando dá certo (E.A.M.).*

*[Quais são as atividades que vocês desenvolvem aqui?] A gente planta milho, feijão, essa coisas assim. [Além disso cria algum animal?] Cria as ovelhas. [Só ovelha?] Isso, só as ovelhas (M.L.S.).*

Outra característica identificada pelo grupo de agricultores inseridos no APL de Apicultura foi à existência de um único agricultor que direciona sua produção exclusivamente para a pecuária, apesar de manter também certa diversidade dentro das opções produtivas.

*[Quais são as atividades que o senhor desenvolve na agricultura, além da apicultura?]*” Tem ovino, suíno, [...] Bovino de corte. E agora entrei sabe, em que como é que se diz, é... Avicultura, frango caipira (R.S.T.).

Na maioria dos casos, sem ser considerada a prioridade produtiva, a diversidade é evidente, marcando uma variedade que envolve atividades agrícolas e pecuárias. Tal achado foi identificado nos três grupos que constituem a amostra. O que na atualidade descarta a possibilidade de que os APL's contribuam para a diminuição da diversidade produtiva, pelo menos por enquanto. Mas deve ser considerado que as ações dos APL's ainda são recentes, e não possibilitam a realização desse tipo de análise.

*[Quais são as atividades que o senhor desenvolve com a sua família?]* A gente trabalha, planta feijão, planta palma, cria umas vaquinhas pra ir tirando o leitinho, e assim vai trabalhando, que é o serviço da agricultura, só que essa parte já é uma parte de gado que é a pecuária. Mas a gente faz todas as partes, aí é a parte do agricultor (B.S.L.).

*As atividades que a gente desenvolve aqui é plantar milho, feijão, palma. Isso daí antes da gente criar cabra a gente já trabalhava nessa atividade, como se diz, a produção alimentar da nossa região. Hoje é o que? É plantar o milho, o feijão, a palma (S.R.J.).*

*Hoje eu to produzindo aqui. O ponto forte aqui ta sendo coentro, cebola, alface, o mamão, tô começando a aparecer uns cocos, macaxeira, batata. Uma série de coisas que eu to produzindo aqui. Alimento do ser humano e dos animais também. Eu tenho capim, eu tenho quatro diversidades de capim também (E.V.S.).*

A existência da diversidade produtiva, não significa que todas sejam geradoras de renda monetária, na maioria das vezes são utilizadas como atividades de suporte para outras atividades como é o caso do milho, por exemplo, que serve para o consumo humano, mas também é utilizada para a alimentação animal. Nesse sentido foi identificado que para os agricultores inseridos nos dois APL's as opções de renda centram-se apenas em uma única atividade, direcionando para uma especialização produtiva, ou seja, a potencialização de uma única atividade como geradora de renda.

*[Hoje a sua principal renda vem de qual atividade?]* Abelha. No curral de vaca realmente a gente teve prejuízo. O suíno também, depois que eu parei de botar o leite pro tanque aí também não vai dar porque eu também vou ter que gastar e puxar pelo bolso, por causa da ração. Quando eu fazia o queijo era bom porque eu não comprava a ração. Mais hoje a abelha tem mais retorno do que mesmo a vaca e o porco (M.D.S.).

*Tem essa história aí da criação, é o leite, é o cabrito que a gente vende. [No caso, qual é o que você ganha mais dinheiro, a venda de milho e feijão, ou a venda do leite com o cabrito durante o ano?]* O leite e o cabrito (S.R.J.).

No caso dos agricultores não inseridos em APL há também uma tendência de se priorizar uma única atividade geradora de renda, apesar disso foi justamente nesse grupo que foi identificado maior diversidade de produção econômica que vão desde hortaliças até a produção de frutas.

*O ponto forte aqui tá sendo coentro, cebola, alface, o mamão. Tá começando a aparecer uns cocos, macaxeira, batata. Uma série de coisas que eu to produzindo aqui. Alimento do ser humano e dos animais também. Eu tenho capim, eu tenho quatro diversidades de capim também. [Mas de tudo isso o que é que o senhor vende mais?] Coentro, cebola, alface, pimenta, mamão e macaxeira. [No caso as hortaliças!?] A hortaliça é o ponto forte, aí depois vem essas outras coisas, as frutas como a manga que tá chegando, o mamão tem direto, a macaxeira e a batata. Desde que você cultive ela certinho ela tem direto também. Agora o ponto forte mesmo é a hortaliça (E.V.S.).*

Percebe-se pelo exposto que a definição das atividades a serem desenvolvidas na propriedade familiar parece seguir uma tradição da agricultura camponesa, pois tem como objetivo a produção de alimentos tendo como prioridade o abastecimento da família com a venda dos excedentes abastecendo o mercado local.

A introdução das atividades pelos APL's na maioria dos casos é confundido como as tradições camponesas e com as potencialidades da região. Isso foi evidenciado por um dos entrevistados quando afirmou a iniciativa de criar abelha partiu das tradições familiares. Apesar de não ser a apicultura uma atividade desenvolvida tradicionalmente, pois de acordo com Souza (2006) a mesma só foi introduzida na região nos últimos 20 anos principalmente a partir da metade da década de 90.

*[O que foi que levou você a escolher a apicultura como atividade geradora de renda?] Veja bem. Eu sou filho de um pecuarista, nasci como filho de um dono de curral. De pecuarista pra melhor dizer. Criando gado, ovelha, porco. Um certo dia, eu trabalhando na prefeitura, atendi um telefone da ex-prefeita me convidou para fazer um curso de apicultura lá no Cinturão Verde. Foi esse o primeiro curso que eu fiz em 1999. Aí fiz a teoria, através do Sebrae, graças a Deus, primeiramente, depois a Rubia Solange que é a coordenadora do curso. O instrutor foi Mário Calheiros e entre eles dois, depois da teoria, incentivaram a prefeita a botar na prática. Eu não tinha condições de começar sem incentivo, ele me deu condições e eu botei em prática e nós hoje, graças a Deus, somos o segundo maior produtor de mel do estado, São José da Tapera no caso (R.S.T.).*

Outros agricultores, foram estimulados pelo potencial gerador de renda que a atividade representa. No caso dos agricultores inseridos no APL de Ovinocaprinocultura, estes argumentam que a escolha da atividade representa a única alternativa para conclusão de compromissos financeiros junto as instituições financeiras.

*[O que levou você a criar cabra?] Foi acreditar na renda, a gente cuidando direitinho tem a renda sempre. [...] Também se fosse por causa de milho e feijão, a gente não tinha pagado um. Se fosse a custa do milho e feijão a gente não tinha pagado uma parcela não. O que a gente tem aqui é so 50% do milho e feijão. Já o cabrito com o leite, que nem diz você. O leite da cabra com a venda do cabrito a gente tem mais acesso a renda, não sei se é acreditar mais também. Só sei que agora tem uma coisa também. Depois que a gente cria cabra, se a gente plantava cinco tarefas de milho, aí tem que plantar dez, aí a renda cresce também (P.J.A.).*

*[No tempo que foi discutido isso, o senhor acha que teria outra atividade que poderia dar renda sem ser a cabra?] Rapaz aqui prá nós, eu acho que não. Pra gente criar, pra gente lutar e viver no dia a dia, qualquer coisa dá pra vim passando, mais que nem a cabra não (J.A.C.).*

É também no grupo de agricultores inseridos no APL de Ovinocaprinocultura que a escolha da atividade está ligada ao aproveitamento das oportunidades existentes ou a partir de um projeto maior, como a implantação de um projeto produtivo em um assentamento rural.

*[Por que foi que escolheu criar cabra?] Por causa da fábrica, desenvolveu muito e é uma boa pra gente que mora aqui (C.A.M.).*

Em alguns casos, como por exemplo, a decisão do que seria produzido partiu de um incentivo governamental, o que pode configurar uma imposição, a partir de uma leitura externa do contexto, sem uma avaliação de outras potencialidades apontadas junto aos agricultores.

*[Como foi decidido isso, vocês resolveram criar cabra a partir de que?] A gente resolveu a criar cabra desde a partir do primeiro momento do projeto da compra da terra, por quê? O Governo Federal, ele via de longe a nossa necessidade e ele sabia que cada um de nós aqui só pagava o projeto se fosse com o leite da cabra (S.R.J.).*

*[Essa decisão foi a partir de que? Foi a partir da indicação dos técnicos, ou os próprios agricultores sentiram essa necessidade?] Essa indicação, eu acho, que ela veio diretamente, não dizendo de certeza, mais acho que ela veio diretamente através do Sebrae. O Sebrae já há muito tempo trabalha com essa atividade de leite de cabra, já trabalha na Paraíba, no Ceará, na Bahia (S.R.J.).*

A justificativa de ser a ovinocaprinocultura uma atividade desenvolvida ha anos pelos sertanejos como afirma a Seplan-AL (2011), pode ser considerada verdadeira em partes. Apesar do sertanejo ter vivência histórica com caprinos e ovinos esta experiência diz respeito a exploração extensiva ou semiextensiva e para produção de carne e pele a partir de animais naturalizados. A produção de leite, quando existia, era utilizada para o consumo doméstico e não com finalidade econômica que por sua vez precisa seguir uma série de normas (fiscais,

sanitárias e mercadológicas) para adequação as exigências do mercado, e que de fato não faz, ou pelo menos não fazia parte do cotidiano desses agricultores. Além do mais, a maioria das raças utilizadas para produção de leite são exóticas de origem européia ao tempo em que estas regiões apresentam características climáticas diferentes das do Semiárido levando certo tempo para que estes animais se adaptem as características do novo ambiente.

Este fato é evidenciado, no caso do APL de Ovinocaprinocultura pela baixa adesão ao programa por parte dos agricultores, pois de acordo com a funcionária que fazia os controles durante toda a história da unidade de beneficiamento de leite, o número de agricultores entregando leite para o beneficiamento foi no máximo de onze agricultores, isso em um universo de 103 famílias de uma única comunidade, o Assentamento Selma Bandeira atendidos com o projeto de caprinocultura leiteira.

Para os agricultores que não estão inseridos em APL, sua racionalidade parece estar mais ligada as tradições camponesas. A preocupação em produzir alimento para o consumo não só da própria família, mas também com a população como um todo parece ser mais evidente. Esse dado reforça os argumentos de Caporal e Costabeber (2002) quando afirmam que a questão da segurança alimentar perpassa os limites da própria família, estendendo-se para toda uma região. Apesar dessas preocupações não estarem desarticuladas da necessidade de obtenção de renda, a alimentação do núcleo familiar e da população local é uma questão prioritária, independente de visualizar retorno econômico ou não.

*[Como é que o senhor decide, eu vou cultivar hortaliças, o que é que o senhor pensa quando toma essa decisão?] É a história, o alimento do ser humano ele é muito procurado. Porque o agricultor, nós estamos numa minoria e os consumidores tá a maioria, então o que mais consome aqui na nossa feira, que aqui em Tapera é feira livre todo dia, é coentro, cebola, alface, pimentão, macaxeira, é o mamão, a pimenta, também a pimenta tem comércio. Então eu não posso produzir tudo isso em número adequado pra entregar lá, mais o coentro e a cebola, e alface é os três produtos que eu invisto mais (E.V.S.).*

*[O senhor costuma separar o que é pra consumo da família e o que é pra vender, ou o senhor vai plantando aí tira o que consome e vende o excedente? Como é que o senhor faz?] Aqui é assim, o que eu to produzindo ali a gente usa de tudo, eu não separo nada, aí a sobra é o que eu vou comercializar. (E.V.S.).*

*[O mais importante é a ovelha?] Mais importante é as coisas da roça que a gente tira. As ovelhas também dá renda só que vai vender de seis em seis meses. [E da roça?] Da roça a gente vende quando tira, tira quase quatro, cinco sacos, deixa dois pra comer, vende os três quando precisa. Essas coisas (M.L.S.).*

As decisões do que será produzido nem sempre são assumidas de imediato, em alguns casos o agricultor a assume como uma experiência e a partir de certa análise a adota como

atividade geradora de renda. Essa incerteza pode estar relacionada com as vivências dos agricultores diante das incertezas e fracassos inerentes as políticas governamentais ao longo da história.

*[Mas o que foi que levou você a criar cabras?] No começo eu não acreditava não, aí o pessoal dizia: dá certo, dá certo, aí eu tinha pra mim que não dava, aí quando eu comecei a tirar o leite e vender, aí eu vi que dava certo (A.B.M.).*

A relação dos agricultores com os APL's é bastante variada, pois foi percebido que cada agricultor reage de forma diferenciada aos acontecimentos, isso pode estar relacionado com o universo e a complexidade que envolve cada família.

Outra possibilidade tem como base os argumentos de Wanderley (2003), quando afirma que o agricultor familiar não é um personagem passivo diante dos acontecimentos externo ao seu universo. Estes agricultores procuram adaptar-se aos desafios do desenvolvimento a partir de suas próprias experiências camponesas.

#### **4.4 Relação do APL com as potencialidades e as limitações dos agricultores e da região**

Um dos grandes desafios da relação do APL com a realidade dos agricultores do sertão de Alagoas diz respeito a falta de percepção das potencialidades locais, ocasionando a valorização de recursos externos.

Na atividade apícola, por exemplo, se produz além do mel uma série de produtos, como a geléia real, a apitoxina, o pólen e a cera. Este último produto, além de apresentar uma série de utilidades, uma das principais é a reutilização desta para a formação de novos quadros de melgueira. Nesse caso, como a exploração é induzida no sentido da produção do mel, a cera torna-se um produto que não tem prioridade na produção, apesar de ser considerado um insumo de primeira necessidade para a atividade.

Percebeu-se que um dos grandes problemas enfrentado pelos agricultores é justamente o acesso a esta cera, que na maioria das vezes é adquirido de outras organizações, por preços altos, quando esse produto poderia ser produzido pelos próprios agricultores.

*[Então nessa questão da apicultura, quais são os problemas que tu tens para produzir então?] Pra produzir, é o apoio em termos de cera. [Como a cera?] Cada apicultor tem uma quantidade de cera para ser pega nessa associação, depende da*

*quantidade de caixas. É até dez quilos, dependendo da, da quantidade. É assim, quem não queira ela é muito difícil essa cera, nem todos podem adquirir, pode comprar. Tem aqueles que podem aí vai imediatamente, diretamente a associação de fora, compra já a parte, mais não fornece totalmente "X". Faltou, você pode ir lá buscar. Se tem uma quantidade "X", acabou, se você tiver dinheiro a parte, compra por fora. Então é o apoio mais financeiro, pra esse lado (G.S.I.).*

Um exemplo emblemático que configura ser uma priorização de tecnologias externa ao invés de uma potencialidade local foi apresentado pelo grupo inserido no APL de Ovinocaprinocultura quando descrevem suas limitações no que se referem a alimentação dos animais.

*[No caso, pra vocês produzirem esse leite de cabra, quais são as principais dificuldades que vocês têm?] No tempo seco aqui, a nossa maior dificuldade pra produzir é porque a gente tem que dar a ração balanceada, se não der nada feito por quê? Porque nós não temos, como se diz, uma ração verde aí a nossa dificuldade toda aqui tá em cima de irrigação. Porque se a gente tivesse uma irrigação hoje eu acho, que todo mundo com um pedacinho de capim pra forragem, você dá um capinzinho verde, você mói um silo verde, você mói um silo agora no inverno, quando é no verão você vai e abre. Ai tem que ter uma ração balanceada, que é, ao meu ver, vem fazer a cabra dar o leite, pelo menos pela metade que ela dá (S.R.J.).*

As informações apresentadas acima pelo entrevistado parecem refletir a dependência desses agricultores por tecnologias e insumos externos, pois boa parte desses problemas poderia ser resolvido localmente, como por exemplo, a utilização de plantas nativas na alimentação dos animais as quais já foram comprovadas a sua eficiência para a alimentação animal.

No manejo com as abelhas há a necessidade de um trabalho coletivo, pois algumas práticas de manejo com a abelha são impossíveis de serem realizadas individualmente. Isso se torna uma limitação produtiva pelo fato de poucos membros da família apresentar interesse e habilidades para o trabalho com a abelha. O fato parece ser agravado quando ocorre a migração de membros da família, principalmente os jovens para outras localidades.

*[Por ano o senhor chega a produzir quantos litros de mel?] Rapaz, esse ano era pra eu ter chegado a 400. Mas eu sozinho, o menino saiu, viajou, aí eu não pude. Quando eu vim tirar já foi agora no começo de novembro aí só arrumei uns 200 (E.A.M.).*

Para um Agricultor a falta de mão de obra rural é uma consequência dos programas sociais do governo. É necessário que seja esclarecido que esse entrevistado não é propriamente um agricultor familiar e apesar de desenvolver atividades agropecuárias com

finalidade econômica e representar os apicultores perante o APL, é do funcionalismo público municipal que ele retira maior parte de sua renda.

*[Como apicultor, tu tens alguma dificuldade para produzir?] Mão de obra. Eu vejo hoje, e até já comentei com algumas pessoas. Nós vamos ter fome, futuramente nós teremos fome. Hoje procuramos mão de obra e não encontramos, a maior dificuldade é essa. Esse negócio de bolsa família, bolsa renda e bolsa escola, não sei o que mais lá. Muita dificuldade (R.S.T.).*

A escassez da mão de obra utilizada como argumento pode estar relacionado a uma maior autonomia e independência financeira dos agricultores em relação aos proprietários, donos de fazendas e empreendedores rurais. Pois, estes agricultores, sentem-se com maior capacidade de barganhar o valor da mão de obra, pois não pretendem mais desenvolver atividades cansativas por baixas remunerações, e essa autonomia e independência foi conquistada justamente pelos benéficos sociais.

Ainda no que diz respeito a mão-de-obra, alguns agricultores propõem caminhos que talvez ainda não tenha sido percebido pelos APL's, o trabalho coletivo. Esse potencial é referendado por Lasters e Cassiolato (2003) quando afirmam que os APL's podem promover a interação entre empreendimentos e a formação de recursos humanos.

*[O senhor tem mais ou menos quantas colméias?] Hoje eu só tenho 30 colméias mais eram 74 colméias que eu tinha, agora só tô com trinta. [Porque diminuiu?] Questão de gente pra trabalhar, por que eu somente não posso agir. Eu dou conta de um curral de vaca, é uma propriedade mito grande, eu tenho que fazer o manejo todinho e tem que ter no mínimo três pessoas e se não for três pessoas não funciona. Agora se a gente tivesse um grupo daqui, como eles tão aqui querendo fazer isso, aí seria melhor pra gente (M.D.S.).*

Pois considerando que esses agricultores estão inseridos em uma Associação de agricultores, que em tese configura-se em um empreendimento solidário, a integração desses em torno da produção deveria ser uma estratégia para superação dessa limitação. A respeito disso, De Jesus (2005) argumenta que em Empreendimentos Solidários o mais importante meio de produção é a força do trabalho e que na organização do trabalho a produção acontece de forma democrática e participativa visando principalmente a reprodução do bem estar e da dignidade.

Um dos agricultores inserido no APL de Apicultura traduz as dificuldades enfrentadas para se produzir não somente o mel como também outros itens produzidos pela família.

*[O que poderia ser melhor nessa criação de abelha, na opinião do senhor?] É porque quando você chega em setembro realiza, você não mexe com ela e quando chega agora em março aí vai chover e vai colher, como é que ta. Daqui pra abril ela dá uma produção. Choveu deu produção. Começa a florar as madeiras, aí ela produz. É quando esse tempo a gente tá lutando com uma vaquinha. No inverno o leite já sabe, é de graça. No verão é comprado e não tem pra onde correr não. Por enquanto to comprando até os pés de palma pra dar as vacas que eu não tenho palma nova, acabou-se e pra situar deu trabalho, aí a palma é nova, aí to situando, é ir comprando. Só porque quando chega no verão o cabra ta cuidando das vacas. Aí a briga ta lá. Agora quando chega em março a gente vai cuidar das abelhas. Trocar cera, ou vem olhar como é que ta. Aí vai cuidar da produção de mel até setembro. Quando dá uma vaquinha em maio, ara uma terrinha e vai plantar um feijãozinho. Mais feijão na nossa terra vem com um bocado de ano que não vem dando não. As chuvas vem sendo muita. A terra que era boa breja, até o mel ta dando pouco por causa da chuva que é muita. Agora teve um ano muito bom aí, mas as caixas eram pouquinhos, deu uma produção até boa de mel, mais disso pra cá não deu mais não (B.S.L.).*

Outra limitação diz respeito a necessidade de meios de transporte para deslocamento de sua produção. Isso torna-se ponto importante por considerar as distâncias entre local de produção e o local de processamento do mel. Essa atividade na maioria das vezes é implantada em localidades de difícil acesso se distanciando da Casa do Mel, onde o mel é processado que geralmente fica em outros municípios o que contribui para os altos custos com transporte, principalmente quando este é um serviço terceirizado.

*[Quais as maiores dificuldades que o senhor encontra para produzir mel?] Só a maior dificuldade para mim aqui no negocio das abelhas só é o transporte, porque eu carregar daqui pra lá porque pra eu vir buscar, repare a distancia, pois eu pago sessenta daqui prá li (E.A.M.).*

Os problemas que, segundo os agricultores, foram responsáveis pela baixa na produção nas atividades apoiadas pelos APL's e pela desistência de boa parte dos agricultores foram as incertezas impostas pelo processo de implantação da atividade, o que gerou descontentamento e abandono. E pelas informações apresentadas, esses acontecimentos podem ser frequentes, caso haja incertezas quanto o retorno econômico.

*[Com todas essas dificuldades vocês estão conseguindo produzir?] Estamos, a gente em cima do nosso esforço, do nosso trabalho e com a vontade que a gente tem, de produzir, ta se conseguindo de vagarinho. Não é aquela vantagem que a gente tem. Que a nossa fabrica hoje, ela, como que se diz, ela processa 800 litros de leite dia, mais nós não temos, por quê? Vieram as coisas, como se diz, tudo ao contrário. Em 2002 veio o projeto da gente, veio as cabras, recebeu as cabras. E cadê a fábrica? A gente vai botar leite aonde? Ficamos, rola, promete, cabra dá trabalho, como ela dá trabalho e não tinha condição da gente ficar sem ela ta dando renda. Aí nós não tem uma fonte de renda de nada. Aí todo sábado leva uma na corda pra feira, aí traz outra feira de lá pra cá. Aí leva pra feira pra trazer outra feira pra casa até que acabamos. Aí veio a fábrica e cadê as cabras? Quando tem o leite, não tem a fábrica, quando tem a fábrica não tem o leite. Aí ficou sempre nisso. Aí muitas horas o pessoal diz: ah! você tinha que ter segurado. Mas tinha que ter segurado como? Aqui a gente não tem uma renda de nada, tu vai comer o quê? O que tu tem*

*na tua roça? Tu não vai pegar uma pareia de boi que vale três mil reais, vai vender uma cabra pra tirar cem contos pra fazer uma feira? Vai vender uma cabra que é mais fácil, pra apurar cem contos. Mas foi isso que aconteceu (S.R.J.).*

Percebe-se que no contexto dos agricultores familiares do município de São José da Tapera as limitações produtivas poderiam ser resolvidas a partir de maior aproveitamento das oportunidades locais. O principal potencial diz respeito ao associativismo que ainda não foi despertado ou pelo menos estimulado, além do comportamento de solidariedade que ainda é presente na vida dos agricultores sertanejos. Caso esse potencial fosse visualizado, uma organização associativa solidária poderia resolver não somente os problemas de falta de mão de obra, como também outros problemas como transporte, compras coletivas de insumos e criação de espaços mais adequados de beneficiamento e comercialização. No entanto estes aspectos parecem ainda estar distante dos métodos de atuação dos APL's, centrando e investindo em ações mais emergenciais como *marketing* e comercialização, sem ao menos fortalecer a organização das bases produtivas.

## **CAPÍTULO 05**

### **Arranjos Produtivos Locais, e Extensão Rural e inserção dos agricultores no mercado**

A justificativa do Governo do Estado de Alagoas em implantar o Programa de Arranjos Produtivos Locais tinha como base amenizar os impactos da estagnação econômica do estado que pautava-se apenas pela produção de açúcar e álcool. Nesse sentido os APL's têm como principal objetivo promover a competitividade e a sustentabilidade dos micro e pequenos negócios, estimulando processos locais de desenvolvimento, permitindo a conexão do arranjo com os mercados, a sustentabilidade por meio de um padrão de organização que se mantenha ao longo do tempo, a promoção de um ambiente de inclusão de micro e pequenos negócios em um mercado com distribuição de riquezas, e a elevação do capital social por meio da promoção e a cooperação entre os atores do território (ALAGOAS, 2004, p.5).

O capítulo aqui apresentado faz algumas reflexões sobre alguns elementos presentes nesse objetivo, principalmente no que diz respeito a coerência dessa estratégia com o contexto da região; as contribuições da assistência técnica e o acesso dos agricultores aos canais de comercialização.

Trata-se de uma continuidade do capítulo anterior apresentando informações inerentes as contribuições dos APL's para a inserção dos agricultores no mercado. Um outro aspecto discutido nesse capítulo diz respeito as limitações e desafios da Ater dentro no contexto dessa estratégia governamental.

#### **5.1 A relação dos Arranjos Produtivos Locais com as ações de Extensão Rural**

Quanto a prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural no contexto dos APL em territórios onde a principal atividade econômica é ligada a agropecuária, este deveria ser de responsabilidade do Governo ou de suas agências de desenvolvimento. No entanto, a falta de estrutura e o baixo quantitativo de profissionais disponíveis nas organizações governamentais comprometem o desenvolvimento produtivo e consequentemente o fortalecimento das ações do APL.

As ações de Assistência Técnica têm sido um desafio para a realidade da agricultura familiar nas últimas décadas. Os impactos dessa ausência deixaram os agricultores excluídos dos processos de promoção da produção e das oportunidades de geração de renda. Mas essa ausência não limitou a força e a vontade dos agricultores de produzir, garantindo ainda que de forma alternativa o sustento de suas famílias e abastecendo os pequenos, médios e grandes centros com alimentos saudáveis e baratos.

Dentro dos sistemas de APL, a assistência técnica não tem sido uma prioridade, apesar de estar sempre pautada nos espaços de discussão. As tentativas têm se limitado a realização de parcerias com órgãos públicos e privados para tentar suprir essa carência. A figura dos Agentes de Desenvolvimento Rural proposto pelos APL's parece ter sido a alternativa mais viável para a configuração atual dos Arranjos. No entanto, as constantes mudanças e a sua atuação é direcionada a uma única atividade o que pode colocar em risco a sustentabilidade produtiva da família.

Existe uma iniciativa da Secretaria Estadual de Agricultura e do Desenvolvimento Agrário (Seagri) em parceria com a Fundação de Amparo a Pesquisa em Alagoas (Fapeal) que garante a contratação de bolsistas, geralmente técnicos de nível médio e superior para prestação de serviços de assistência técnica para alguns territórios. O contrato desses técnicos tem duração de um ano podendo ser renovado por no máximo por dois anos. Nessas renovações de contrato nem sempre o técnico vai para o mesmo APL, alguns APL's ficam por meses sem a presença de um técnico. Essa ocorrência fragmenta as ações de assistência técnica para os agricultores que necessitam de ações mais contínuas.

Quanto o assunto é assistência técnica dentro do contexto dos APL's, busca-se um tipo de serviço que proporcione ao agricultor a adoção de novas tecnologias produtivas em substituição “a rusticidade das técnicas remanescentes” (SOUZA, 2006, p. 135). Essa perspectiva parece ter seus fundamentos na história da implantação da Extensão Rural que de acordo com Fonseca (1985), tinha como objetivo modernizar a agricultura com foco a passagem da agricultura tradicional para uma “estrutura mercantil capitalista”.

Percebe-se que a noção de Ater como política pública para a agricultura familiar, difundida pelos gestores e idealizadores dos APL's seguem a lógica antiga, com base no modelo fracassado do difusionismo e dos pacotes tecnológicos.

Apesar de existirem evidências da atuação de agentes de assistência técnica via Arranjos Produtivos Locais. No caso da apicultura, todos os agricultores entrevistados afirmaram não ter nenhuma assistência técnica disponível.

*[Como ocorre a assistência técnica?] Rapaz, assistência pra mim mesmo aqui nunca aconteceu não. [...] não porque diz tem a assistência pra lhe acompanhar, não sei o que, mais se tiver nunca me procurou não. De fora mesmo pra dizer que apareceu aqui, to vendo você agora, mais outro não (E.A.M.).*

Outros agricultores inseridos com a apicultura apesar de afirmar a inexistência de técnicos no processo de acompanhamento e orientação da produção, apontam como agentes os instrutores de curso e palestrantes que em algum momento passaram pelo município.

*[E como acontece a assistência técnica. Como é que você acessa a assistência técnica para trabalhar a apicultura?] Vinha os técnicos no caso, só os palestrantes mesmo, passavam novas noções aos apicultores, mas não tinha esse acompanhamento de cada pessoa em cada comunidade. [Por exemplo, o técnico ir lá, olhar seu apiário, vê o que é que ta bom, o que é que não tá.] Não. Essa parte aí... [Vocês nunca tiveram isso?] Não. Teve técnico em termos de cursos. [Cursos, palestras?!] Em palestras. Sempre tem, mas presencial mesmo, essa não tem (G.S.I.).*

Apesar de ser afirmada a inexistência, a importância e a necessidade da assistência técnica é reforçada pelos agricultores.

*[O senhor acha que é importante assistência técnica?] É porque, enquanto mais supor, chega um mais sabido do que eu e aí nos chega ali naquela caixa, aí abro, se tiver os quadros meio lá meio cá, escuro, aí olha e diz “essa caixa não ta assim, não ta bom, ta tendo dificuldade, tem que trocar esse quadro aqui, ta atravessado, tem que ajeitar”, quer dizer que, eu tenho que ir pegando aquela experiência prá ir continuando certinho (E.A.M.).*

Também são apresentados outros instrumentos de informação o que se mostra como alternativa a inexistência de uma assistência técnica. Essa abordagem busca nos instrumentos modernos de comunicação, nas observações empíricas e na troca de experiência entre agricultores um caminho constante para o desenvolvimento produtivo.

*Muitos até aprende mais pela internet buscando em sites. Outros mais por curso. Eu me informo mais por curiosidade. É o irmão da D. Socorro que tem mais acesso a informação, internet, ele não fez tanto curso, ele sabe muito mais do que muitos palestrantes, porque, por oportunidade a mais. Ele tem 120 caixas, a irmã tem o curso e ele tem a experiência. Ela tem o curso técnico que é o teórico e ele tem mais a prática entendeu? Se juntado os dois, um pouco de prática e um pouco de técnica pegam aí você aprende um pouco, algo a mai. (G.S.I.).*

Alguns agricultores põem a responsabilidade pela inexistência ou ineficácia da assistência técnica nos órgãos públicos local. O que pode caracterizar uma insatisfação em relação a gestão municipal pelo descaso ao atendimento aos agricultores.

*[Como ocorre a assistência técnica?]. Péssima. Péssima porque, nós temos um secretário de agricultura, só o nome, técnicos que se tem é interno, não vai pra o*

*campo, se tem. E outra que eu conheço como presidente da associação de apicultores, não tem nenhum técnico capacitado na área de apicultura pra visitar o apicultor. Inclusive, até o prefeito liberou no início do ano trinta mil reais. Eu achava aquilo tão bonito! Ai a gente construir é bom, agora manter é difícil. Foi o que aconteceu na apicultura que nós já tínhamos numa boa 700 a 800 colméias, ele ajeitou mais esses trinta mil reais. Até o secretário de agricultura disse “vai ter técnico para acompanhar” Mas não tivemos. Hoje a dificuldade é o que, a assistência técnica e mão de obra (R.S.T.).*

A incompreensão das reais necessidades dos agricultores às vezes são interpretadas pelos técnicos como forma de resistência as mudanças, o que às vezes é interpretado erroneamente como ignorância e teimosia. A maioria dos agricultores entrevistados afirmaram ter limitações financeiras para adotar as técnicas exigidas pelo APL, que na maioria das vezes estão ligadas a aquisição de insumos externos.

*[O que o senhor acha se houvesse assistência técnica?] Eu acompanhava e se eu pudesse seguir o resumo (referindo-se as orientações técnicas), o resumo eu ia, se eu não pudesse eu parava. Parar eu não paro. [Então o senhor acha que isso seria bom?] Continuar melhor ainda. Porque, se chegar diz: “aquela caixa ta no chão, não tem futuro aquela, você tem que dar um jeitinho”. Ta certo se eu puder eu dou e se eu não puder eu digo oi professor vamos parar, vamos deixar aí (E.A.M.).*

Também, as tradições camponesas evidenciam a complexidade que reside na forma de atuação dos agricultores. Essas tradições, na maioria das vezes, não comungam com as regras e normas definidas pelos APL's e transmitidas pela assistência técnica. Na maioria das vezes ocorrem de forma imposta e autoritária, gerando alguns conflitos nas estratégias utilizadas pelas famílias no processo de gestão das atividades.

*[Você acha que se existisse assistência técnica ajudaria em alguma coisa?] De certa forma ajudaria, porque você ia crescer mais em termos de técnico, manejo, até às vezes você sabe de um jeito mais às vezes faz de outro. Tendo a assistência você vai o quê, melhorar sua produção, sua forma de como criar, como certa, como adequada, enquadrada da forma que eles queiram. Volta a produzir. Cada um tem um jeito de criar, forma de produzir, forma de conduzir seu apiário (G.S.I.).*

A relação dos agricultores inseridos no APL de Ovinocaprinocultura com a assistência técnica parece ser uma relação de subordinação, onde o agricultor tem por obrigação de seguir as orientações impostas pelo técnico sem espaço para o diálogo, para os argumentos dos agricultores quanto as suas limitações que impossibilitam, na maioria das vezes, a adoção de determinadas orientações técnicas.

*[E a assistência técnica, como é que o senhor vê a presença do técnico dentro desse processo?] A presença dele a gente vê muito boa, que ele chega, ele é quase que nem um professor pra gente, é quase que nem o pai. Explica o que é que a gente tem que fazer, ensina como tem que se fazer. Se algum fizer errado é porque quer fazer*

*errado, mais que a assistência técnica que a gente teve aqui do começo até certo tempo, era o ADR do Sebrae que era um convênio que tinha do Sebrae com a prefeitura. Era muito boa porque era o seguinte: ele nunca deu moleza em cima de ninguém. E nem também foi duro demais em cima de ninguém. Chegava como amigo. Agora tem que fazer certo. Se o cabra fizesse errado e quando ele saía o cabra ia fazer porque queria (S.R.J.).*

Essa perspectiva de considerar apenas o técnico como detentor do conhecimento e das técnicas parece não ser mais considerada na atualidade. Pelo que parece as regras e as técnicas de manejo estão sob a posse dos técnicos que tem a responsabilidade de transmiti-las e os agricultores de recebê-las. A respeito disso, Paulo Freire (1992), argumenta que na relação extensionista-agricultor deve existir um diálogo problematizador proporcionando um mesmo significado para ambos.

Considerando o APL como uma estratégia que vislumbra a gestão democrática e participativa dos processos e das ações como afirma Lima (2010), os agentes de assistência técnica deveriam desempenhar um papel educativo atuando como animadores e facilitadores do processo (BRASIL, 2004, p.6).

Além disso, as ações de assistência técnica, de acordo com os agricultores, é direcionada para uma única atividade, a atividade promovida pelo APL. Essa ocorrência pode ser prejudicial aos agricultores, pois interfere principalmente as dimensões ecológicas e culturais. A dimensão ecológica, por priorizar o monocultivo e a dimensão cultural, por desconsiderar a diversidade produtiva como tradição de agregar e integrar as atividades existentes. Esse problema foi apontado principalmente pelos agricultores inseridos no APL de Caprinovinocultura.

*“[As orientações que ele dava era só em torno da criação de cabras, ou ele dava em relação a outras atividades como o milho, feijão. Como era a orientação dele?] Era somente na atividade de produzir e na atividade de rações, silagem... [Só pra cabra no caso?] Só pra animal caprinos e ovinos. Porque o programa não é bovino, é só caprinos e ovinos. O nosso programa todo. Aí quer dizer que o técnico só vai trabalhar em cima disso, nós cria boi e vaca mais aí já não parte pra assistência dele. A assistência dele é em cima de caprinos e ovinos (S.R.J.).*

De acordo com as informações apresentadas pelos agricultores entrevistados, a atuação da assistência técnica trouxe uma série de benefícios para a atividade de criação de cabra leiteira, desde melhorias na oferta de alimentos até a redução de mortalidade dos animais.

*[Qual a importância dessa assistência técnica pra você? Ajudou em alguma coisa?] Ajudou, porque no início que não tinha, eu perdi muitos cabrito. A cabra paria os*

*cabritos, os cabritos morriam, as vezes morria cabra aí eu não sabia o que era que eu fazia. Depois do tempo, aí ele vai e orientou a gente, oi dê isso assim e assim. Dê tantos dias desse aqui, aí pronto. Daí pra cá graças a Deus melhorou tudo (S.R.J.).*

Esses agricultores fazem uma análise interessante no que diz respeito a uma assistência técnica considerada por eles como assistência técnica ideal. Percebe-se na fala de um dos agricultores, que a atuação do técnico na atualidade, apesar da sua importância, não é suficiente para atender as necessidades dos agricultores e indica a participação dos jovens da própria comunidade como agentes de assistência técnica.

*[Tem alguma coisa que você acha que se melhorasse na assistência técnica, poderia melhorar também na sua produção?] A assistência técnica que ta faltando é um técnico mesmo aqui da comunidade, o próprio assentamento ter um técnico. Isso aí já tem um plano do governo de muitos anos de formalização de técnico nos projetos do assentamento, pois na hora que precisar de técnico tem o técnico. Mas uma vez por semana, aí ele mora em Maceió, em Delmiro, quando um animal adoecer aqui, a gente não tem não. [E porque não bota esses meninos daqui pra fazer o curso técnico?] Porque os que tem aqui, que poderia ser capaz a isso, foi quando não teve a renda aí teve que deslocar daqui pra trabalhar fora, esse é o nosso problema (P.J.A.).*

Apesar de serem beneficiários dessa ação, alguns agricultores desconhecem a procedência, a origem dessa assistência técnica.

*[E a assistência técnica, como acontece?] Agora nós temos a assistência técnica. Antes a gente passou uns dias sem ter. Mas agora a gente tem assistência técnica. Não sei se é o estado, ou se é o município que tá mandando um técnico pra cá. É um veterinário de 15 em 15 dias, tá vindo o técnico e o veterinário (J.A.C.).*

Para alguns agricultores, isso foi identificado nos três grupos, a figura do técnico aparece como a de um fiscal, que chega até ao agricultor para reparar alguma irregularidade. Isso pode ser justificado pela atuação de técnicos projetista que elaboram as propostas de crédito junto às agências de crédito e são responsáveis pela emissão de laudos, então quando esse técnico vai até a propriedade após a liberação do crédito, vai realmente com a missão de identificar se o investimento solicitado realmente foi investido. Outra hipótese diz respeito as visitas realizadas pelos técnicos da Agência de Defesa Agropecuária de Alagoas (Adeal) com a finalidade de acompanhar as vacinações contra a febre aftosa nos períodos de campanha.

*[Você acha a vinda dele positiva ou negativa?] Positiva. [Por quê?] Porque vai, ele é mais um fiscal. Que sempre é pra o cara fazer normal e tem uns que não fazem. Aqui eu faço, e as vezes tem uns colegas meu que não quer fazer, não quer seguir o rumo certo (A.B.M.).*

Para os agricultores não inseridos em APL os serviços de assistência técnica são ainda mais precários, ou até mesmo inexistentes na maioria dos casos.

*[Vocês tem algum tipo de assistência técnica?] Não tem não. O técnico é a gente mesmo aqui, dá injeção. Não tem um técnico aqui pra ta visitando (G.A.C.).*

Alguns agricultores parecem não entender o significado do termo assistência técnica, chegando a interpretar estes serviços, na maioria das vezes, com órgão de promoção de crédito.

*[Nunca chegou nenhum técnico aqui, do estado, da prefeitura pra orientar o senhor em alguma coisa?] Não. Eu já trabalho, eu já trabalhei com a Emater, mais com essas outras coisas não. A Emater é um órgão de agricultura não é? Com projeto do banco eu já trabalhei, aí deixei, apesar graças a Deus, fiquei devendo sete mil reais no banco (E.B.S.).*

Uma exceção a regra: durante a pesquisa e por coincidência, houve a oportunidade de conversar com um agricultor que desenvolve a agricultura agroecológica, e que é acompanhado por uma organização não governamental local, que é parceira da Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA) e que juntas incentivam o desenvolvimento de tecnologias de convivência com o Semiárido.

*[E a assistência técnica do senhor, como é?] A minha assistência técnica é assim, eu tenho ela um pouquinho, eu vou logo direto ao outro lado. O Cactus, o PI+2, a Visão Mundial, esses daí. Por esse lado a minha assistência técnica é forte, porque eles tem uma prioridade de construir, fazer e te entregar<sup>5</sup> e depois eles vão fazer pra outros (E.V.S.).*

As informações apresentadas por esse agricultor a respeito dessa assistência técnica parecem ser mais coerentes com a realidade da agricultura familiar e da região. Surgem indícios da existência do diálogo e a sensibilidade para conservação e utilização racional dos recursos naturais, aproximando-se mais dos critérios da agricultura sustentável. Este agricultor chega a fazer uma comparação entre a assistência técnica convencional vinda através de instituições públicas e a assistência feita pelas organizações não governamentais.

*[O senhor disse que tem uma diferença entre o pessoal do Cactus e o pessoal do estado. Qual é essa diferença?] É porque esses meninos do Cactus eles faz reunião,*

---

<sup>5</sup> Referindo-se ao processo de construção de barragens subterrâneas, uma das diversas atividades desenvolvidas pelo Centro de Apoio Comunitário de Tapera em União a Senador Rui Palmeira (Catus) em parceria com a Articulação do Semiárido brasileiro (ASA).

*eles tem um trabalho focado nesse lado. Construir barragem, cisterna, tanque de pedra e depois eles vão ensinar a trabalhar, a comprar a semente, dá a semente de tudo, eles vão ensinar como é que vai fazer. Inclusive eu tava levando uma pisa muito grande aqui. Aí o Neto que eu tenho ele como irmão, um amigo, primeiramente Deus, secundamente ele, é muita coisa na minha vida. Então ele disse: “oi seu Dedé vamos fazer o seguinte, muda essa horta, tem que transferir ela pra outro setor pra depois o senhor voltar pra cá. Então eu fiz, tomei o conselho Do homem. Aí tudo graças a Deus deu certo. E esses outros eles são estudado, eles tem a leitura, mas eles não tem o trabalho preparado, porque é aquela história, a leitura. Primeiramente Deus, segundo a leitura. Mas também mão de obra é muita coisa pra quem não ta preparado com ela, ele vai sofrer também, o próprio técnico pode pegar uma experiência comigo ou com outros agricultores que ele não vai saber. E esses meninos do Cactus eles estão preparados, já acompanharam muito, já aprenderam muito e eles são umas pessoas assim. Gente chega assim dentro de uma horta dessas aqui, olhar as coisas e poder no mesmo momento, para isso aí e faz assim (E.V.S.).*

Percebe-se que a relação da assistência técnica dentro dos APL's também é confusa. Dentre as categorias estudadas, os agricultores inseridos no APL de Ovinocaprinocultura são os únicos que mostraram informações mais consistentes a respeito da assistência técnica. No entanto essa assistência traz alguns aspectos que podem gerar a insustentabilidade da agricultura familiar por direcionarem a atuação para uma única atividade produtiva dentro de um contexto de diversificação. Por outro lado, as ações parecem estar pautadas na modernização da atividade com intuito de aumentar a produção e a produtividade.

Para os agricultores inseridos no APL de Apicultura, a assistência técnica é quase que inexistente estes buscam outros instrumentos como, troca de informações e participação de cursos e palestras, e em casos específicos utilizam-se de instrumentos como a internet para buscarem informações a respeito da atividade.

No que diz respeito aos agricultores não inseridos em APL's a assistência técnica se configura na fiscalização dos financiamentos pelos técnicos e agentes que elaboram as propostas de crédito e pelos agentes de defesa agropecuária nas campanhas de vacinação contra a febre aftosa. Uma exceção, diz respeito a um agricultor que recebe orientações de uma organização não governamental que tem dentro de sua atuação a sensibilização para agroecologia e a convivência com o Semiárido.

## **5.2 Acesso aos mecanismos de Comercialização**

A comercialização tem sido ao longo da história um dos grandes problemas da agricultura de base familiar. A produção de alimentos, priorizando as necessidades da própria

família e a venda dos excedentes e uma não especialização para produção de mercado têm submetido esses agricultores a canais alternativos de comercialização.

Percebe-se que a comercialização dos produtos que tem um acompanhamento maior pelo APL tem garantido espaço no mercado, principalmente motivadas pelas iniciativas políticas governamentais, como é o caso do Pnae (Programa Nacional de Alimentação Escolar) que determina que no mínimo 30% (trinta por cento) dos recursos do Fundo Nacional da Educação (FNDE) devem ser investidos em produtos da agricultura familiar para ser ofertados na merenda escolar dos municípios. Este espaço de comercialização é garantido no Artigo 14º da Lei Federal de Nº 11.947 de 16 de junho de 2009 (BRASIL, 1999, p.2).

Agricultores ligados ao APL de apicultura, apesar de alguns apresentarem como opção a venda do mel para a merenda escolar, boa parte apresenta que esse mecanismo é restrito e limitado. No entanto, de acordo com as informações apresentadas pelo presidente da Associação dos Apicultores, para comercialização do mel não existe nenhum problema, apontando a merenda escolar e a intermediação da cooperativa como principais instrumentos para comercialização.

*[Pra comercializar o mel o senhor tem alguma dificuldade?] Não. Não tem porque hoje nós temos a merenda escolar, bem vendável, cooperativa que recolhe todo o nosso mel e comercializa direto ao consumidor. Nós vendemos tudo isso (R.S.T.).*

Percebe-se que há uma incoerência de informações. Enquanto as lideranças afirmam não haver dificuldades para a comercialização, alguns agricultores argumentam a dependência desse único espaço (a merenda escolar), que pelas informações levantadas não garantem a compra de todo mel produzido. Há uma limitação na quantidade a ser comprada pela prefeitura, isso obriga que a associação dos apicultores faça uma seleção entre os associados para que haja uma regularidade na venda de produtos para a merenda escolar e nem sempre absorve toda a produção.

*[A apicultura você tem renda da apicultura?] a apicultura dá mais em termos, ela é mais, em conjunto. Não é você tirar aquele mês e vai e vende “X”, Não! Todo apicultor tem a época de colocar esse mel. Tiramos mel duas vezes, depende da colheita, da safra, da flora. Pode tirar até três vezes, dependendo da flora. E se jogar três vezes esse mel nessa associação, você vai pra uma seleção mensal e sai em torno de vinte e oito a vinte e sete apicultores. Aí tem uma seleção por mês para essa quantidade de mel, coloca 110 quilos cada apicultor, e quatro pessoas, sai o que, no caso duas vezes. Então é assim (G.S.I.).*

*[O senhor é contemplado no programa da merenda escolar?] A gente pegou uma vaguinha pra vender, uma vez só. [Isso pro senhor é pouco?] É muita gente, aí não*

*pegou mais da gente. [Então quer dizer que o senhor se vira de outro jeito?] É (B.S.L.).*

Essa dificuldade de não poder vender todo o mel para a merenda escolar, coloca em cheque a autonomia dos agricultores, pois as necessidades as vezes os obriga a vender esse produto para intermediários, com preço inferior ao preço pago pela prefeitura. Muitos apicultores resistem a venda direta aos atravessadores e armazenam o mel até a chegada de uma nova oportunidade para comercializá-lo para a merenda escolar.

*[Esse mel é vendido pra quem?] Escola, só escola, tá vinculado a escola. Até porque vem uma ajuda, a parceria da prefeitura com a associação pra vender esse mel pra merenda escolar. Já veio aqui um senhor pra comprar nosso mel por fora, mais poucos tinham, poucos queriam vender, e o preço era bem mínimo o quilo e que ele pagava. Tava pagando quatro reais, aí aqui tá comprando a oito reais. [Então nesse preço aí, o pessoal prefere guardar esse mel. Se é de vender a quatro reais eu vou esperar a minha vez pra colocar de novo]. É, porque o preço é melhor. É melhor e o preço é mais acessível. Já muitos vendem. Na equipe que eu estou, ninguém vendeu nenhum quilo a mais pra essa pessoa de quatro reais e cinquenta centavos, porque o pessoal prefere vender de oito reais e cinquenta centavos. Até mesmo no caso mesmo de dez reais o litro. Porque sai mais lucrativo em termos de renda (G.S.I.).*

Cabe ressaltar que no município de São José da Tapera não existe uma cooperativa dos apicultores, nem uma estrutura coletiva para processamento de mel com Selo de Inspeção Federal, Estadual ou Municipal, no entanto, para que esse mel seja comercializado para a merenda escolar, precisa ser processado em uma unidade que atenda os requisitos mínimos. Para isso foi feita uma parceria entre a Associação dos Apicultores com uma Cooperativa da região para o beneficiamento do mel. Nesse sentido o processamento do mel é mediado pela cooperativa que cobra um valor simbólico por quilo de mel beneficiado, em referência as despesas do processamento.

Por outro lado, alguns apicultores denunciam as limitações e a dependência da associação em relação a comercialização do mel dos agricultores, pois não conseguem articular outras estratégias de comercialização que vá além do fornecimento do mel da merenda escolar.

*[O que poderia ser melhor no caso da comercialização?] Assim, uma cooperativa mais separada da prefeitura. Uma associação porque nós somos vinculados a prefeitura, só podemos vender nossa produção a prefeitura que paga um preço mais justo. Uma associação mais por... como é que fala? [Independente?] Independente, é particular, você poderia vender o seu mel a qualquer pessoa (G.S.I.).*

Para os agricultores inseridos com o APL de Ovinocaprinocultura, parece não haver nenhum problema para comercialização. Pelo contrário, não há uma concorrência na região para a comercialização do leite, nesse caso toda a produção é entregue para merenda escolar, existe inclusive uma procura por este produto por outras prefeituras da região. A dificuldade nesse caso é manter a comercialização para a produção atual e aumentar a oferta do produto, fator que está diretamente relacionado as dificuldades produtivas apresentadas anteriormente.

*[Pra comercializar, vocês tem algum problema?] Rapaz não tem porque é o seguinte, hoje a gente tem um, como é que se diz, estamos faltando matéria prima pra fornecer a clientela. Hoje a gente ta aqui trabalhando, só com São José da Tapera, mas tem Pão de Açúcar que quer leite, Delmiro que a gente já entregava leite lá e não tem pra entregar. Senador Rui Palmeira, Piranhas, tudo querendo o produto, mas nos não temos, por quê? Nós estamos produzindo pouco, através de quando começou a funcionar, quando a gente começou a dar o passo, positivo, faltou ajuda (S.R.J.).*

Os agricultores apontam essa estratégia de venda pra merenda escolar do próprio município e chegam a fazer uma comparação com as estratégias de vendas anteriores, quando o leite de cabra era comercializado em supermercados da capital do estado.

*A gente não tá vendendo em supermercado porque não adianta a gente levar pro supermercado, chega lá bota no supermercado, chega lá ele tira 15 litros de leite, quando você chega no sábado, tem cinco pra trocar. E a gente bota hoje nas prefeituras, distribui para a merenda escolar, distribui para o fome zero e você sabe, nessas atividades nada que chegue sobra, faz é falta. Aí hoje a gente ta entregando, Tapera ta comprando 2.200 litros de leite a gente. Tem vez que vai 2.200, tem vez que só vai 2.000 (S.R.J.).*

Considerando o leite apenas um dos vários produtos da criação de caprinos, outros produtos ainda não foram organizados pelo o APL, como é o caso da carne, isso reduz as possibilidades de renda por não haver uma estrutura adequada para processamento e comercialização, alguns agricultores afirmam que essa comercialização é feita diretamente aos atravessadores.

*[E pra vender, o senhor tem alguma dificuldade?] O cabrito não tem dificuldade. É fácil. Mas se tivesse um abatedouro aí era outra coisa. Aqui a gente vende ao atravessador também. Não vende as pessoas já certa não. Leva pra feira e aí vendem ao atravessador (A.B.M.).*

Esse problema, da falta de comércio para outros produtos da ovinocapinocultura é justificado por um dos agricultores que afirma existir preconceito, principalmente no estado de Alagoas para o consumo da carne caprina.

*[...] não só aqui em Alagoas, porque aqui em Alagoas é um lugar, o único lugar que vieram trabalhar com leite de cabra que acho, e que vem dando muita dor de cabeça, por causa do preconceito, que o preconceito em Alagoas é maior do que em todo canto. Que em Pernambuco, você passa em Pernambuco em peso você vê: bode assado, bode assado, bode assado. Você passa na Paraíba é a mesma coisa, bode assado. Vai pra Bahia, a mesma coisa. Passa em Alagoas, procura um bode assado você não acha. Porque? Preconceito que o povo tem através da carne de criação. Aí fica a dificuldade da gente trabalhar com leite, porquê? Porque o leite vem da cabra. Só que através da Associação aqui que a gente tem desempenhado muito, junto com o Sebrae, a gente até colocou sobre a responsabilidade dos médicos dos hospitais para que eles tivessem o cuidado de sempre passar para as crianças desnutridas leite de cabra pra vê se acabava com o preconceito, se não... (S.R.J.).*

Pelos dados apresentados, parece que da mesma forma em que as políticas nacionais de incentivo a modernização da agricultura familiar fracassou nas últimas décadas do século passado, a forma de atuar dos APL's tendem a seguir o mesmo caminho. Pois a especialização produtiva, a dependência de mercados seletivos e a forma de pautar a produção somente pela ótica do consumidor característico do agronegócio se contradizem com a forma que a agricultura familiar se organiza.

Para os agricultores que não estão inseridos em APL's, a maioria deles apresentam dificuldades sérias para comercializarem seus produtos. Não há um mercado definido, o que representa na maioria das vezes a venda a atravessadores e intermediários, o que termina por fazer com que vendam seus produtos por preços baixos, reduzindo o retorno econômico. Esses agricultores não conseguem sequer alcançar uma organização que atenda os requisitos mínimos para a entrega de seus produtos para a merenda escolar.

Um dos agricultores entrevistados tem como princípio a produção agroecológica, no entanto não tem apresentado problemas inerentes a comercialização, ou seja, todos os seus produtos são comercializados sem grandes dificuldades. No caso, a sua dificuldade diz respeito ao valor pago pelo seu produto, que apesar de ser orgânico é mais barato do que os produtos convencionais comercializados no município.

*[E pra comercializar o senhor tem alguma dificuldade?] Grande. Eu tenho uma dificuldade grande porque eu ainda to correndo atrás dessa marca, porque o senhor sabe que os produtos orgânicos, dá esse sacrifício todinho, mas eu entrego na Tapera mais barato do que aqueles que não é orgânico. Isso aí dói e pesa porque o meu sacrifício tá muito grande, mais eu não tenho como ter um comércio ainda adequado pra reconhecer o que eu to produzindo (E.V.S.).*

Outro aspecto diz respeito a dependência dos agentes intermediários para comercializar seus produtos

*[Esse leite é vendido como?] É vendido ali no marruás, eles fazem queijo, aí eu mando pra lá. [Qualquer quantidade que o senhor tiver e entregar lá eles recebem?] Recebem (G.A.C.).*

A questão da comercialização, para alguns dos agricultores está também relacionada as dificuldades de transporte. Isso foi identificado pelos agricultores não inseridos em APL. Estes preferem a venda a atravessadores na própria unidade produtiva, apesar de reconhecer os prejuízos dessa negociação.

*[Qual seria a alternativa que poderia melhorar a comercialização?] Se tivesse assim, um comercio bom que pegasse na porta, pra gente não ir até lá e não ter despesa, aí melhorava um pouco. É só chegar aqui e entregar, mas eles pegam aqui pela metade do preço. Porque pra melhorar as coisas, tem que entregar lá, ganha mais (G.A.C.).*

*[Pra vender tanto o feijão como o milho, as ovelhas, o porco, vocês tem alguma dificuldade?] Não, tem muito não. [Então é fácil?] É, eu acho, as vezes eu chamo os meninos aí eles compram aqui (M.L.S.).*

Como afirma Eid (2010), a inserção dos agricultores no mercado parece ser inevitável para a viabilização da produção, escoamento e comercialização. Nesse sentido, percebeu-se que todos os agricultores entrevistados inserem-se de alguma forma no mercado.

Percebeu-se que para os agricultores inseridos no APL de Apicultura o mercado existente é sazonal, ou seja, como o único espaço de comercialização é a merenda escolar estes agricultores passam por um tipo de rodízio onde só conseguem comercializar seu mel no máximo duas vezes ao ano. Na maioria das vezes esse longo tempo de espera pode contribuir para a venda a atravessadores por preços inferiores e em momento de necessidade.

Os agricultores inseridos no APL de Ovinocultua parecem estar numa situação mais confortável no que diz respeito a comercialização. Com a baixa produção, somado ao número reduzido de agricultores envolvidos, estes não conseguem abastecer toda a demanda da merenda escolar do município e muito menos dos municípios do território que manifestam interesse em adquirir o leite de cabra por eles produzido.

Para os agricultores não inseridos em APL, estes parecem ser dependentes dos atravessadores e intermediários. Isso torna ainda mais precária a sua relação com o mercado, pois seus produtos são comercializados, na maioria das vezes, por preços injustos.

## CONCLUSÃO

*Estamos, a gente em cima do nosso esforço, do nosso trabalho e com a vontade que a gente tem, de produzir, ta se conseguindo de vagarinho. Não é aquela vantagem que a gente tem. Que a nossa fábrica hoje, ela, como que se diz, ela processa 800 litros de leite dia, mais nós não temos, por quê? Vieram as coisas, como se diz, tudo ao contrário. Em 2002 veio o projeto da gente, veio as cabras, recebeu as cabras. E cadê a fábrica? A gente vai botar leite aonde? Ficamos, rola, promete, cabra dá trabalho, como ela dá trabalho e não tinha condição da gente ficar sem ela ta dando renda. Aí nós não tem uma fonte de renda de nada. Aí todo sábado leva uma na corda pra feira, aí traz outra feira de lá pra cá. Aí leva pra feira pra trazer outra feira pra casa até que acabamos. Aí veio a fábrica e cadê as cabras? Quando tem o leite, não tem a fábrica, quando tem a fábrica não tem o leite. Aí ficou sempre nisso. Aí muitas horas o pessoal diz: ah! você tinha que ter segurado. Mas tinha que ter segurado como? Aqui a gente não tem uma renda de nada, tu vai comer o quê? O que tu tem na tua roça? Tu não vai pegar uma pareia de boi que vale três mil reais, vai vender uma cabra pra tirar cem contos pra fazer uma feira? Vai vender uma cabra que é mais fácil, pra apurar cem contos. Mas foi isso que aconteceu (S.R.J.).*

Esse estudo buscou compreender como ocorre a inserção dos agricultores de base familiar em Arranjos Produtivos Locais, considerando que estes agricultores são possuidores de tradições e culturas produtivas que não partilham da mesma ideologia que norteia estes arranjos. Na tentativa de dar foco e traçar as ações da pesquisa, a questão acima apresentada foi sintetizada a partir das seguintes indagações: Como as ações desenvolvidas pelos APL's se relacionam com a complexidade e a diversidade existente na agricultura familiar? Quais os limites e possibilidades para que as ações de Assistência Técnica e Extensão Rural possam contribuir para esse processo de interação?

Nesse sentido, a investigação aqui apresentada e discutida, buscou compreender o processo de inserção dos agricultores familiares do Semiárido alagoano no contexto dos Arranjos Produtivos Locais e por isso, foram interpretados nesse trabalho como uma iniciativa em que o Governo do Estado de Alagoas em parceria com o Sebre-AL pretendem promover o desenvolvimento de regiões menos favorecidas economicamente e socialmente. Porém os estudos foram direcionados a compreensão dos impactos dessa intervenção política no cotidiano dos agricultores, considerados os principais beneficiários do programa.

Na tentativa de se buscar respostas provisórias para as indagações acima apresentadas e para nortear o processo investigativo, no início desse trabalho foram definidas algumas hipóteses as quais foram testadas e analisadas tomando como base a bibliografia consultada e os dados primários levantados através das entrevistas.

A primeira hipótese foi comprovada, a mesma argumentava que as estratégias de organização, produção e comercialização desenvolvidas pelos Arranjos Produtivos Locais são concebidas em função da lógica da reprodução baseada na produtividade e em conformidade

com a concepção do agronegócio e por isso não se adéquam a realidade da agricultura familiar.

Ficou claro, nesse estudo, que o APL constitui-se numa moda surgida no Brasil, copiada de experiências internacionais pela influência principalmente do Sebrae junto a outras instituições públicas e privadas. Essas instituições atuam como agências replicadoras das experiências extraídas de algumas regiões de alguns países da Europa, que em poucos ou raros aspectos se adéquam a realidade brasileira e principalmente do Nordeste. Pelo menos quando os agricultores de base familiar são considerados como público.

Um dos principais motivos da inadequação dessa estratégia a realidade dos agricultores diz respeito à participação nas instâncias decisórias. Pois, a decisão por esse tipo de atuação não nasceu dos agricultores, nasceu das mentes “iluminadas” em seus gabinetes e birôs, e os agricultores foram convencidos, depois, a participar.

De acordo com os dados da pesquisa, os agricultores sequer sabem o que é o APL. Eles não participam das decisões, são subordinados aos interesses dos gestores que definem as ações, baseando-se na maioria das vezes em informações externas a realidade local.

Dentre os agricultores, as lideranças são os maiores envolvidos no processo. Estes são indicados como representação dos agricultores nos fóruns e conselhos do APL. Intencionalmente ou não, estes são colocados em situação desfavorável nas discussões que priorizam as questões tecnicistas e mercadológicas, enquanto as questões sociais e políticas são omitidas.

Mesmo sendo as lideranças os maiores envolvidos no processo, para estes, a compreensão do APL se reduz, na maioria das vezes, a realização de algumas ações, como por exemplo, cursos de capacitação, viagens e intercâmbios o que não representa o APL em sua totalidade. Além disso, as atribuições dos APL's são interpretadas por essas lideranças como um tipo de mediador para resolução de problemas que limitam o desenvolvimento das atividades pelos agricultores.

Os maiores beneficiários dessas ações (principalmente os cursos) são os consultores que ganham dinheiro com isso. Pois para os agricultores, parece não haver um vínculo destas atividades com o que ocorre no seu cotidiano e por isso torna-se um conhecimento inaplicável e sem utilização prática.

Para os agricultores inseridos nos APL's, mesmo sendo beneficiados por ações como cursos e intercâmbios, afirmam não saber o significado, com muita insistência e reformulação das perguntas chegaram a relacionar o APL com a figura dos gestores, técnicos e até mesmo as instituições como o Sebrae por exemplo, o que representa uma fragmentação na

compreensão do mesmo. Já para os agricultores não inseridos em APL, a noção do mesmo é desconhecida.

O enfoque do APL está baseado numa lógica de mercado pouco compatível com a lógica da agricultura familiar, privilegiando a especialização e não a diversificação da produção. Para os agricultores inseridos em APL as opções de renda monetária centram-se, na maioria das vezes, em apenas uma única atividade como geradora de renda e consideram o cultivo de lavouras tradicionais (milho, feijão, mandioca) apenas para o próprio consumo com tendência a substituí-las pelas atividades apoiadas. Para os agricultores não inseridos, apesar de haver uma tendência de se priorizar uma única atividade, este grupo utiliza também os excedentes das lavouras tradicionais como uma possibilidade para geração de renda.

Uma das justificativas para a implantação dos APL's é justamente o fortalecimento das atividades econômicas tradicionais do território. Pensando por esse lado os dois APL's estudados parecem ter sido criados a partir de uma análise externa da realidade. Tanto a apicultura como a caprinocultura leiteira são atividades que os agricultores desenvolviam apenas dentro de uma lógica artesanal de produção, sem grandes preocupações para a comercialização. No caso da apicultura esta só passou a ser introduzida tecnologicamente na realidade dos agricultores da região nos últimos vinte anos. Enquanto a caprinocultura, esta era desenvolvida com o objetivo de produzir apenas a carne e a pele, a produção de leite, quando existia, era pra o consumo familiar, na maioria das vezes para terapias domésticas e não se tinha um objetivo comercial.

De uma forma geral, percebeu-se que a inserção dos agricultores nos APL's, quando ocorre, é por subordinação, por convencimento ou promessas "milagrosas". Por outro lado, a cultura e as tradições produtivas da agricultura familiar não comungam com a lógica do APL pelo seu caráter produtivista e excludente. Além disso, não há interesse de se manter a diversidade, pois a forma e as ações do APL direcionam para uma especialização produtiva.

A segunda hipótese, também confirmada nessa pesquisa, predeterminava que a Extensão Rural direcionada aos Arranjos Produtivos Locais teria necessariamente que assegurar coerência com a perspectiva da produtividade na lógica do agronegócio, diferente, portanto da Extensão Rural centrada no empoderamento e na autonomia e participação quando dirigidas aos agricultores familiares.

Foi percebido que a articulação das instituições públicas e privadas para promoção da Extensão Rural para os agricultores parece não ter apresentado grandes resultados.

Cabe destacar que a precariedade da Ater não é só o caso do município ou dos agricultores inseridos em APL's. Segundo estudiosos, o estado de Alagoas tem um dos piores

serviços de Ater do país. Contratações precárias de bolsistas temporários, com baixos salários e sem estabilidade. Esse problema mostra a reprodução, nos serviços de Ater, dos interesses das oligarquias políticas e econômicas do estado.

As orientações técnicas dentro desses arranjos, quando existem, focam a adoção de tecnologias produtivas, que na maioria das vezes requerem recursos financeiros para serem implantadas. Mesmo que os agricultores entendam a importância dessas tecnologias, não dispõem de capital para investir e quando recorre aos bancos estes apresentam restrições que inviabilizam a liberação dos recursos o que resulta em não adoção das recomendações dos técnicos.

Dentre os principais limites para que a Ater possa atuar como instrumento para inserção dos agricultores familiares no contexto dos APL's destacam-se a visão reducionista das estratégias desse modelo na tentativa de incluir os agricultores no contexto das cadeias produtivas. Um outro aspecto diz respeito a reprodução do modelo difusionista equivocado, que gerou no campo e na cidade uma série de problemas como a pobreza rural, a concentração de terra e renda e a migração rural.

Outros limites dizem respeito a pouca priorização das ações de Ater dentro da estrutura do APL, possibilitando a utilização de estratégias alternativas e provisórias para o atendimento aos agricultores, o que torna o serviço fragmentado e com poucos impactos, gerando descrença e desmotivação nos agricultores. Além disso, o baixo nível de interação entre as instituições públicas e privadas assim como a indisponibilidade de agentes de Ater nas instituições públicas inviabilizam a oferta desses serviços.

Uma Ater que venha contemplar as exigências dos APL's que enfocam a priorização produtiva tem que ser feita por especialistas. No entanto, esse modelo não atenderá as necessidades da agricultura familiar, que tem na diversidade sua principal estratégia de reprodução.

Parece ser possível afirmar que o modelo de Ater desenhado pelo APL parece não se adequar aos verdadeiros anseios dos agricultores por ser pontual, tecnicista, transferencista que funciona de acordo com a agenda e normas de entidades e consultores. Isso se torna visível quando os agricultores não conseguem pagar pelas tecnologias que são focadas na maioria das vezes em insumos externos, quando poderiam potencializar sua estrutura a partir dos recursos locais.

Uma estratégia apontada pelos agricultores para a prestação de serviços de Ater, diz respeito ao envolvimento dos jovens das próprias comunidades como agentes, pois estes jovens estariam mais próximos dos agricultores nos momentos de necessidade, além disso,

teriam melhores condições de conhecer o contexto local e ter maiores habilidades comunicacionais por conhecer os códigos de seu grupo. No entanto, se estes forem inseridos e preparados na lógica dos APL's, continuarão reproduzindo o modelo produtivista, contribuindo com a dependência de recursos e tecnologias externas e com a decadência da agricultura familiar.

Um dos grandes méritos do APL apontado pelas lideranças e pelos documentos técnicos e informativos levantados principalmente junto a Seplan-AL, diz respeito à comercialização. Percebeu-se que mesmo sendo considerado que alguns agricultores conseguem comercializar seus produtos em determinadas épocas do ano possibilitando renda monetária, estes são ainda uma minoria e que mesmo assim enfrentam sérias dificuldades. Ficou evidente a total dependência ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – (Pnae), quando esses produtos não são absorvidos pela merenda escolar, os agricultores acabam entregando sua produção aos intermediários ou mesmo abandonando a atividade para suprimento das atividades básicas da família.

Cabe também ressaltar que o abandono dos agricultores familiares não inseridos em APL's pelas políticas públicas são ainda mais grave. Apesar de que estes apresentam um grau de independência maior em relação aos inseridos em APL's.

Percebeu-se que o universo que envolve os APL's é muito complexo e pouco explorado ainda. Apesar da existência de vários trabalhos acadêmicos, poucos foram direcionados para a interpretação dos impactos dessa iniciativa na vida dos agricultores do Semiárido alagoano.

Em todos os aspectos, o enfoque do APL no município de São José da Tapera, e talvez, em todo estado de Alagoas fracassou. A montagem do programa deu-se dentro de uma lógica burocrática em gabinetes de entidades, envolvendo apenas “lideranças” políticas e técnicos dessas entidades, utilizando-se de uma forma de gestão que não é nem participativa, nem democrática sofrendo ainda influência política partidária.

## REFERÊNCIAS

AB'SÁBER, Aziz Nacib. Sertões e sertanejos: uma geografia humana sofrida. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, vol.13, n.36, p.5-59, 1999.

ALAGOAS, Governo do Estado. **Programa de Mobilização para o Desenvolvimento dos Arranjos Produtivos Locais do Estado de Alagoas**. Maceió: Secretaria Executiva de Planejamento e Finanças; SEBRAE, 2004, 48p.

ALAGOAS. Secretaria de Estado do Planejamento e do Orçamento. **Conheça os APL's**. Disponível em: < <http://www.planejamento.al.gov.br/apls>>. Acesso em: 01 jan. 2011.

ALVES DA SILVA, Roberto Marinho. **Entre o combate à seca e a convivência com o semi-árido: transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2008, 275p.

ANDRADE, Manoel Correia. **A terra e o homem no Nordeste**. São Paulo, Atlas, 1988.

ARAÚJO, Tânia Bacelar de. Herança de diferenciação e futuro de fragmentação. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, v.11, n. 29, p. 7-36, abr. 1997.

ARNS, Paulo César. A nova governança democrática. In: ZAPATA, T.; AMORIM, M.; ARNS, P. C. **Desenvolvimento Territorial à distância**. Florianópolis: SEaD/UFSC, 2007, 153p.

ARTICULAÇÃO DO SEMIÁRIDO BRASILEIRO. **Declaração do Semi-Árido Brasileiro**. Recife, 1999. Disponível em: < <http://www.asabrasil.org.br/>> acesso em: 23 de janeiro de 2011.

BARROSO, Janayna Arruda; SOARES, Alexandre Araújo Cavalcante. **Impacto das políticas públicas no desenvolvimento de arranjos produtivos locais: o caso do APL de ovinocaprinocultura em Quixadá, Ceará**. Revista de Administração Pública. Rio de Janeiro: nov e dez / 2009, p. 1435-1457.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Tempos e espaços nos mundos rurais do Brasil**. Ruris, Vol. I, Nº1.2007, p. 37-64.

BRASIL; Ministério da Agricultura Pesca e Abastecimento. **Financiamento Rural, Programação e Aplicação de Recursos Safras 2009/2010 e 2010/2011**. Brasília: MAPA/SPA/DEAGRI, 2011. Disponível em: <[http://www.agricultura.gov.br/arq\\_editor/file/Politica\\_Agricola/CredRurEstatisticas/TabelaFinanRural.pdf](http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/file/Politica_Agricola/CredRurEstatisticas/TabelaFinanRural.pdf)>. Acesso em: 07 de abril de 2011.

BRASIL; Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário; Secretaria da Agricultura Familiar; Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural. 2004, 26 p.

BRASIL. Lei nº 11.947 de 16 de junho de 2009. **Diário Oficial da União, Seção 1**, Brasília: Poder executivo, 17 de junho de 2009, nº 113, p.2-4.

BRASIL; Grupo de Trabalho Interministerial de Programas Regionais. **Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Semi-Árido**. Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2005. 134p. (Versão para Discussão).

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. Análise Multidimensional da Sustentabilidade: uma proposta metodológica a partir da agroecologia. **Revista Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**. Porto Alegre, v. 3, n. 3, p. 70-85, jul/set. 2002.

CARNEIRO, Maria José. Agricultores familiares e pluriatividade: tipologias e políticas. In: COSTA, L.F.C.; MOREIRA, R.J.; BRUNO, R. (org.). **Mundo rural e tempo presente**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999, p. 325-344.

CARNEIRO, Maria José; MALUF, Renato S. Multifuncionalidade da agricultura familiar. In: Cadernos do CEAM. **Agricultura familiar e desenvolvimento territorial: contribuições ao debate**. Brasília: ano V, n. 17, p. 43-58, fev. 2005.

CARVALHO, Cícero Pércles de. Agricultura Familiar em Alagoas (notas). Boletim Afal. Maceió, ano 1, n. 18, jun. 2010. Disponível em <http://www.afal.com.br/boletim>. acesso em: 22/fevereiro/2011.

DE JESUS, Paulo. **Extensionista Rural e Gestão de Empreendimentos Econômicos Solidários: algumas questões em torno de aprendizagem e motivação**. Recife: Bagaço, 2005, 72.

DE JESUS, Paulo. Sobre Desenvolvimento Local e Sustentável: algumas considerações e suas implicações em projetos de pesquisa. In: MACIEL FILHO, Adalberto do Rego; PEDROSA, Ivo Vasconcelos; ASSUNÇÃO, Luiz Márcio de Oliveira. **Gestão do Desenvolvimento Local Sustentável**. Recife: Editora, 2006, p. 17-37.

DE PAULA, Juarez. Um novo olhar sobre o desenvolvimento territorial. In: **Revista SEBRAE Agronegócios**. edição nº4, dezembro de 2006.

EID, F.; PIMENTEL, A. E. B.;SEVERINO, M. R.; CHIARIELLO, C. L. Cadeias Produtivas em Assentamentos da Reforma Agrária. In: DAL RI, Neusa Maria (org.). **Trabalho Associado, Economia Solidária e Mudanças Sociais na América Latina**. Marília: Cultura Acadêmica; PROCOAS; Oficina Universitária. 2010, p. 43-65.

FLORES, Murilo. Assistência técnica e agricultura familiar. In: LIMA, Dalmo Marcelo de Albuquerque; WILKINSON, John. (org.). **Inovação nas tradições da agricultura familiar**. Brasília: CNPq./Paralelo. 2002. p.347-360.

FONSECA, Maria Tereza Lousa da. **A extensão rural no Brasil: um projeto educativo para o capital**. São Paulo: Loyola, 1985.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação?**.São Paulo: Paz e Terra. 1992, 10ª edição, 96p.

FUINI, Lucas Labigalini. **A nova dimensão dos territórios: competitividade e arranjos produtivos locais (APL)**. Rio Claro: Estudos Geográficos, p.53-66 Jun./2006. Disponível em: <[www.rc.unesp.br/igce/grad/geografia/revista.htm](http://www.rc.unesp.br/igce/grad/geografia/revista.htm)> Acesso em: 12 de julho de 2010.

FURTADO, Celso. **Seca e poder**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999. 94p.

GARCIA FILHO, Danilo Prado. **Análise diagnóstico de sistemas agrários: guia metodológico**. Brasília: INCRA/FAO, 199?. 65p.

GRAZIANO DA SILVA, José. **A irrigação e a problemática fundiária do Nordeste**. Campinas: UNICAMP ; Instituto de Economia ; Programa Nacio, 1989. 131p.

GRAZIANO DA SILVA, José. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: UNICAMP/Instituto de Economia, 1996, 217p.

GROSSI, Mauro Eduardo Del; SILVA, José Graziano da. **Novo rural: uma abordagem ilustrada**. Londrina: Instituto Agrônômico do Paraná. Vol. 1, 2002, 53 p.

HASTENRATH, Stefan; MOURA, Antônio Divino. Explorando os problemas climáticos do Nordeste do Brasil. In: SOUZA FILHO, Francisco de Assis de; e MOURA, Antônio Divino.

**Memórias do seminário natureza e sociedade nos semi-áridos.** Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil; Fundação Ceraense de Meteorologia e Recursos Hídricos, 2006. p. 77-90.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário: agricultura familiar primeiros resultados.** IBGE: Rio de Janeiro, 2006, p. 1-267. (Versão digital).

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Populacional 2010. IBGE: Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010>> Acesso em: 05 de jan. 2011.

JALFIM, Felipe Tenório; BAPTISTA, Naidison. Uma Saída para Seca. **Caderno Le Monde Diplomatique.** São Paulo: Instituto Abipuru S/C. vol.1. n.3, 2003, p. 46-49.

JARA, Carlos Julio. **As dimensões intangíveis do Desenvolvimento Sustentável.** Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura – IICA, 2001, 352 p.

KWITKO, Evanda Evani Buret; DIAZ, William. **Manual do Assessor de microcrédito rural.** Recife: Sociedade Alemã de Cooperação Técnica–GTZ, 2005. (Mimeografado).

LAMARCHE, Eughes. **A agricultura familiar: comparação internacional.** Campinas: Unicamp, 1997. 2.ed.

LASTRES, Helena M. M.; CASSIOLATO, José E. **Glossário de Arranjos e Sistemas Produtivos e Inovativos Locais.** Rio de Janeiro: Rede de Pesquisa em Sistemas Produtivos e Inovativos Locais/UFRJ/Redesist, 2003, 29p.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A Construção do Saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas.** Porto Alegre: Editora Artes Médicas Sul Ltda.; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LEFF, Enrique. Agroecologia e saber ambiental. **Revista Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável.** Porto Alegre, v. 3, n. 1, p.36-51, jan./mar. 2002.

LIMA, Irenilda de Souza; DE JESUS, Paulo. A pesquisa na prática da Extensão Rural para o desenvolvimento Sustentável: alguns fundamentos epistemológicos. In: LIMA, Jorge Roberto Tavares de; FIGUEIREDO, Marcos Antônio Bezerra. **Extensão Rural, desafios de novos tempos: agroecologia e sustentabilidade.** Recife: Bagaço, 2006, p. 13-27.

LIMA, Jorge Roberto Tavares de; FIGUEIREDO, Marcos Antônio Bezerra. Agricultura familiar e desenvolvimento sustentável. In: LIMA, Jorge Roberto Tavares de; FIGUEIREDO, Marcos Antônio Bezerra (org.). **Extensão rural, desafios de novos tempos: agroecologia e sustentabilidade**. Recife: Bagaço, 2006. p.57-81.

LIMA, Viviane Bezerra de. **Formação Estratégica de Arranjos Produtivos Locais: um estudo da Ovinocaprinocultura no Sertão Alagoano**. 2010, 104 f. Monografia (Bacharelado em Administração) – Faculdade Sete de Setembro, Paulo Afonso, BA, 2010.

MALVEZZI, Roberto. **Semi-Árido: uma visão Holística**. Brasília: Confea, 2007. 140p.

MARTINS, Sérgio Ricardo Oliveira. **Desenvolvimento Local: questões conceituais e metodológicas**. INTERAÇÕES Revista Internacional de Desenvolvimento Local. Vol. 3, N. 5, p. 51-59, Set. 2002.

MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. **História das Agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea**. São Paulo: UNESP; Brasília: NEAD, 2010, 568 p.

MIRANDA, Evaristo Eduardo de. A geografia física do semi-árido. In: SOUZA FILHO, Francisco de Assis de; MOURA, Antônio Divino (org.). **Memórias do seminário Natureza e Sociedade nos Semi-Áridos**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil; Fundação Ceraense de Meteorologia e Recursos Hídricos, 2006. p. 17-25.

MELO, Mário Lacerda de. Os Agrestes. In: **Série Estudos Regionais** n. 3. Recife, Sudene, 1989.

MÜLLER, Geraldo. Economia & Ecologia e Agricultura Sustentável. In: **Curso de Desenvolvimento Pessoal, para jovens agricultores em São Paulo**. Rio Claro, UNESP, IGCE-DEPLAN, 12p. julho de 1999. Disponível em: <[http://www.anapa.org.br/principal/imagens/stories/agricultura\\_sustentavel.pdf](http://www.anapa.org.br/principal/imagens/stories/agricultura_sustentavel.pdf)> Acesso em: 25 de janeiro de 2010. (palestra).

MUSSOI, Eros Morion. Agricultura familiar, extensão rural e a nova política nacional de assistência técnica e extensão rural. In: LIMA, Jorge Roberto Tavares de; FIGUEIREDO, Marcos Antônio Bezerra (org.). **Extensão rural, desafios de novos tempos: agroecologia e sustentabilidade**. Recife: Bagaço, 2006. p.99-106.

NEVES, Frederico de Castro. A ideologia de uma natureza perversa: seca, trabalho e conflito social. In: SOUZA FILHO, Francisco de Assis de; MOURA, Antônio Divino (org.). **Memórias do Seminário Natureza e Sociedade nos Semi-Áridos**. Fortaleza: Banco do

Nordeste do Brasil; Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos, 2006, p. 135-146.

OLIVEIRA, Francisco de. **Aproximações ao enigma: o que quer dizer desenvolvimento local?** São Paulo, Polis; Programa Gestão Pública e Cidadania / EAESP / FGV, 2001. 40p.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma re(li)gião: Sudene, Nordeste, planejamento e conflito de classe.** 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. 138p.

OLIVEIRA, Marcos Antônio Dantas de; BARROS, Pericles Gabriel. **A Chico o que é de Chico.** Maceió: SINDAGRO/AL, 2010. 72p.

PAULUS, Gervásio; SCHLINDWEIN, Sandro Luiz. Agricultura sustentável ou (re)construção do significado de agricultura?. **Revista Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável.** Porto Alegre, v. 2, n. 3, p.44-52, jul/set. 2001.

POLETTI, Ivo. Da indústria da Seca para a Convivência com o Semi-Árido brasileiro. In: Cáritas Brasileira, Comissão Pastoral da Terra. **Água de Chuva: o segredo da convivência com o Semi-Árido brasileiro.** São Paulo: Paulinas, 2001, p. 9-24.

ROCHA, Juliana Dalboni; BURSZTYN, Marcel. **Território, Saberes Locais e Sustentabilidade: a busca do desenvolvimento via arranjos produtivos locais.** Brasília: III Encontro da ANPPAS 23 a 26 de maio de 2006. 16p.

ROCHA, Juliana Dalboni; BURSZTYN, Marcel. Políticas públicas territoriais e sustentabilidade no semi-árido brasileiro: a busca do desenvolvimento via arranjos produtivos locais. **Revista Ciência e Administração.** Fortaleza, v.12, n. 2, p. 263-278, dez. 2008.

SCHNEIDER, Sérgio. **A pluriatividade e o desenvolvimento rural brasileiro.** Cadernos do CEAM, "Agricultura Familiar e Desenvolvimento Territorial – Contribuições ao Debate". Brasília, ano V, n. 17, p. 23-42, fev. 2005.

SOÁRES, Guilherme de Vasconcelos. Políticas Públicas no Brasil: reflexões sobre a concepção e execução da nova Política de Assistência Técnica e Extensão Rural – Pnater. In: LIMA, Jorge Roberto Tavares de; FIGUEIREDO, Marcos Antonio Bezerra (org.). **Extensão Rural, desafios de novos tempos: agroecologia e sustentabilidade.** Recife: Bagaço, 2006, p. 91-98.

SOUZA, José Edmundo Accioly. **Agronegócio da Apicultura: estudo da cadeia produtiva do mel em Alagoas.** 2006. 181 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio

Ambiente: Desenvolvimento Sustentável) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, AL, 2006.

SOUZA FILHO, Francisco de Assis de. Natureza e desenvolvimento nos semi-áridos. In: SOUZA FILHO, Francisco de Assis de; e MOURA, Antônio Divino. **Memórias do seminário natureza e sociedade nos semi-áridos**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil; Fundação Ceraense de Meteorologia e Recursos Hídricos, 2006. p. 41-58.

TAUK SANTOS, Maria Salett. **A participação da Comunicação Rural: do difusionismo modernizador ao desenvolvimento auto-sustentável**. Recife: Revista de Humanidades, Ciência e Letras/SYMPOSIUM. Vol.34, Nº 1, Janeiro/Junho de 2001.

VASCONCELOS, Eduardo Mourão. **Complexidade e pesquisa interdisciplinar: epistemologia e metodologia operativa**. Petrópolis: Vozes, 2ª edição, 2004.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Territorialidade e ruralidade no Nordeste: por um pacto social pelo desenvolvimento rural. In: SABOURIN, Eric; TEIXEIRA, Olivio Alberto. **Planejamento e desenvolvimento dos territórios rurais: conceitos, controvérsias e experiências**. Brasília: Embrapa Formação Tecnológica, 2002, p. 39-52.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Agricultura Familiar e Campesinato: rupturas e continuidade. In: **Estudos Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro, p. 42-61, Outubro de 2003.

## APÊNDICES

### APÊNDICE – A

#### Roteiro para entrevista (Assistência Técnica)

1. Como são definidos os agricultores e agricultoras a serem assistido?
2. Existe algum critério para seleção desse público? Se sim qual(is)?
3. Quais os principais problemas enfrentados para a realização das atividades de acompanhamento aos agricultores e agricultoras?
4. Quais os principais problemas enfrentados pelos agricultores que inviabilizam o acesso as cadeias produtivas?
5. Como esses problemas são encaminhados e ou resolvidos?
6. Como os agricultores percebem e reagem a esses problemas?
7. Que ações são desenvolvidas no processo de apoio técnico aos agricultores e agricultoras familiares?
8. Como essas ações são definidas?
9. Como se dá a participação dos agricultores nesse processo?
10. Como as orientações são conduzidas pelos agricultores? Existe algum sinal de resistência?
11. Você percebe alguma mudança de comportamento dos agricultores que você acompanha?
12. Os agricultores que você acompanha conseguem entender todos os estágios que envolvem a cadeia produtiva?

**APÊNDICE – B****Roteiro para entrevista (Agricultores)**

1. Que atividades são desenvolvidas economicamente com sua família?
2. Dessas atividades cite até três principais.
3. Como o senhor ou a senhora decide o que plantar? Que critérios utiliza?
4. Como o senhor ou a senhora comercializa seus produtos?
5. O resultado da produção é positivo ou negativo, considerando as receitas e as despesas?
6. Você conta com apoio técnico para o planejamento, produção e comercialização dos seus produtos? De quais instituições?
7. Caso tenha apoio técnico, como este funciona?
8. Quais as principais dificuldades encontradas para produção?
9. Quais as principais dificuldades encontradas na hora de vender seus produtos?
10. Como o senhor ou a senhora se vê perante os APLs?
11. Qual a sua compreensão sobre APLs?